

Junho 2022

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e  
Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop - Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# ÍNDICE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>6</b>
1.1 Angola tem as piores condições para desenvolver o empreendedorismo	6
1.2 Perto de 80 mil famílias recebem 4 mil milhões de kwanzas do Kwenda	6
1.3 Lançado sistema de gestão das acções de combate à pobreza	7
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>8</b>
2.1 Programa de literacia financeira abrange mais de 2 mil pessoas	8
2.2 Mais de 590 jovens recebem micro-crédito	9
2.3 Caixa Geral e INAPEM assinam linha de crédito	9
2.4 Concedidos 2,6 mil milhões em microcrédito a informais	10
2.5 Programa de Reversão da Economia Informal garante 2.775 micro-crédito	11
2.6 Vendedores recebem crédito após legalização	11
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>13</b>
3.1 Angola tem as piores condições para desenvolver o empreendedorismo	13
3.2 Mercados formais cobram menos que os informais	13
3.3 Pape gera mais 2 mil novos postos de trabalho	14
3.4 Taxistas querem ser incluídos nas polícias	15
3.5 Moto- taxistas não foram ouvidos e discordam da nova lei para o sector	16
3.6 Trabalho infantil afectou mais de 18 mil crianças no país entre 2020 e 2021	17
3.7 Venda ilegal de medicamentos continua em Luanda 12 anos após proibição	18
3.8 O cunhado da zungueira	19
3.9 PREI cadastra 800 operadores económicos diariamente	20
3.10 Programa de Reversão da Economia Informal garante 2.775 micro - créditos	20
3.11 Observatório da Economia Informal inicia funções hoje	21
3.12 Crianças trabalham para sustento das famílias	22
3.13 Fiscalização do Benfica leva vendedoras ao tribunal	23
3.14 Mercado da Funda está pronto para receber novos vendedores	24
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>25</b>
4.1 AGT actualiza grandes contribuintes e deixa cair 55 empresas	25
4.2 Código do Imposto Predial vs. Constituição da República de Angola: Uma questão de Justiça Tributária	26
4.3 Despesa pública consome 26,4 por cento do OGE	28
4.4 PIIM já consumiu mais de 447 mil milhões de kwanzas	29
4.5 Municípios do Uíge já beneficiam de orçamento participativo	31
4.6 Orçamento Participativo estimula mudanças nas comunidades	32
<b>5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>35</b>
5.1 PIIM já consumiu mais de 447 mil milhões de kwanzas	35
5.2 Municípios do Uíge já beneficiam de orçamento participativo	36
5.3 Orçamento Participativo estimula mudanças nas comunidades	37

<b>6. URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<b>40</b>
6.1 “Prédio Sujo” do Marçal tem novo visual	40
6.2 Aviso 9 do BNA não exclui financiamento á auto construção	41
6.3 Código do Imposto Predial vs. Constituição da República de Angola: Uma questão de Justiça Tributária	42
6.4 Demasiados documentos põem «em xeque crédito à habitação»	44
6.5 Preço alto de materiais de construção preocupa cidadãos no Sumbe	44
6.6 BIC pronto para o crédito à habitação	45
6.7 Obras na Centralidade da Ndalatando retomadas a toda velocidade	45
6.8 O Aviso do BNA por si só vai resolver o problema da habitação	46
<b>7. TERRA</b>	<b>48</b>
7.1 Segurança fundiária analisada na cidade do Huambo	48
7.2 Acesso aos direitos mineiros: o que poucos sabem e muitos desconhecem	48
7.3 Cuanza-Sul explora 18 por cento das reservas fundiárias	50
<b>8. SERVIÇOS BÁSICOS</b>	<b>52</b>
8.1 Água na cidade do Dondo	52
8.2 Nova entidade vai regular abastecimento de água	52
8.3 Mais de 18.300 habitantes da Jamba têm água potável	53
8.4 Água é restabelecida no fim-de-semana	53
8.5 Cacula testa novo sistema de abastecimento de água	54
8.6 Executivo cria plano para regular utilização dos recursos hídricos ao longo do Cuanza	54
8.7 Taxa de electrificação ascende a 50 por cento em três anos	55
8.8 Dívidas com EPAL passam os Akz 100 mil milhões	57
8.9 Saneamento Limpar Luanda custa aos cofres públicos 133 milhões uso/ano	58
8.10 Elisa e Igrejas unem forças para limpar praias de Cacucaco	58
<b>9. GÉNERO E VIOLENCIA</b>	<b>61</b>
9.1 Centenas de crianças são vítimas de agressão protagonizada por membros da própria família	61
9.2 Ministro do Interior pede maior combate aos crimes violentos	62
9.3 Vítimas de violência doméstica ganham manual de protecção	63
9.4 Reformar a Reforma do Direito da Família e das Sucessões	64
<b>10. AMBIENTE</b>	<b>66</b>
10.1 Angola e Namíbia juntas no combate à seca no Sul	66
10.2 Bengo Licencia mais de 30 mil metros cúbicos de madeira	66
10.3 Moxico vai beneficiar de fornecimento de energia solar	67
10.4 Sul do país ganha investimento de 4,5 mil milhões de dólares para combater a seca na região	67
10.5 Mais de um bilião de árvores começam a ser plantadas	69
<b>11. MINEIRA</b>	<b>70</b>
<b>12. MIGRAÇÃO</b>	<b>70</b>
<b>13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA</b>	<b>70</b>

13.1	África, China e Europa	70
13.2	China disputa negócio dos fardos coma Europa	71
13.3	Acordo entre TAAG e a Chinesa CLCA vai render 600 milhões USD	72

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Angola tem as piores condições para desenvolver o empreendedorismo

*Jornal Expansão*  
3 De Junho de 2022

A actividade empreendedora em Angola depende largamente do impulso individual dos empreendedores, assente em intenções individuais e atitudes próprias da cultura angolana, e não tanto no (pouco) apoio estatal que lhe é dado.

Angola está no último lugar das condições estruturais para empreender entre 43 economias que constam no relatório do Global Entrepreneurship Monitor (G~M) 2020/2021, que analisa as condicionantes do contexto, sejam de ordem social, política ou económica, que definem o percurso da actividade empreendedora e dos empreendedores.

De acordo com o relatório, 37 especialistas angolanos atribuíram, à semelhança do que acontece nos outros 42 países, uma classificação de O (totalmente insuficiente) a 10 (totalmente suficiente) às Condições Estruturais do empreendedorismo (CEE) no país. Nesta análise constam a atribuição de classificação a parâmetros como o acesso a financiamento, as políticas governamentais, educação e formação, transferência de investigação e desenvolvimento, abertura do mercado, infra-estruturas, normas sociais e culturais, a reactividade e reinvenção do empreendedorismo e o impacto da Covid-19 nas políticas governamentais (ver página 4).

Na classificação final, Angola está na última posição dos 43 países, com uma classificação de 3,3 em 10 possíveis o que, segundo o relatório, "valoriza o esforço do empreendedor angolano", que é o mais empreendedor do estudo, mas que o faz num ambiente de negócios tão adverso.

Os dados de 2020 mostram que as condições mais favoráveis ao empreendedorismo em Angola são a reactividade e reinvenção do empreendedores mo, as normas sociais e culturais, e a abertura do mercado. Como condições intermédias, que não condicionam tão marcadamente o empreendedores mo, nem positivamente, nem negativamente, aparecem a infra-estrutura comercial e de serviços, o impacto da Covid-19 nas políticas governamentais, o

financiamento, as infra-estruturas físicas, e as políticas governamentais. Já as condições menos favoráveis ao empreendedorismo são a transferência de I&D, a educação e formação, e as políticas governamentais.

Aliás, em relação à transferência de investigação e desenvolvimento (I&D) tem havido um retrocesso face a 2014, um sinal claro de que o acesso a I&D, produzida nomeadamente nas universidades e nos institutos de investigação, não tem sido um importante factor para o desenvolvimento de novos negócios e de negócios já existentes, ao contrário do que acontece lá fora.

Já a segunda condição cuja classificação mais decresceu foi a relacionada com programas governamentais. Da apreciação dos especialistas conclui-se que faz falta uma agência única que ajude as empresas a acederem a informação sobre apoios governamentais (a pontuação neste indicador é 2,9), embora se notem melhorias no indicador que avalia se o acesso a programas governamentais é facilitado independentemente do perfil socioeconómico da pessoa que procura informações.

Desta forma, o estudo conclui que, actualmente, "a actividade empreendedora em Angola depende largamente do impulso individual dos empreendedores, assente maioritariamente em intenções individuais e atitudes próprias da cultura angolana, e não tanto no (pouco) apoio estatal que lhe é dado. É ainda importante registar, com base nos dados analisados na primeira parte desta secção, que este aspecto tem vindo a acentuar-se desde 2014".

J.J.R.

## I.2 Perto de 80 mil famílias recebem 4 mil milhões de kwanzas do Kwenda

*Novo Jornal*  
3 De Junho de 2022  
Texto: Hortêncio Sebastião

Um total de 78.745 agregados familiares vulneráveis de seis províncias do País vai receber até ao final da próxima semana pouco mais de 4,1 mil milhões de kwanzas, por via do Programa de Transferências Sociais Monetárias do Governo, denominado "Kwenda", avançou ao Novo Jornal o Instituto de Desenvolvimento Local (FAS).

Trata-se das populações dos municípios de Icolo e Bengo, em Luanda; Bembo e Bula Atumba, no Bengo; Caimbambo, em Benguela; Quilenda, Kwanza-Sul, e Cambulo, Lunda-Norte. Sendo que,

no caso dos dois últimos municípios citados, as transferências monetárias já foram realizadas, tendo sido disponibilizados mais de 1,8 mil milhões de kwanzas para 36.862 agregados familiares.

Para o caso do município de Quilenda, no Kwanza-Sul, foram contemplados 13.407 agregados familiares, com a quantia total de 684 milhões de kwanzas, o que significa que cada agregado recebeu 51 mil kwanzas, o que representa o pagamento de duas prestações trimestrais.

Já os 23.455 agregados beneficiados do município de Cambulo, na Lunda-Norte, receberam quase 1,2 mil milhões de kwanzas, correspondendo a duas prestações.

No caso das populações da aldeia de sola, na Lunda-Norte, anciãos há que pensam dedicar-se com afinco na não tradicional actividade agrícola, isso depois de terem recebido 51 mil kwanzas, correspondentes a duas prestações trimestrais.

A idosa Angelina Mucassa, de 76 anos, que foi a primeira beneficiária da quantia atribuída por via do financiamento do Banco Mundial na aldeia de Sola, assegurou ao Novo Jornal que vai aplicar no sector agrícola o montante recebido. Falando na língua nacional Cokwe, a anciã disse "mulimo", o que traduzido para português significa "trabalho".

O ancião Francisco Rogério Cachilemba, de 70 anos, afirmou nunca ter recebido algo que valesse da Pátria a quem prestou serviço militar ao longo dos anos e mostra hoje elevada satisfação por beneficiar de alguma coisa. "Eu não estudei, mas este dinheiro vou meter na lavra para conseguir novos rendimentos, pois não bebo, nem fumo, só como", ironizou.

Deste modo, até ao final da próxima semana, perto de 42 mil agregados familiares de aldeias de municípios das províncias de Benguela, Bengo e Luanda vão receber quase 2,3 mil milhões de kwanzas, referentes a pagamento de duas e três prestações, explicou o FAS. "Por diversas razões, há quem não tenha recebido na primeira vez, por isso vai receber três prestações", finalizou aquele órgão do Governo que tem a missão de operacionalizar o Kwenda.

### I.3 Lançado sistema de gestão das acções de combate à pobreza

*Jornal de Angola*

*7 De Junho de 2022*

*Texto: Yara Simão*

Uma plataforma de sistema informático de gestão das acções de combate à pobreza, com o objectivo de introduzir eficiência e efectividade na redução dos índices de extrema pobreza quer nas zonas rurais como nas áreas urbanas foi lançado hoje em Luanda, pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

A secretária de Estado para Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Elsa Barber, realçou que o programa integrado de desenvolvimento local e combate à pobreza tem representado um desafio para o Executivo angolano, na medida em que contribui na rentabilização social e económica, criando um novo paradigma de desenvolvimento sustentável e bem-estar das famílias angolanas.

A execução do programa enquadra-se numa estratégia de descentralização e desconcentração administrativa e financeira, orientada pelo Executivo angolano através dos recursos consignados, conferindo actualmente a cada município 28 milhões de kwanzas mensais, dos quais três milhões estão destinados à merenda escolar, segundo avançou a secretaria de Estado.

A secretária de Estado para Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Elsa Barber, realçou que o programa integrado de desenvolvimento local e combate à pobreza tem representado um desafio para o Executivo angolano, na medida em que contribui na rentabilização social e económica, criando um novo paradigma de desenvolvimento sustentável e bem-estar das famílias angolanas.

A execução do programa enquadra-se numa estratégia de descentralização e desconcentração administrativa e financeira, orientada pelo Executivo angolano através dos recursos consignados, conferindo actualmente a cada município 28 milhões de kwanzas mensais, dos quais três milhões estão destinados à merenda escolar, segundo avançou a secretaria de Estado.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Programa de literacia financeira abrange mais de 2 mil pessoas

*Jornal Economia e Finanças*

*3 De Junho de 2022*

*Texto: António Eugénio*

Um protocolo de parceria no domínio da literacia financeira assinado entre o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) e o Banco nacional de Angola (BNA) permitiu até este ano realizar, 105 acções de Educação Financeira, que com a participação de 2 mil 737 cidadãos maioritariamente jovens mulheres, organizadas em grupos sociais ou Associações.

A informação foi avançada, terça-feira, em Luanda pela ministra da Acção Social, Família e Promoção da mulher, Faustina Alves de Sousa, durante a abertura do Fórum "Inclusão Financeira para o Desenvolvimento, tendo avançado que o protocolo beneficiou associações envolvidas nos diversos sectores da actividade económica em 14 províncias, dos quais, foram formados 872 multiplicadores, em gestão de finanças pessoais e familiares em 10 províncias.

A ministra avançou que foram realizadas campanhas de sensibilização em oito províncias, que resultaram na abertura de 1.020 contas bancárias simplificadas, incluído a Bankita e atribuídos 154 cartões Multicaixa.

No domínio da inclusão social e produtiva, o projecto de fortalecimento da protecção social, denominado Kwenda, já beneficiou 353 mil 333 pessoas, em 35 municípios, das 18 províncias do país com transferências sociais monetárias, e 70 por cento dos beneficiários são mulheres chefes de famílias.

Relativamente, ao projecto de promoção de género e empoderamento da mulher, inserido no Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, foram cadastradas um total de 130 mulheres, enquanto o projecto de Catadoras de Resíduos Sólidos, criou 37 pontos de concentração de resíduos, nas localidades do Belo Monte, Cacuaco e Viana, em Luanda.

A ministra, avançou que as actividades geradoras de rendimento, em 2021, foram integradas, 34.936 pessoas, em diversas actividades como, comércio, corte e costura, pastelaria, agricultura e pesca, entre outros.

Faustina de Sousa adiantou que a realização deste Fórum coincide, por um lado com a apresentação Pública da Secção Nacional da Rede de Mulheres Líderes Africanas, um órgão para o reforço de acções de empoderamento da mulher, bem como o encerramento da Jornada Nacional da Família 2022 que teve como ponto alto a "Feira de Inclusão Social das Famílias".

Visando o reforço das competências familiares e a redução dos índices de pobreza cujas consequências impactam negativamente na vida das mulheres. Dado o facto de constituírem 52 por cento da população angolana e 53 economicamente activa também são mulheres.

#### Empoderamento

O Executivo Angolano comprometido com o empoderamento da mulher e da rapariga, aprovou o Decreto Presidencial n. 222/13, de 24 de Dezembro, que define a Política Nacional para Igualdade e equidade de género e a sua respectiva Estratégia de Advocacia e Mobilização de Recursos para Implementação e Monitorização, incluindo o Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

Programas que têm como base, acelerar a participação das mulheres e dos homens no domínio político, económico, social e familiar em todas as etapas, respeitando os princípios de igualdade e equidade de género, potenciando-as com iniciativas de geração de renda e inclusão produtiva para a promoção do auto-emprego.

Nesta perspectiva, o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, em parceria com o Ministério da Economia e Planeamento, por via do INAPEM e a FAO desenvolve medidas de políticas que promovem o desenvolvimento sustentável da mulher, igualdade e equidade de género.

Tomando como exemplo dentre outras acções, a capacitação de mulheres no agronegócio e na pesca, contribuindo assim, para a remoção de barreiras no empoderamento económico da mulher.

Por isso, a ministra defende gizar sinergias para uma aposta contínua na mulher, principalmente no meio rural e periferias das cidades, garantindo o seu acesso à terra, à formação, ao crédito e às pequenas tecnologias de produção. Assim como a transformação pós colheita de forma a ser inserida no agronegócio e por conseguinte, reduzir os índices de pobreza e de vulnerabilidade.



## 2.2 Mais de 590 jovens recebem micro-crédito

*Jornal de Angola*

4 De Junho de 2022

Texto: Luisa Victoriano

Um total de 595 jovens do município de Malanje beneficiaram, quinta-feira, de kits profissionais e micro-crédito, no cumprimento da quarta fase do Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE).

Dos bens recebidos, constam kits profissionais de agricultura, canalização, marcenaria, carpintaria, pastelaria e cabeleireiro, além do micro-crédito, cujo valor ronda os 320 mil kwanzas para cada jovem.

No acto de lançamento, onde foram entregues 76 carteiras profissionais, o representante do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), Frago João Carlos, disse que já foram distribuídos a nível da província de Malanje um total de 1.140 postos de trabalho directos.

Frago João Carlos acrescentou que a entrega de kits e carteiras profissionais se enquadra no programa de dinamização da 4ª fase do Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE), desenvolvido pelo Executivo.

Salientou que o PAPE é um instrumento criado pelo Executivo no seu plano de governação, cujo objectivo é incentivar jovens desempregados (dos 17 aos 40 anos) na criação de seus próprios negócios e postos de trabalho, reduzindo, deste modo, o nível de desemprego e gerarem riquezas para a economia nacional, através da formalização dos seus negócios.

O vice-governador para o Sector Político, Social e Económico, Domingos Eduardo, disse que a entrega de kits e carteiras profissionais vem cumprir com as promessas que o Executivo estabeleceu no Plano de Desenvolvimento Nacional de 2018/2022, visando garantir a empregabilidade para juventude.

Domingos Eduardo pediu aos jovens beneficiários mais responsabilidade e a inovarem os seus negócios, diversificando as acções, gerar valores agregados e criar mais postos de trabalho para os outros.

## 2.3 Caixa Geral e INAPEM assinam linha de crédito

*Jornal de Angola*

12 De Junho de 2022

Texto: Hélder Jeremias

O Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e o Banco Caixa Geral de Angola (BCGA) assinaram, sexta-feira, em Luanda, uma linha de financiamento para a concessão de créditos de 50 a 100 milhões de kwanzas a operadores económicos nacionais.

Rubricado pelo presidente do Conselho de Administração do INAPEM, João Nsoki, e o administrador do BCGA Francisco da Silva, o acordo ajuda a mitigar as dificuldades dos empreendedores na apresentação de projectos bem estruturados e garantias de reembolso nos municípios.

De acordo com Francisco da Silva, o BCGA estabeleceu uma matriz dos documentos necessários para cada operação, de acordo com o montante associado aos projectos, onde, além do rigor na análise, está prevista a celeridade na concessão de crédito.

"Estamos preparados para dar resposta em tempo reduzido sempre que os processos chegarem ao banco, uma vez que o propósito é termos uma forte capacidade de resposta. Não significa que a resposta seja sempre positiva, mas que seja dada em tempo útil, pelo que desejamos uma organização e filtragem na 'nascente', para que a percentagem de aprovação seja a mais elevada possível", frisou.

Questionado sobre o volume da linha de crédito, Francisco da Silva referiu que, nos dias de hoje, a concessão de crédito é baseada no capital que o banco tem disponível, bem como nas garantias associadas, de modo que "não há, propriamente, um montante de alocação a esses projectos".

"Trata-se do capital que o banco tem disponível para conceder crédito. O nível de garantias associadas a cada projecto vai definir maior ou menor absorção de capital, isto é, um projecto com mais garantias e mais património, terá maior probabilidade de ser aprovado", avançou.

Francisco da Silva estabeleceu em 50 milhões a média do financiamento por projecto, podendo chegar até 100 milhões sempre que o conjunto de peças contabilísticas necessário com o capital do promotor oferecer garantias plausíveis.

## 2.4 Concedidos 2,6 mil milhões em micrócrédito a informais

*Jornal de Angola*

*17 De Junho de 2022*

*Texto: Ana Paulo*

O Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) atendeu 2.775 pedidos de microcrédito, no valor de 2,6 mil milhões de kwanzas, anunciou, quinta-feira, em Luanda, o ministro de Estado para a Coordenação Económica.

Manuel Nunes Júnior, que avançou estes dados no lançamento da primeira pedra para a construção do edifício que acolherá os serviços permanentes do PREI, a erguer-se no mercado do Catintón, reconheceu que o programa cresceu de forma positiva, permitindo retirar do círculo informal cerca de 200 mil operadores, principalmente mulheres.

Do número de formalizados, destacou Manuel Nunes Júnior, mais de 50 por cento são jovens com idades compreendidas entre 15 e 40 anos de idade.

Com o lançamento do processo de aceleração do PREI, em Novembro de 2021, quando o modelo itinerante do projecto foi levado aos municípios do país, uma procura massiva das tendas de registo por parte de agentes económicos informais levou à ideia da construção do primeiro edifício para acomodar de forma integrada os serviços de formalização das actividades económicas.

Nesse edifício, esclareceu o ministro de Estado para a Coordenação Económica, vai-se realizar de modo concentrado o registo dos trabalhadores e unidades económicas que actuam na informalidade.

Manuel Nunes Júnior realçou benefícios do edifício permanente como o acesso aos cuidados primários de saúde, educação pré-escolar para os filhos menores das vendedoras, registo civil para emissão do Bilhete de Identidade, número de Identificação Fiscal (NIF), Certidão Comercial, Certidão Contributiva do Instituto Nacional da Segurança Social, acesso aos serviços de desenvolvimento de negócios, incluído serviços financeiros digitais e do sistema bancário.

Destacou que esta iniciativa sinaliza a intenção do Governo em tornar o PREI num serviço definitivo

de formalização, de modo a demonstrar aos empreendedores benefícios tangíveis.

“A futura infra-estrutura é um elemento importante para a sustentabilidade do processo de formalização da economia, assim como, para a reversão das vulnerabilidades dos nossos mercados, associadas a condições de saúde e de trabalho pouco adequadas e dignas”, frisou.

Formalização permanente

Por sua vez, o ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João, anunciou que edifícios fixos para atender os serviços de formalização económica vão ser implantados em todo o país, atendendo os 164 municípios.

Os grandes municípios, garantiu Mário Caetano João, serão os mais beneficiados, com mais de um edifício do género, por apresentarem maior demanda populacional ligada à actividade comercial informal.

Orçado em cerca de 180 milhões de kwanzas e com um prazo de construção de três meses, a empreitada do Edifício o Executivo do PREI está inscrita no OGE.

Os edifícios serão erguidos fruto do apelo das vendedoras que pretendem continuar a beneficiar e de outras que não conseguiram aderir ao processo. “Quando chega a fase final do processo num dos mercados, com as equipas, ao desmontar as tendas, os comerciantes pedem que continuem, de onde surgiu a ideia do edifício permanente”, frisou o ministro, defendendo ser necessário “redimensionar tudo e deixar de realizar campanhas andando pelo país”.

O acto de lançamento da primeira pedra contou com a participação de representantes da União Europeia, entidade financiadora do PREI.

Reestruturação de mercados prevista para segunda fase

A próxima aposta da Comissão Multisectorial do Programa de Reconversão da Economia Informal é a reestruturação dos mercados, que vai permitir dar condições condignas aos vendedores.

Segundo Mário Caetano João, este processo está previsto para a segunda fase do PREI, a ter início em 2023, sendo que a primeira fase terminará no próximo mês de Julho. “É necessário que se reabilitem os mercados informais, porque os agentes económicos, depois de completarem o processo, voltam a vender nas mesmas condições com bancadas não apropriadas”, defende o ministro.

Mário Caetano João sublinhou que, “neste projecto, o foco é melhorar o ambiente de trabalho das vendedoras, sobretudo, das que fazem parte da cadeia de valor da produção animal, nos locais de abate que, muitas vezes, não apresentam condições higiénicas e fitossanitárias”.

A construção dos edifícios e a reestruturação dos mercados serão executados com o apoio técnico dos governos provinciais. No caso de Luanda, a governadora, Ana Paula de Carvalho, reconhece serem positivos o resultado do programa na vida dos munícipes, além de constituir um dos meios eficazes para o alargamento da base tributária do Estado e do aumento do número de contribuintes por via do crescimento do emprego e do número de empresas formalizadas.

## 2.5 Programa de Reconversão da Economia Informal garante 2.775 micro-crédito

*Jornal Economia e Finanças*  
17 De Junho de 2022

A implementação do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), desde 16 de Novembro de 2021 até agora, permitiu a criação de mais de 3.000 postos de trabalho, fruto da disponibilização de 2.775 micro-créditos, orçados em 2,6 mil milhões de kwanzas.

Segundo notícia a Angop, o PREI permitiu retirar do circuito informal para o formal perto de 200 mil operadores comerciais, dos quais mais de 50 por cento são jovens com idades compreendidas entre 15 e 40 anos.

Ao intervir no acto de lançamento da primeira para a construção do primeiro edifício de apoio à formalização das actividades económicas no mercado do Catinton, em Luanda, o ministro de Estado para Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, sublinhou que esses resultados foram alcançados fruto do apoio dos parceiros do Governo de Angola, nomeadamente da União Europeia (EU) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Na ocasião, o ministro de Estado esclareceu que o auxílio da União Europeia enquadra-se no abrigo da Convenção de Apoio Orçamental, rubricada em Dezembro de 2020, enquanto o PNUD presta o apoio técnico imprescindível ao Governo angolano, o que permitiu exequível a 2,6 MIL MILHÕES DE KWANZAS

É o financiamento disponibilizado desde Novembro, no quadro do PREI implementação do PREI. Segundo Manuel Nunes Júnior, a consolidação e expansão do PREI terá resultados satisfatórios para as famílias e para o país, em geral.

Com isso, revela, o Governo angolano vai continuar com o compromisso de assegurar a completa implementação do PREI, trabalhando com firmeza para dignificação dos empreendedores e tornar a economia do país, cada vez mais, eficiente e desenvolvida.

O ministro de Estado para Coordenação Económica considerou a construção dessa infra-estrutura como um elemento de extrema importância para a sustentabilidade do processo de formalização da economia.

A iniciativa sinaliza a intenção do Executivo angolano em tornar o PREI num serviço permanente da formalização das actividades económicas, mostrando os benefícios que este programa trás aos empreendedores.

## 2.6 Vendedores recebem crédito após legalização

*Jornal de Angola*  
25 De Junho de 2022  
Texto: Marcelo Manuel

Um grupo de 100 vendedores reconvertidos para a economia formal recebeu, sexta-feira, em Ndalatando, Cuanza-Norte, os primeiros financiamentos concedidos na província à luz do Programa Nacional de Reconversão da Economia Informal (PREI).

Entre os negócios propostos pelos beneficiários constam os de venda de bens alimentares, vestuário, calçado e bebidas. O representante do Fundo de Apoio de Capitais de Risco (FACRA), Simão Cardoso, frisou que o dinheiro cedido para cada candidato depende do volume de negócios de cada favorecido, situando-se entre os 300 mil e os sete milhões de kwanzas.

Simão Cardoso defendeu a necessidade de os beneficiários trabalharem com dedicação, por forma a aumentarem o volume dos negócios, com o propósito de gerarem mais rendimentos e oportunidades de emprego para outros cidadãos.

O director do Gabinete Provincial de Desenvolvimento Económico Integrado, Fernando Humberto Mesquita, frisou que, a nível do Cuanza-

Norte, estão inscritos 1.300 apurados para serem beneficiados com microcréditos relacionados com o PREI, indicando que a entrega dos valores será feita em cinco fases distintas, embora não tenha avançado uma data precisa para o término da primeira fase.

O financiamento é concedido por um período de um ano, com um de carência e juros de três por cento, com os beneficiários a serem advertidos para reembolsarem o dinheiro ao Estado nos prazos previstos, sob pena de serem intimados judicialmente caso não o fizerem.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Angola tem as piores condições para desenvolver o empreendedorismo

*Jornal Expansão*  
3 De Junho de 2022

A actividade empreendedora em Angola depende largamente do impulso individual dos empreendedores, assente em intenções individuais e atitudes próprias da cultura angolana, e não tanto no (pouco) apoio estatal que lhe é dado.

Angola está no último lugar das condições estruturais para empreender entre 43 economias que constam no relatório do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2020/2021, que analisa as condicionantes do contexto, sejam de ordem social, política ou económica, que definem o percurso da actividade empreendedora e dos empreendedores.

De acordo com o relatório, 37 especialistas angolanos atribuíram, à semelhança do que acontece nos outros 42 países, uma classificação de O (totalmente insuficiente) a 10 (totalmente suficiente) às Condições Estruturais do empreendedorismo (CEE) no país. Nesta análise constam a atribuição de classificação a parâmetros como o acesso a financiamento, as políticas governamentais, educação e formação, transferência de investigação e desenvolvimento, abertura do mercado, infra-estruturas, normas sociais e culturais, a reactividade e reinvenção do empreendedorismo e o impacto da Covid-19 nas políticas governamentais (ver página 4).

Na classificação final, Angola está na última posição dos 43 países, com uma classificação de 3,3 em 10 possíveis o que, segundo o relatório, "valoriza o esforço do empreendedor angolano", que é o mais empreendedor do estudo, mas que o faz num ambiente de negócios tão adverso.

Os dados de 2020 mostram que as condições mais favoráveis ao empreendedorismo em Angola são a reactividade e reinvenção do empreendedores mo, as normas sociais e culturais, e a abertura do mercado. Como condições intermédias, que não condicionam tão marcadamente o empreendedores mo, nem positivamente, nem negativamente, aparecem a infra-estrutura comercial e de serviços, o impacto da Covid-19 nas políticas governamentais, o financiamento, as infra-estruturas físicas, e as políticas

governamentais. Já as condições menos favoráveis ao empreendedorismo são a transferência de I&D, a educação e formação, e as políticas governamentais.

Aliás, em relação à transferência de investigação e desenvolvimento (I&D) tem havido um retrocesso face a 2014, um sinal claro de que o acesso a I&D, produzida nomeadamente nas universidades e nos institutos de investigação, não tem sido um importante factor para o desenvolvimento de novos negócios e de negócios já existentes, ao contrário do que acontece lá fora.

Já a segunda condição cuja classificação mais decresceu foi a relacionada com programas governamentais. Da apreciação dos especialistas conclui-se que faz falta uma agência única que ajude as empresas a acederem a informação sobre apoios governamentais (a pontuação neste indicador é 2,9), embora se notem melhorias no indicador que avalia se o acesso a programas governamentais é facilitado independentemente do perfil socioeconómico da pessoa que procura informações.

Desta forma, o estudo conclui que, actualmente, "a actividade empreendedora em Angola depende largamente do impulso individual dos empreendedores, assente maioritariamente em intenções individuais e atitudes próprias da cultura angolana, e não tanto no (pouco) apoio estatal que lhe é dado. É ainda importante registar, com base nos dados analisados na primeira parte desta secção, que este aspecto tem vindo a acentuar-se desde 2014".

J.J.R.

### 3.2 Mercados formais cobram menos que os informais

*Jornal Economia e Finanças*  
3 De Junho de 2022

O preço dos produtos da cesta básica, na quarta semana do mês de Maio de 2022 registou-se um ligeiro aumento de 0,06 por cento e os produtos que mais contribuíram para este aumento nos mercados informais

De acordo com o levantamento semanal efectuado pelas equipas dos Jornais de Angola e de Economia & Finanças, o preço de venda do pão, do tomate, da carne e do arroz foram os que mostraram as reduções mais notáveis nos operadores formais. Já a carne de vaca e as fubas de bombo e milho amarelo lideraram a oscilação em alta vista nas "praças" da província de Luanda.

Em termos gerais, a variação de preços dos produtos da cesta básica da terceira para a quarta semana do mês de Maio registou uma redução de 0,98 por cento. Nos estabelecimentos comerciais, a variação de preços dos produtos da cesta básica da terceira para a quarta semana do mês de Maio registou uma redução de 1,83 por cento. Os produtos que contribuíram para esta redução de preços foram o pão bola e tomate com 6,36 por cento cada, carne de vaca com 5,66 por cento e arroz corrente com 3,41 por cento. Por outro lado, as maiores variações de preços registaram-se nos produtos fuba de milho com 5,23 por cento, feijão com 4,18 e coxa de frango com 2,58 por cento.

As maiores variações de preços no período foram registadas nos supermercados Intermarket com 6,46 por cento, Africana Discount com 2,25 e Shoprite com 2,22 por cento e, por outro lado, registou-se redução de preços na Maxi com 9,88 por cento, Lumbo com 7,77 e Candando com 5,57 por cento, respectivamente. Os preços dos produtos da cesta básica nos mercados informais da terceira para quarta semana do mês de Maio, registaram em média uma descida de 0,98 por cento nos supermercados, contrariando a subida de 0,06 por cento observado nos mercados informais.

### 3.3 Pape gera mais 2 mil novos postos de trabalho

*Jornal Economia e Finanças*  
3 De Junho de 2022  
Texto: António Capitão

Plano de Acção de Promoção a Empregabilidade (PAPE) concluiu, na quarta-feira, a quarta fase de entrega de kits profissionais de trabalho e cedência de micro-crédito aos jovens dos municípios Uíge, Maquela do Zombo, Damba e Mucaba, na província do Uíge.

Ao todo, foram entregues 540 kits profissionais a igual número de jovens que se inscreveram no projecto de formação, criação de micro-negócios e promoção da empregabilidade.

Deste número, foi possível criar mais 1.620 novos postos de trabalho que, adicionados aos beneficiários diretos, totalizam 2.160 empregos gerados pelo PAPE no Uíge.

Depois de capacitados em administração de pequenos negócios no Centro Local de empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE) e terem beneficiado de formação profissional nos pavilhões de arte e ofícios do Instituto Nacional de

Emprego e Formação profissional (INEFOP), 540 jovens receberam kits de manicure e pedicure, canalização, carpintaria e ladrilho, corte e costura, agricultura, serralharia, pastelaria e culinária, cabeleireiro e electricidade.

O director nacional do Gabinete de Estudo, Planificação e Estatística (GEPE) do Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), Leonel Bernardo, que orientou o acto de entrega dos kits de trabalho no largo da administração municipal do Uíge, referiu que além dos equipamentos profissionais distribuídos, o PAPE permitiu também a cedência de micro-crédito a 259 jovens para a criação de pequenos negócios.

#### Baixar desemprego

Leonel Bernardo sublinhou que a materialização do PAPE é o cumprimento do Despacho Presidencial que orienta a prestação de uma atenção especial à juventude.

Sendo que 50 por cento da população da província do Uíge é jovem, o plano executivo do MAPTSS visa baixar a taxa de desemprego e a promoção da e Habilidade na região.

"Com as acções de formação, entrega de kits de trabalho e cedência de micro-crédito queremos com isto transformar as iniciativas dos beneficiários como uma real fonte de empregabilidade para mais jovens. Agora, é necessário que o destino a ser dado pelos equipamentos e dinheiro que receberam sejam utilizados para as acções preconizada e de forma racional", disse.

A administradora municipal do Uíge, Sónia Arlete, testemunhou o acto de entrega dos kits de trabalho, certificados de formação profissional e cedência de micro-crédito e destacou a importância da implementação do PAPE como um mecanismo do Executivo de dar outro impulso a vida dos jovens beneficiários.

"O Estado não deve ser a única entidade empregadora no país. Para poder se sentir um pouco desafogado do índice de desemprego existente, está a potenciar alguns Jovens que ao criarem os seus pequenos negócios ou desenvolverem actividades profissionais, vão gerar postos de trabalho para outros jovens", referiu.

### 3.4 Taxistas querem ser incluídos nas polícias

*Jornal Expansão*

*3 De Junho de 2022*

*Texto: Graciete Xavier*

Os taxistas de Luanda queixam-se que ninguém quer formalizar a sua actividade, o que os deixa fora do acesso aos benefícios sociais e ao crédito. "Não existe um único taxista que tenha conseguido uma residência numa centralidade, isso porque os requisitos exigidos não podem ser preenchidos pelos taxistas", confirma Francisco Paciente, presidente da Associação Aliança Nova dos Taxistas de Angola.

"Somos vistos como 'biscateiros', como pessoas sem profissão que usam o táxi para ganhar dinheiro, somos proibidos até de entrar em algumas zonas da cidade por acreditarem que vamos criar desordem nestes locais. Quem é que nos vai dar crédito para comprar carros próprios ou permitir o acesso a habitação se a intenção do Governo é acabar com essa actividade?". Foi com esta pergunta que António Adão, taxista há mais de 10 anos, recebeu a reportagem do *Jornal Expansão* durante uma ronda feita esta semana em várias paragens de táxi da cidade capital.

Na rota dos Congolenses até ao São Paulo, António Adão fazia quando eram 11 horas a quarta rota do dia. Falando à nossa reportagem sem muita vontade, desmotivado e com alguma dureza nas palavras, o profissional acredita que a formalização da referida classe é caso para esquecer. Para ele não há intenção de nenhuma instituição governamental para dar seguimento ao processo de formalização, o que lhes retira a possibilidade de desenvolver um negócio próprio e melhorar a condição das famílias

Todos os taxistas entrevistados pela nossa reportagem lamentam o facto de serem excluídos de praticamente todos os projectos de acesso ao crédito para a compra de viaturas próprias, acesso a habitação e dos projectos de fomento da empregabilidade, na perspectiva do aumento da renda familiar.

Do Rocha Padaria até aos Congolenses é a rota percorrida todos os dias por Manuel Vunge, taxista há mais de 14 anos, que lamenta, assim como a maioria dos entrevistados, o facto de nunca ter podido comprar uma viatura própria por falta de condições financeiras. Todos os dias carrega em média 230 a 250 pessoas a cobrar 150 Kz por pessoa, uma renda diária que oscila entre os 34.500 Kz a 37.500 Kz. Vão 20.000 para o patrão e o resto divide-se entre o pagamento ao cobrador, as cotas que têm

de ser pagas diariamente nas placas a que pertencem, a gasolina e o lotador.

No fim do dia, Manuel pode levar para casa pelo menos 8 mil Kz, que acredita não ser uma renda má, mas o seu sonho é juntar é juntar 25 milhões Kz para poder comprar um viatura nova e trabalhar para si, o que nas condições actuais, é impossível

Maurício Ernesto tem 33 anos e é taxista há 11 anos, pai de 4 filhos vive numa casa de renda e diz que não pensa em inscrever-se em nenhum programa do governo de acesso a habitação porque entende que esses projectos são feitos para os trabalhadores do sector público.

"Nunca vi um único colega que tenha conseguido uma casa em qualquer centralidade porque nós não somos vistos com seriedade. Não temos nenhuma protecção, há proprietários que exigem até 30 mil Kz diários aos funcionários sob pena de perder o emprego se não entregar esses valores, e ninguém diz nada disso. É uma exploração", desabafou.

A posição da ANATA Francisco Paciente, Presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola, afirma que a associação tem discutido com o governo a situação da formalização da actividade, mas reforça que não há interesse na formalização da referida classe.

"Além da inscrição dos taxistas no sistema de protecção social individual em regime particular, nós precisamos de uma carteira profissional. Todos os dias entram e saem pessoas desta profissão porque à partida, nem a lei nos favorece. Exigimos uma lei para a profissionalização da actividade que deverá implicar entre outros o registo da viatura e do motorista, para que em qualquer ponto da cidade nós os possamos localizar por via de uma aplicação que temos aqui na ANATA. Seria uma boa forma de dar mais segurança aos passageiros" disse.

Quanto a questão da cedência de crédito, o responsável disse que a maior parte dos taxistas que tem as próprias viaturas compraram por via de créditos informais mas que podem ser formalizados. Segundo fez saber, o sistema funciona como uma renda resolúvel, ou seja o proprietário entrega a viatura ao taxista e o mesmo fica obrigado a entregar pelo menos 25.000 Kz por dia durante 3 ou 4 anos. O proprietário poderá ainda aplicar uma taxa de juros, e passado esses anos o dono da viatura terá de volta o valor do investimento com a taxa de juro aplicada, e de seguida a viatura é entregue ao taxista.

"Nós temos 25 mil taxistas inscritos nas associações e os mesmos estão inscritos também no Ministério dos

Transporte e no gabinete provincial de tráfego e mobilidade Urbana. Para formalizar esse tipo de crédito os bancos deviam contactar as associações e as mesmas seleccionavam um grupo de taxistas com responsabilidade devidamente comprovada, este banco financiava o pagamento das viaturas por via de uma das concessionárias. Eles podiam trabalhar numa aplicação de gestão onde fariam o depósito de um valor estabelecido pelo banco, em três anos teríamos o valor totalmente pago, e o avalista destes taxistas seria a própria ANATA".

Acrescentou que neste momento não existe um único taxista que tenha conseguido uma residência numa centralidade, isso porque apesar do sistema de inscrição ser aberto, os requisitos exigidos não podem ser preenchidos pelos taxistas.

"Temos levado á discussão todos esses assuntos junto do Governo mas não tem havido vontade de resolver essas situações. Existem programas criados para formalizar várias actividades informais, mas os taxistas são postos de lado. Tenho neste momento em minha posse mais de 300 processos de pedido de crédito até de taxistas inscritos na segurança social, e que foram enviados para o I EFOP (Instituto Nacional de Formação Profissional) mas há um ano que não somos atendidos" lamentou.

O Expansão sabe de uma fonte do Ministério da Economia que os taxistas não se podem formalizar por via do PREI (programa de Reconversão da Economia Informal) que se dedica, pelo menos nesta primeira fase, a formalizar apenas os vendedores dos mercados.

### 3.5 Moto-taxistas não foram ouvidos e discordam da nova lei para o sector

*Jornal Expansão*  
10 De Junho de 2022n  
Texto: Graciete Xavier

Depois de vários anos a solicitar a legislação para a regularização da actividade de transporte remunerado individual ou colectivo de passageiros e de mercadorias em veículos ciclo motores, motociclos, triciclos e quadriciclos, a associação dos moto-taxistas de Angola (AMOTRANG) não teve voz na elaboração do decreto e diz que vai recorrer, por não concordar com algumas disposições constantes na lei.

O Presidente da Associação dos Moto-taxistas de Angola, Bento Rafael, disse ao jornal Expansão, que a associação está a preparar um manifesto que deverá

ser entregue às autoridades competentes nos próximos dias.

"A Associação que teve durante vários anos há clamar pela elaboração deste decreto não foi ouvida. Nós os que estamos dentro da actividade sabemos quais são as questões que devem ser vistas e revistas. Portanto, o Governo além de ouvir outros órgãos ministeriais, também devia chamar-nos. Neste momento acreditamos que essas leis que constam no decreto são extremamente contraditórias, e algumas delas não favorecem em nada os moto-taxistas" confirmou.

Segundo o decreto 123/22 de 30 de Maio os moto-taxistas estão agora obrigados a ter carteira profissional, colete, capacete, licença do veículo, mas o seguro deixa de ser obrigatório. Também só poderão exercer a actividade no município em que estiverem registados. A carteira profissional deverá ser adquirida por via de uma formação profissional a ser ministrada pelo INEFOP (Instituto Nacional de Formação Profissional), e emitida pela administração local do Estado, por via electrónica ou em suporte de papel. O documento tem a validade de cinco anos, podendo ser renovada por igual período mediante curso de reciclagem.

No entanto a carteira profissional pode ser anulada em casos de prestação de falsas declarações, criação de conflitos com os outros operadores de veículos da praça onde estão alocados, ou pelo exercício da actividade em estado de embriaguez.

Segundo o decreto serão ainda criadas praças, ou seja locais de paragens definidos e sinalizados pelos Órgãos da Administração Local do Estado Competente destinados aos moto-taxistas autorizados a prestar serviço de transporte de passageiros ou de mercadorias. Cada moto-taxista terá uma praça de referência e só poderão fazer o serviço dentro dos municípios em que estiver registado.

O negócio está a crescer

Assim como em outras actividades informais, o serviço de moto-táxi foi uma das actividades que cresceu consideravelmente com a crise financeira que assola o País há mais de cinco anos, tendo um aumento um pouco mais de 80% nos últimos três anos, segundo dados da AMOTRANG.

Muitas são as pessoas que perderam os seus empregos formais e que tiveram de recorrer ao serviço de moto-táxi para sobreviver, mas também abriu novas oportunidades a outros, que com este negócio conseguiram aumentar os rendimentos e dar uma vida melhor às suas famílias.



O Jornal Expansão viajou de mota, esta semana, durante uma ronda feita às várias paragens de moto-táxi na cidade, em que ficámos a saber que apesar das dificuldades que estes profissionais enfrentam, muitos preferem exercer essa actividade do que estar num emprego formal.

A história de Manuel Fernandes que foi pizzaiolo durante vários anos numa unidade hoteleira em Luanda foi a primeira que ouvimos. Manuel conta que ganhava por mês 45.000 kz, mas nesta época juntou algum dinheiro que lhe permitiu adquirir uma motorizada que lhe rendia 12 mil kz por semana. Depois de ter sido despedido Manuel foi obrigado também a demitir o moto-taxista que empregava para ser ele mesmo a exercer a actividade. Agora consegue ter uma renda mensal média de 70.000 kz, mais 25 mil kz em relação a renda como pizzaiolo, e tem a possibilidade de fazer crescer a sua actividade.

Na paragem da FTU encontramos Francisco Tomás que trabalha como moto-taxista há seis anos. Com passagens numa empresa de construção civil, numa barbearia e numa loja de fotografia, diz que o salário nunca passou de 30 mil kz, e chegou mesmo a receber apenas 15 a 18 mil kz por mês numa dessas empresas.

Aos 27 anos e pai de uma filha diz que o serviço de moto-taxi é muito mais rentável que todos os empregos formais que tiveram, mas lamenta apenas o facto de ser um trabalho muito cansativo e pouco seguro. Por dia, Francisco afirma que consegue fazer até 20.000 kz, e está apenas obrigado a entregar 3 mil kz ao patrão.

"Gostaria de ter IPI11 trabalho formal porque acredito que é mais seguro, mas em termos de ganhos, esta actividade rende sempre mais. Temos também as nossas dificuldades porque esse trabalho é muito cansativo, e ainda temos de pagar o salário dos polícias, porque parece que eles não são pagos "lamentou. o risco da actividade

Mas nem todas as histórias têm um final feliz. Manucho começou a trabalhar com motorizadas há algum tempo tinham uma renda de 15 mil por dia e entregava três ao patrão, tal como todos os outros, mas há três anos quando levava um passageiro ao seu destino foi abordado por marginais que roubaram a motorizada. Hoje tem de passar o dia na paragem à espera da solidariedade de alguns colegas que lhe emprestam as suas motorizadas para fazer algumas, poucas, viagens.

De Cacuaco até ao Kikolo o senhor António, natural do Uíge, que anteriormente era gestor de armazém, é condutor de uma motorizada vulgarmente conhecida

por Kupapata. Tem conhecimento que não deve carregar passageiros mas apenas mercadorias, porém afirma que não tem como carregar apenas mercadoria por ser pouco rentável. Por isso, "saltando" por cima da lei, transporta também pessoas.

Acrescentar que nas mais de cinco paragens de moto-táxi que a nossa reportagem esteve a acompanhar o trabalho de mais de 40 moto taxistas, apenas cinco tinham capacetes, seguro, licença e estavam com as motorizadas em bom estado.

Referir também que a viagem normal de moto custa 150 kz nas periferias e 500 kz no centro da cidade, mas há ainda os casos de aluguer em que uma corrida da cidade até por exemplo na central idade do Kilamba, pode custar de entre 7 e 10 mil kz.

Actualmente existem no nosso País mais de 700 mil motoqueiros, só na cidade de Luanda o número ultrapassa os 30 mil moto-taxistas. Estima-se que directa e indirectamente estejam ligados a esta actividade mais de um milhão de pessoas.

### 3.6 Trabalho infantil afectou mais de 18 mil crianças no país entre 2020 e 2021

*Novo Jornal*

*26 De Junho de 2022*

*Texto: Dulcineia Lufua*

O Instituto Nacional da Criança (INAC) registou, de Janeiro de 2020 a Dezembro de 2021, em todo o país, 18.543 casos de menores que foram vítimas de trabalho infantil, com maior incidência para o sector informal que, ficou com 75% dos casos detectados. Os dados foram revelados, em exclusivo ao Novo Jornal, pelo próprio director do INAC, Paulo Kalesi, que, apesar dos números, considera a

As províncias de Luanda, Bengo, Huíla, Benguela, Huambo, Cabinda e Lundas Norte e Sul são as que têm maior registo de casos de crianças envolvidas no trabalho infantil. Paulo Kalesi encontra nas estatísticas do Instituto Nacional da Estatística (INE), que estima a projecção da população em Luanda em 8,2 milhões de habitantes, mantendo-se como a província mais populosa, representando 27,3% dos mais de 32 milhões de angolanos, a justificação para que a capital esteja no topo da lista.

"Na província de Luanda, encontramos crianças a serem exploradas na venda ambulante, transporte de mercadorias e lavagem de carros, ao passo que em outras províncias, como Huíla, Namibe e Bengo, temos crianças a trabalhar nas fazendas e na

exploração de inertes", diz o responsável, antes de esclarecer que, no litoral, o trabalho infantil está ligado ao ramo das pescas ao passo que, nas províncias fronteiriças, as crianças são exploradas em mercados.

Em véspera de se celebrar mais um 12 de Junho, Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, o número um do INAC revela ao NJ que, quanto ao género, os números da exploração de crianças no País não difere, sendo que as faixas etárias dos pequenos variam entre os 7 e 14 anos.

Mais de cinco mil casos de violência no primeiro semestre de 2022

De acordo com o director do INAC, no geral, chegaram à mesa do instituto mais de cinco mil registos de atropelo aos direitos das crianças, só no primeiro semestre de 2022, sendo que, deste número, segundo o responsável, 504 casos têm a ver com denúncias de abuso sexual. Kalesi lamenta, no entanto, que a maior parte destes crimes tenha sido cometida por parentes próximos a esses menores.

### 3.7 Venda ilegal de medicamentos continua em Luanda 12 anos após proibição

*Jornal Expansão*

*17 De Junho de 2022*

*Texto: Graciete Xavier*

"Temos todos os medicamentos que a senhora quiser. "Esta é a frase ouvida por todas as pessoas que entram no portão principal daquele que já foi considerado um dos maiores mercados de venda ilegal de medicamentos, o Mercado dos Kwanzas, situado no município do Cazenga. A venda, que foi proibida em 2011, ocorre de maneira clandestina, mas à vista de toda agente, e é usada por centenas de pessoas que encontraram aqui o seu 'ganha-pão'. Apesar de ilegal, é nos depósitos de medicamentos que os vendedores se abastecem. Usam as licenças das farmácias para adquirir os fármacos que depois vendem, sem qualquer critério ou rigor na comercialização. Mesmo os que compram medicamentos sujeitos a receita médica conseguem comprar o fármaco.

A venda ilegal e avulsa de medicamentos persiste em Luanda, apesar de ser proibida a comercialização de fármacos fora das farmácias, desde 2011. Centenas de pessoas dedicam-se a este negócio, como constatou o Expansão, durante uma ronda no mercado dos Kwanzas. Apesar da venda ser feita de maneira clandestina o Expansão soube, durante uma conversa

com algumas vendedoras de roupa do fardo que vendem neste mesmo mercado, que os medicamentos ficam empilhados num quintal não muito longe do mercado, exposto ao sol, alguns até fora do prazo de validade. Há ainda casos de vendedores que deixam a mercadoria nas próprias casas, por medo de a polícia descobrir a existência destes quintais. Ao chegar ao Mercado dos Kwanzas, é notória a presença de vários homens espalhados pela entrada, que vão atrás de quem chega. Todos eles sussurram aos ouvidos a variedade de medicamentos que têm para oferecer e garantem que os medicamentos estão em bom estado.

"Temos todo o tipo de medicamentos. Qual a senhora quer?"

Podemos vender com receita ou sem receita. É só dizer que dores sentes que eu vou-te vender o medicamento certo e a dor vai passar". Estas foram as frases soltas pelo senhor Jacinto, vendedor de medicamentos há mais de 22 anos no Mercado dos kz. A todo custo o homem tentou convencer-nos a comprar medicamentos.

Sob disfarce, com a intenção de obter informações, a equipa de reportagem apresentou-se como proprietária de uma farmácia nova, que precisa de se abastecer. Passada a informação, o senhor Jacinto e outros colegas empolgaram-se a explicar rapidamente como funciona o negócio e, sem qualquer receio, desvendaram os segredos do negócio.

"Os medicamentos são comprados nos depósitos certificados pelo Ministério da Saúde, compramos com a licença das farmácias e depois voltamos a revender os medicamentos para elas. A verdade é que a compra de medicamentos nos depósitos só pode ser realizada se for em grandes quantidades e nem sempre as farmácias querem comprar grandes quantidades, porque na maioria dos casos só querem aumentar o stock. Por esta razão, ela nos entrega a licença, nós compramos em grandes quantidades e revendemos aqui no mercado dos Kz e nas próprias farmácias", explicou Jacinto.

O vendedor, que é oriundo da República Democrática do Congo, veio para Angola há 30 anos à procura de melhores condições de vida. Esteve na província do Uíge, mas o principal objectivo era chegar à capital, onde acreditava que encontraria uma fonte de rendimento para o sustento dos quatro filhos.

Hoje, como um dos vendedores mais antigos do mercado, esclarece que a venda de medicamentos acontece de forma clandestina, porque a Polícia Económica aparece com bastante frequência e se

alguém for encontrado a vender é multado. O valor da multa chega até aos 316 mil Kz. Mário, outro vendedor, diz que mercado recebe clientes que vêm à procura de todo o tipo de medicamentos, desde fármacos a produtos tradicionais, e até aquilo que os vendedores chamam de "medicamentos secretos". Estes últimos não são vendidos nas bancadas, por medo da polícia. Por esta razão, os vendedores ficam à porta do mercado para chamar os clientes e assim que dizem o que querem vão buscar o medicamento que fica no 'processo' (quintal ou armazém onde ficam guardadas as mercadorias que são vendidas nos mercados informais, desde roupa, calçado, comida, fruta e também medicamentos, que ficam em condições impróprias para consumo face à grande exposição ao calor).

Santos Nicolau, bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de Angola, diz que o comércio de remédios nos mercados informais está longe de acabar, devido ao seu baixo preço. Outros recorrem a eles por não terem receita médica.

Um levantamento do Sindicato dos Médicos em Angola permitiu constatar que uma receita que pode custar 18.500 numa farmácia chega a ser comprada por 2.000 Kz na clandestina. Este esquema não envolve apenas os vendedores e os proprietários das farmácias. Segundo Santos Nicolau, os gerentes dos depósitos de medicamentos, em muitos casos, até vendem os medicamentos aos comerciantes sem licença das farmácias, com o objectivo de vender com maior rapidez.

"Isso é um esquema que convém aos donos dos depósitos dos medicamentos. Há depósitos que só têm cinco clientes oficiais, o que faz com que os produtos demorem mais tempo para sair. O que esses gestores fazem é conseguir pelo menos mais 20 comerciantes informais, a quem vendem a um preço mais baixo em relação às farmácias, garantindo sempre o lucro. Isto é uma máfia", resumiu.

### 3.8 O cunhado da zungueira

*Jornal de Angola*

*12 De Junho de 2022*

*Texto: Augusto Cuteta*

Nesse dia, o ambiente é agitado. Há pessoas a correr de minuto a minuto de um lado para o outro. Uns correm, por força do enxotar dos polícias, e outros fogem à condução desorganizada dos automobilistas, na sua maioria apressada, embora o lugar não o permita. E ainda os que correm para escapar aos gatunos que abundam naquela zona comercial.

Os agentes da Polícia tentam manter a ordem e diminuir a azáfama naquela avenida, uma das mais movimentadas de Luanda. Aliás, a avenida tem divisões. É Avenida Cônego Manuel das Neves e, ao mesmo tempo, noutro ponto é Avenida Ngola Kiluanje. Confesso que sempre procurei saber onde começa uma parte e termina outra. Nessa curiosidade, procurei por amigos, alguns, até, funcionários da Administração de Luanda. E uma explicação assim-assim deu para ter uma ideia de onde termina uma e começa a outra! Aliás, a partir de uma conversa com o kota Nhuca Júnior fico a saber que a Ngola Kiluanje chamava-se Avenida Francisco Newton, no tempo da outra senhora.

E, saindo desse assunto dos pontos da avenida, vejo que o negócio da zunga, entenda-se, venda ambulante, tomou conta da parcela mais famosa do São Paulo, que fica entre o lado oposto da Igreja Católica e um pouco depois do Mercado local. Por isso, um dos corredores de maior concentração de vendedores e compradores, obviamente, atraídos pelos baixos preços ali praticados, ganha um novo nome: "Arreiou". No fundo, não é um baptismo novo, porque faz mais de 15 anos que a zona é assim designada.

Na verdade, o verdadeiro "Arreiou", marca que conquistou, hoje, a paixão de um dos maiores investidores no negócio de lojas de produtos da cesta básica, fica por detrás da rua principal do São Paulo, entre locais que se cruzam pelas bandas do Prédio Sujo, que agora é Prédio Limpo, e a Gajajeira.

Aqui, há mulheres e jovens com vários produtos à venda, desde roupas, calçados, material escolar, bijuteria a utensílios de cozinha. Com esses vendedores ambulantes, que, depois gostam de se concentrar à porta das lojas ali existentes, há enormes quantidades de lixo. Os taxistas, que arranjam qualquer canto para transformar em paragens de passageiros, complicam ainda mais a vida de outros automobilistas. Os peões, inclusive, não têm, também, a vida fácil, pois, andar por aquelas bandas exige uma ginástica dos diabos.

Num troço de menos de um quilómetro, os carros podem levar quase 15 minutos para furarem a zona, por causa, em parte, da confusão das corridas às zungueiras e da desorganização no troço. As pequenas crateiras na via, também, não ajudam.

Mas, enquanto estou a avaliar a zona, cumprindo aquele ensinamento dos manuais de Jornalismo de primeiro ver, ouvir e só depois perguntar, estou pausado na zona, dentro do ruca. A ideia é fazer um texto sobre o movimento rodoviário nesse troço. Mas, acabo mais de duas horas no famoso "Arreiou",

onde constato que a tarefa dos agentes policiais não é nada fácil, dada a teimosia das vendedoras.

O cenário é bem-parecido às brincadeiras dos conhecidos desenhos animados "Tom&Jerry", onde o gato está sempre atrás do rato e quando o primeiro se afasta o segundo entra novamente em acção. E, no São Paulo basta que os agentes da Polícia se retirem do local das vendas, mesmo que por segundos, as senhoras e jovens vendedores voltam a transformar o ambiente na mesma confusão. Estou com a sensação de que de zunga, nalguns pontos, é só nome. Há fixação de bancadas improvisadas. Latas, bacias, papelões, panos fazem esse papel!

E os agentes, quer da Polícia quer da Fiscalização retomam a correria. Os vendedores, principalmente as senhoras, saltam à estrada e vão para o outro lado. Segundos depois, tão logo os agentes parem a correria, elas voltam outra vez. E nesse corre-corre, os gatunos aproveitam para espetar as mãos em bolsos alheios, sacar objectos em pastas, puxar fios, pulseiras e brincos de ouro e "gamar" os telelés. Por causa dos bandidos, o grito de socorro é comum por aquelas bandas, principalmente em senhoras clientes. Nessas ocasiões, quando há assaltos, os polícias dificilmente estão para acudir às vítimas. Por isso, os moradores e frequentadores daquela zona pedem que se reforce o número de efectivos e de esquadras móveis da Polícia.

Por outro lado, os poucos agentes ali destacados parecem que andam tão bem familiarizados com as zungueiras. Ainda agora, tal como em muitas outras ocasiões, estou a galar um "kanhinga" em grandes cavaqueiras com uma vendedora, mesmo depois de bicar o negócio e apreender os bens desta.

É um cenário para dualidade de interpretações. Num minuto, vê-se um agente bravo, rude, insensível, arrogante e desumano, que dá pontapés a tudo quanto for negócio ou joga a porreta às próprias senhoras vendedoras. Noutro momento, aprecia um polícia manso, amigo, carinhoso e amável, que fica à conversa animada e em altas gargalhadas com a mesma zungueira. Até vi um deles a dar um abraço meio íntimo a uma dessas vendedoras. Não tinha Covid-19, ainda dava para aproveitar!

Fico curioso. Sabe como jornalista é tentado, às vezes, a descobrir factos. Vou ao encontro de uma das zungueiras e pergunto: "Oh, dona, vi uma sua colega no quase bem bom com um polícia ali há pouco. Aqui, há porrada, correrias e tudo, mas são amigos?"

E a zungueira, naquele sorriso lindo, responde: "Não liga, pai. Esses são nossos cunhados".

E insisto: "Como assim cunhados?" – "Meu irmão, todos os polícias têm ou uma mulher zungueira ou irmã zungueira ou prima zungueira ou vizinha zungueira... Por isso, todos os polícias são nossos cunhados!". E, não será isso mesmo verdade? Agora entendo o porquê de muitos agentes serem nalguns momentos mais sensíveis com certas vendedoras. Afinal, ele pode ser um desses cunhados da zungueira!

### 3.9 PREI cadastra 800 operadores económicos diariamente

*Jornal de Angola*

*14 De Junho de 2022*

*Texto: Carlos Paulino*

Cerca de 800 operadores económicos informais são cadastrados, diariamente, no quadro do Programa de Reconversão Economia Informal (PREI), no Posto de Atendimento que foi instalado no início deste mês, no Mercado do Bairro Paz, arredores da cidade de Menongue (Cuando Cubango).

De acordo com um comunicado de imprensa enviado ao Jornal de Angola Online, o acordo foi assinado na presença do embaixador Plenipotenciário de Angola na Coreia do Sul, Edgar Martins.

Na ocasião, o presidente do Conselho de Administração do IGEO realçou que Angola está a preparar-se para dar resposta à crescente demanda do mercado de minerais críticos que existe no mundo especialmente aqueles para a transição energética tais como, lítio, cobalto, níquel, cobre, nióbio e terras raras que são procurados e necessários em países tecnologicamente avançados, como a Coreia do Sul.

Por seu turno, o secretário-Geral da AKEDA, que assume estar engajado em atrair empresas sul coreanas para participar no processo de desenvolvimento de Angola, reconheceu ser este um bom momento para o estabelecimento deste tipo de parcerias que se esperam venham a ser mutuamente vantajosas.

### 3.10 Programa de Reconversão da Economia Informal garante 2.775 micro - créditos

*Jornal Economia e Finanças*

*17 De Junho de 2022*

A implementação do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), desde 16 de Novembro de 2021 até agora, permitiu a criação de mais de 3.000

postos de trabalho, fruto da disponibilização de 2.775 microcréditos, orçados em 2,6 mil milhões de kwanzas.

Segundo notícia a Angop, o PREI permitiu retirar do circuito informal para o formal perto de 200 mil operadores comerciais, dos quais mais de 50 por cento são jovens com idades compreendidas entre 15 e 40 anos.

Ao intervir no acto de lançamento da primeira para a construção do primeiro edifício de apoio à formalização das actividades económicas no mercado do Catinton, em Luanda, o ministro de Estado para Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, sublinhou que esses resultados foram alcançados fruto do apoio dos parceiros do Governo de Angola, nomeadamente da União Europeia (EU) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Na ocasião, o ministro de Estado esclareceu que o auxílio da União Europeia enquadra-se no abrigo da Convenção de Apoio Orçamental, rubricada em Dezembro de 2020, enquanto o PNUD presta o apoio técnico imprescindível ao Governo angolano, o que permitiu exequível a

É o financiamento disponibilizado desde Novembro, no quadro do PREI implementação do PREI.

Segundo Manuel Nunes Júnior, a consolidação e expansão do PREI terá resultados satisfatórios para as famílias e para o país, em geral.

Com isso, revela, o Governo angolano vai continuar com o compromisso de assegurar a completa implementação do PREI, trabalhando com firmeza para dignificação dos empreendedores e tornar a economia do país, cada vez mais, eficiente e desenvolvida.

O ministro de Estado para Coordenação Económica considerou a construção dessa infra-estrutura como um elemento de extrema importância para a sustentabilidade do processo de formalização da economia.

A iniciativa sinaliza a intenção do Executivo angolano em tornar o PREI num serviço permanente da formalização das actividades económicas, mostrando os benefícios que este programa trás aos empreendedores.

### 3.11 Observatório da Economia Informal inicia funções hoje

*Jornal de Angola*

*21 De Junho de 2022*

*Texto: Armando Estrela*

O Observatório da Economia Informal (OEI) realiza, hoje, em Luanda, a sua primeira sessão plenária, que assinala o início de funções da respectiva entidade e estrutura de direcção.

Trata-se do primeiro Observatório independente, criado por iniciativa do Governo, através do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), que coordena o vasto Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), definido pelo Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018/2022. A criação do OEI vem reforçar toda a agenda de formalização económica a que Angola se tem vindo a dedicar nos últimos anos.

O Observatório da Economia Informal é composto por 40 membros, entre os quais 17 são entidades públicas e os restantes entidades e organizações representantes da economia informal, associações sindicais, associações empresariais, organizações não-governamentais, instituições académicas e parceiros para o desenvolvimento.

Entre outros, são parceiros para o desenvolvimento a União Europeia (EU), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Esse órgão (OEI) reveste-se de uma grande importância, no panorama do diálogo social e institucional em Angola, e representa uma das concretizações das reformas políticas e económicas em curso no país, sendo para o Governo "um sinal claro de abertura de Angola para o mundo".

De acordo com o seu enquadramento legal como órgão colegial independente de diálogo social quadripartido, o Observatório da Economia Informal foi aprovado em Maio último, através do Decreto Executivo n.º 222/22, do Ministério da Economia e Planeamento.

O OEI pretende constituir-se numa entidade de referência, comprometida com a realização de um impacto positivo no país, no povo angolano e nas comunidades, materializando esse objectivo através do desenvolvimento de iniciativas na área da formalização da economia.

Ainda, é objectivo do OEI contribuir para uma compreensão mais profunda dos actores, vectores e dinâmicas da economia informal e do impacto da formalização na economia e na sociedade angolana.

#### Programa de Reconversão da Economia Informal

O PREI tem vindo a impactar a vida dos empreendedores que se encontravam na informalidade, facilitando, sobretudo, às mulheres e jovens vendedores o acesso aos serviços públicos, como ao Bilhete de Identidade (B.I.), cartão de vendedor de bancada, ambulante e feirante, capacitação, inscrição para a contribuição e protecção da Segurança Social, abertura de contas bancárias, micro-crédito e alfabetização.

Depois de o Ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, ter lançado a primeira pedra do edifício misto que vai albergar os Serviços da Administração que concorrem para a formalização das actividades económicas, o OEI vem consubstanciar uma missão de reflexão e de concertação sobre a economia informal e a sua formalização, nas suas diferentes dimensões socioeconómicas, de forma coordenada e integrada, e sensibilizar o tecido empresarial e civil para uma maior colaboração nesse processo.

O Governo conferiu o OEI de competências, para conceber e fazer aprovar o seu regulamento interno, assente numa filosofia pautada pela preocupação fundamental de proporcionar ao OEI a necessária independência, credibilidade, capacidade de coordenação e flexibilidade, para operacionalizar o seu funcionamento harmonioso e a tomada de decisão interna.

Nesse sentido, o OEI é dotado de um conjunto de atribuições que não se restringem à realização de acções de concertação bilateral entre sectores, associações empresariais, sindicatos de trabalhadores e órgãos da Administração Central e Local do Estado.

### 3.12 Crianças trabalham para sustento das famílias

*Jornal Luanda*

*27 De Junho de 2022*

*Texto: João Pedro*

Miguel Fernandes e a irmã, ter os dias, das 9h às 12 horas, vendem produtos como detergente em pó, embalagens de sacos de plástico e outros. Os dois já são conhecidos no bairro do Futungo. Andam de rua

em rua e vendem tudo a preços aliciantes, o que atrai as donas de casa.

O local preferido dos pequenos " zungueiros" é a feira da Colômbia, também no Futungo.

" Tia, hoje, não vai comprar nada", questionava o rapaz numa situação que dá pena. Eles quase sempre comovem os adultos que assistem as crianças a fazer um trabalho que devia ser feito por adultos, no caso, os seus pais. Logo, conseguem angariar clientes.

Graciana Manuel, mais conhecida por tia Kasi, proprietária de uma roulotte chamou o miúdo, e procurou saber os motivos de estar a vender coisinhas, quando devia estar na escola.

Com sacos de plástico e detergente em pó nas mãos, o rapaz de 11 anos de idade explicou como as coisas funcionam em sua casa. A mãe vai aos armazéns comprar mercadoria e eles têm a responsabilidade de a vender, todos os dias consecutivamente.

"A minha mãe e o meu pai ficam em casa à espera do dinheiro das vendas. Mas, nem todos os dias conseguimos muito. Ficamos com fome e cansados, porque andamos a pé", lamentava Miguel Fernandes.

Comovida, tia Kasi ofereceu-lhe um prato de comida. O miúdo disse rapidamente: " tia espera só". Saiu a correr e em poucos minutos apareceu com a irmã de 8 anos. A comerciante de comida ofereceu mais um prato. Há ocasiões em que o rapaz prontifica-se para fazer serviços como deitar o lixo ou mesmo lavar a loiça, tudo para ter algum dinheiro. Na condição dele e da irmã, estão muitos miúdos e adolescentes que deambulam pelo Distrito Urbano do Futungo a vender qualquer coisa para ajudar a sustentar famílias.

#### Luta pela sobrevivência

No mês dedicado à criança, o Trabalho Infantil ainda em sobra o futuro de muitas crianças, Elas não são poupadas, não têm descanso que merecem. A maioria está impedida de frequentar às aulas. Crianças passa a ter responsabilidades de adultos, ficando sem tempo para brincar e descansar, tal como toda a criança tem direito.

Fábio Ngunza tem 12 anos, vive no Benfica, nos arredores do conhecido Armazém do Branco. Deixo de frequentar a escola o ano passado, por falta de dinheiro para pagar as propinas.

As horas que tinha para ficar dentro de uma sala de aula e aprender foram substituídas em horas de caminhadas entre o Tribunal do Benfica e o mercado do Cuancuarã

Anteriormente, mãos que serviam para carregar a mochila com cadernos e livros escolares, agora carregam, numa bacia amarela, bolinhos em sacos de plásticos,

Seu corpo franzino suporta a bacia na cabeça e três sacos com água num das mãos. Escorrega, como também é conhecido, anda pelo armazéns do supermercado Tanilda até ao parque de diversões Girafa, na estrada principal, a fazer o seu pregão com astúcia:

"Está gostosa a bola de berlim", na verdade, são bolinhos fritos.

"Sem que lhe fizéssemos muitas perguntas, Fábio contou-nos o desejo "

O meu sonho é ser professor e sei que um dia vou ensinar as crianças desfavorecidas e ajudá-las a ter um rumo certo. No próximo ano lectivo, darei continuidade aos meus estudos", afirmou o pequeno com muita convicção.

O caso de outros dois irmãos não é diferente. Órfãos de pai e mãe, vivem com avó. De apenas 12 anos, Armindo da Silva, também não se livrou da exploração da mão-de-obra infantil. Ele e o irmão, adulto, acordam às 5 horas da madrugada para ocuparem lugares da frente na fila de uma padaria, localizada atrás da rua onde vivem. Diariamente, compram 50 pães distribuídos em duas bacias, para às 7 horas da manhã venderem no mercado.

O ambiente de negócio agitado no mercado não intimida Armindo que estuda a 48 classe disse: "um dia, quando acabar de estudar, quero ser polícia de intervenção rápida.

### 3.13 Fiscalização do Benfica leva vendedoras ao tribunal

*Jornal Luanda*

*27 De Junho de 2022*

*Texto: João Pedro*

Mais de 23 vendedoras ambulantes foram julgadas sumariamente, a semana passada, na 14ª Secção de crimes comuns do Tribunal Provincial no Benfica por crimes de desordem pública, no âmbito da operação "venda desordenada". O chefe da Repartição dos Serviços de Fiscalização do Distrito Urbano do Benfica, Manuel Domingos Pedro, disse que a operação conjunta, Polícia e Fiscalização, contra as vendedoras ambulantes visa mudar a imagem negativa ao longo do bairro 10 de Dezembro, nomeadamente na rua do Kuankuara,

Cuca e a travessa adjacente ao tribunal, onde passeios são ocupados com todo o tipo de negócios.

Depois de várias queixas de moradores, que lamentavam o barulho e o impedimento para entrar em suas casas, devido ao aglomerado de vendedoras desde as primeiras horas da manhã até às 22h, as autoridades entraram em acção.

" A venda ambulante desordenada, nos passeios e bermas, na Avenida Fidel Castro, coloca em perigo as próprias vendedoras, condutores e peões, principalmente nas mediações do Complexo Girafa até ao estabelecimento da AngoMart", sublinhou o chefe da Repartição dos Serviços de Fiscalização.

Para acabar com a infracção administrativa de venda desordenada em passeios, Manuel Domingos Pedro destacou que, a operação que começou no dia 16 de Maio, vai continuar a contar com a participação directa do comandante da Esquadra do Benfica, o Inspector Chefe Divaldo Cunha.

A operação é realizada com acompanhamento dos efectivos da Polícia, no sentido de garantirem protecção e segurança aos agentes de fiscalização. " Infelizmente os nossos munícipes, ou seja, as vendedoras ambulantes são insistentes, sempre voltam à mesma actividade. Mas, não vamos parar de autuar para desincentivá-las da prática que é vender em locais inapropriados", destacou o chefe da Repartição dos Serviços de Fiscalização.

Manuel Domingos Pedro referiu ainda que alguns moradores têm colaborado com as vendedoras e cedem-lhes as suas residências como casa de processo, onde guardam os produtos que são comercializados. Doravante, os moradores que continuarem com esta prática serão responsabilizados criminalmente pelas suas acções.

"Não se admite que, os agentes da Polícia e da Fiscalização façam um trabalho para repor a legalidade, e munícipes, ao invés de colaborarem, persistem em acolher as vendedoras ambulantes. Esta atitude, motiva-os a continuar com más práticas", disse Manuel Domingos Pedro, destacando que já houve um incidente, em que um advogado estacionava o carro, próximo do tribunal, e foi agredido pelas vendedoras ambulantes.

### 3.14 Mercado da Funda está pronto para receber novos vendedores

*Jornal de Angola*

*28 De Junho de 2022*

*Texto: Manuel Barros*

O mercado da comuna da Funda, no município de Cacucaco, em Luanda, está pronto para receber novos vendedores, graças aos trabalhos de ampliação e melhoria das condições das suas estruturas físicas efectuados recentemente pelas autoridades locais, com vista a atrair mais vendedores que até ao momento efectuam as vendas nas ruas.

O administrador do mercado, Kianguebeni Francisco garantiu que a comunidade de vendedores da Funda tem agora melhores estruturas para efectuar com dignidade a sua actividade e deixar a rua para comercializar os seus produtos.

Para atrair maior número de pessoas para dentro do mercado, a nova administração aumentou o número de bancadas de 45 para 100, melhorou as condições de higiene, com a recolha regular de lixo e outras para garantir melhores condições de venda e para os usuários do mercado. "Quando chegamos aqui, há dois anos, encontrámos um mercado praticamente abandonado, com muito lixo, bancadas estragadas e os vendedores na sua maioria a comercializar os produtos na rua. Hoje, a realidade é diferente e queremos que os comerciantes regressem ao mercado", referiu o administrador.

"Vamos continuar com o processo de sensibilização dos vendedores para que voltem dentro do mercado, para fazerem as suas actividades em segurança e conforto", salientou.

Kianguebeni Francisco referiu que a afluência dos compradores e vendedores aumentou e constata-se, particularmente, a venda e compra de produtos de campo, sendo esta uma característica da região.

"A Funda é uma comuna agrícola e a maior parte da sua população é camponesa. Desta feita, o nosso mercado vende particularmente, produtos do campo, uma vez que são os mesmos que produzem e são eles próprios que os comercializam", disse.

Acrescentou que, também, é possível encontrar no mercado produtos industriais como óleo, sabão, sal, açúcar, massa alimentar, arroz, etc.

"A intenção principal é ter todos vendedores dentro do mercado, para poder desempenhar melhor o seu trabalho", sustentou.

O mercado da Funda conta com três fiscais e dois seguranças em regime de turnos, que tratam de garantir a ordem e tranquilidade do mercado.

De acordo com o administrador, o mercado tem ainda uma facturação diária de cerca de seis mil kwanzas, sendo que cada vendedor paga uma taxa de 100 kwanzas por cada metro quadrado.

"A nossa intenção é aumentar o número de vendedores no mercado, por isso continuamos a sensibilizar quem ainda vende fora do mercado para vermos subir a nossa facturação e podermos melhorar ainda mais as condições do mercado", augurou.



## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 AGT actualiza grandes contribuintes e deixa cair 55 empresas

*Jornal Expansão*

*3 De Junho de 2022*

*Texto: Martins Chambassuco*

A lista dos grandes contribuintes actualizada pelo Ministério das Finanças (MINFIN), através do despacho nº 1083/22, de 15 de Março, sofreu uma 'sangria', com a exclusão de 55 empresas, que, segundo apurou o *Expansão*, já não reúnem todos os critérios que as mantinham no grupo A do fisco.

Administração Geral Tributária (AGT) justifica a medida e garante que estas empresas já não reúnem o critério do volume de negócios e o próprio Número de Identificação Fiscal (NIF) já não se enquadra na categoria dos grandes contribuintes.

Algumas empresas públicas e privadas, nomeadamente a TPA, RNA, Riberalves, Nova Rede de Supermercados e Lusolanda, só para citar algumas, foram afastadas do convívio dos grandes contribuintes. Na lista actualizada, o comércio lidera, seguindo-se o sector petrolífero, embora esta actividade tenha o maior peso na carga fiscal, enquanto a indústria transformadora segue no terceiro lugar.

A lista de 2022 inclui 390 empresas, representando uma redução de quase 5%, comparativamente ao total de 445 empresas dos diferentes sectores registadas no ano anterior e actualizada com a entrada em vigor da cobrança do Imposto de Valor Acrescentado (IVA).

De acordo com as contas do *Expansão*, com base nos dados do Minfin, o peso destes sectores é significativo. Outros sectores incluem a banca, prestação de serviços e outros. Seguem-se também o sector diamantífero, os seguros e a construção.

Entre as empresas do sector da aviação, apenas a Heli Malongo continua na lista. A Societé Air France saiu, porque deixou de operar em Angola.

A listados grandes contribuintes é actualizada tendo em conta o desempenho das em massas e montante exacto" que separe os grandes contribuintes dos outros. "A análise prende-se com a questão do 'peso' que o volume de negócios poderá representar na arrecadação de receitas. Os outros requisitos consubstanciam-se em questões da natureza da empresa e o seu sector, dimensão e a capacidade contributiva", descreve num entrevista a propósito dos 20 anos da criação da Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes.

No sector da construção, um dos mais afectados pela crise financeira, sobretudo devido à queda da carteira de investimentos, do corte da despesa pública e da falta de financiamentos da banca, a Soares da Costa Sociedade de Construção, do empresário António Mosquito, já vai no quarto ano consecutivo fora do convívio dos grandes contribuintes. Engrossam a lista as firmas de São Vicente.

AGT indica que o regresso destas empresas dependerá dos fluxos do volume de negócios e de um desempenho positivo, que lhes permita atingir um volume de negócios acima de mil milhões Kz. A queda no número dos contribuintes do Grupo A, de acordo com fontes do *Expansão*, é fruto da crise provocada pela pandemia da Covid-19, apesar das melhorias registadas em alguns sectores de actividade.

#### Receita não petrolífera

A receita fiscal arrecadada pela Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes (RFGC), no ano passado, cresceu quase 20% para 1,6 biliões kz, graças a mais fiscalização, execução das dívidas declaradas, implementação do IV A e reforço do pessoal.

Durante o período em referência, a receita arrecadada representou 45% do total dos impostos cobrados no sector não petrolífero, ou seja, os grandes contribuintes contribuíram para o fisco com quase metade de todos os impostos cobrados fora do sector petrolífero.

A arrecadação de impostos cifrou-se, nos últimos sete anos, em média, em 1,0 biliões Kz ao ano. A AGT garante que este crescimento, embora com maior impulso nos últimos três anos, deve-se ao reforço do quadro do pessoal, aumento da fiscalização, introdução do IV A e aprovação do novo código do Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT). Combinação de factores que impulsionou a evolução da receita arrecadada.

O fisco indica, por outro lado, que a máquina tributária está afinada e robusta, tendo em conta o processo da digitalização dos serviços, que permitiu a

melhoria da capacidade de tributação dos contribuintes angolanos nas várias categorias.

Mas o que chama mesmo a atenção, apesar do aumento das receitas fiscais, é o imposto industrial e o IRT que continuam crescer. De recordar que o IRT foi o que mais peso teve na receita fiscal não petrolífera do ano passado.

No entender de muitos especialistas e empresários, pode ser um indicador de que, apesar da crise financeira, agravada pela Código do Imposto Predial vs. Constituição da República de Angola.

## 4.2 Código do Imposto Predial vs. Constituição da República de Angola: Uma questão de Justiça Tributária

*Novo Jornal*

*10 De Junho de 2022*

Garantir uma vida digna aos seus cidadãos é uma preocupação de qualquer Estado. Deste modo, por meio de políticas públicas, procuram assegurar [que estes tenham acesso - preferencialmente com seus próprios recursos ou, quando não seja possível, por via de políticas sociais indutoras -, fundamentalmente, a alienação, serviços de saúde, vestuário, habitação e transportes. Assim é que a Constituição da República de Angola (CRA) estabelece que todos os cidadãos têm direito à habitação (cf. o artigo (85.º), mas também o dever de "contribuir para as despesas públicas e da sociedade em função da sua capacidade económica e dos benefícios [que auferem, através de impostos e taxas, com base num sistema tributário justo e nos termos da lei" (artigo 88.º). CRA estabelece, além disso, que o Sistema Fiscal visa, entre outros fins " proceder a uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza nacional" (cf. o artigo 101.º).

Depois de no artigo anterior (edição do Novo Jornal de sexta-feira, 27/05/2022) termo-nos debruçado sobre algumas cobranças injustas a que são submetidas empresas e pessoas singulares por parte de despachantes oficiais e equiparados e bancos, trazemos à discussão, nesta edição, a questão de um desalinhamento de alguma legislação tributária nacional em relação à CRA.

Reportamo-nos especificamente ao Código do Imposto predial CIP, aprovado pela Lei nº 20/20, de 9 de Julho, e Regras sobre Inscrição, Avaliação e Reavaliação de móveis, aprovadas pelo Decreto Presidencial n.º 121/21 de 10 de Agosto, particularmente no que diz respeito ao direito à

habitação por parte dos cidadãos, ao dever de contribuição de cada um em função da sua capacidade económica e ao princípio do Sistema Fiscal da justa repartição dos rendimentos e da riqueza Nacional

Antes do desalinhamento ora referido, é avisado relevar a existência de algumas outras questões que emergem da legislação angolana sobre o Imposto Predial (IP), que têm a ver com o objecto da tributação e os sujeitos passivos do referido imposto. É suposto que o imposto sobre imóveis incida sobre o valor patrimonial daqueles, tendo como sujeitos passivos os respectivos proprietários. E isso porque, tendo em conta um dos princípios económicos da tributação, segundo o qual a contribuição de cada um deve ser tanto quanto possível proporcional aos seus rendimentos - convertido na norma constitucional de todos contribuírem em função da sua capacidade económica, assume-se a titularidade de um imóvel e o seu valor como praxes da capacidade económica/contributiva e da riqueza dos seus proprietários. Ocorre, entretanto, que em Angola é-se sujeito passivo do IP pela posse ou pelo usufruto de imóveis - desde que estes se destinem a quaisquer fins que não sejam as actividades agrícolas, silvícola ou pecuária =, assim como por se auferir rendimentos pelo seu arrendamento. É, por isso, questionável o tratamento da cobrança de imposto sobre rendimentos de imóveis em sede da legislação sobre o Imposto Predial, por um lado, e a tomada de usufrutuários de habitações - particularmente no caso de propriedades resolúveis - como sujeitos passivos do respectivo IP, já que não atende à incapacidade económica eventual daqueles de se tornarem imediatamente proprietários das habitações arrendadas por aquisição a pronto pagamento.

Contribuição de cada um em função da sua capacidade económica e ao princípio do Sistema Fiscal da justa repartição dos rendimentos e da riqueza nacional.

No que à propriedade ou usufruto - especificamente de propriedades resolúveis - de habitações diz respeito, o CIP estabelece a tributação do IP nos seguintes termos: uma taxa de 0,1% para habitações de valor patrimonial até kz 5.000.000,00; o valor de kz 5.000,00 para habitações de valor patrimonial entre kz 5.000.001,00 a kz 6.000.000,00; e uma taxa de 0,5% sobre o valor em excesso a kz 5.000.000,00 para habitações de valor superior a kz 6.000.000,00. E sobre rendimentos auferidos de tais propriedades incide uma taxa de 25%, desde que o tributo não seja inferior ao que resultar do valor do imposto devido calculado com base no valor patrimonial, caso em que prevalecerá este. Entretanto, para as habitações de construção precária (definidas na Regras como

sendo as feitas de chapas de zinco, pau a pique, capim, adobe com ou sem tratamento e madeira, em condições de descarte) e as habitações sociais ("as de baixa renda, apoiadas pelo Estado ou por pessoas colectivas de direito público, destinadas a criar melhores condições de acesso à habitação com qualidade, por parte das pessoas com menor capacidade aquisitiva, incluindo as mais desfavorecidas, quando destinadas à habitação própria permanente"), o CIP estabelece isenções específicas mas só mediante o reconhecimento da Administração Tributária e a pedido dos interessados, os quais devem, para o efeito, fazer prova da situação jurídica do imóvel a seu favor. Quer isso dizer que se antes os imóveis até o valor patrimonial de kz 5.000.000,00 estavam automaticamente isentos permanentemente do pagamento do IP e os acima desse valor a incidência da taxa do IP era sobre o excedente àquele valor, com o novo CIP todas as habitações com valor patrimonial a partir de kz 1,00 ficaram sujeitos ao pagamento do imposto, supostamente em nome de um alargamento da base tributária.

Assim, depois da questão prévia ora apresentada, evidencia-se aqui um primeiro desalinhamento do CIP em relação à CRA. É que, dado o direito constitucional à habitação de todo o cidadão e o princípio do pagamento de impostos e taxas em função da sua capacidade económica/contributiva e riqueza de cada um, entendemos que, em termos de habitação, o Estado só deveria tomar como proxies de capacidade económica/contributiva e riqueza a detenção de propriedades que estivessem além da habitação própria e permanente das famílias e de um valor que correspondesse a uma habitação condigna para uma família. Desse modo, toda a habitação própria e permanente com valor patrimonial abaixo do que fosse avaliado como sendo uma habitação condigna para uma família, deveria estar isenta de modo permanente e oficioso do pagamento do IP, enquanto as habitações próprias e permanentes com valor patrimonial superior àquele valor ficariam sujeitas ao pagamento do imposto mas apenas sobre o excedente. Do modo como se acha disposto na legislação, primeiro, por questões de conciliação, apresenta-se um problema de gestão para a Administração Tributária a aplicação da norma sobre a tributação das habitações de valor patrimonial entre Kz 1,00 e Kz 5.000.000,00 (cerca de e 11.000,00) e a norma sobre a isenção das habitações precárias e de baixa renda, pois torna-se difícil perceber como é que se escaparia de uma habitação precária ou de baixa renda naquele intervalo de valores e - eventualmente - até mesmo acima, nas condições de Angola. Depois, apresenta-se a questão de pretender-se que cidadãos com casebres - que são as habitações precárias de

chapas de zinco, capim, pau-a-pique, adobe e madeira, e que geralmente se acham em assentamentos informais - se apresentem à Administração Tributária para os inscrever e ainda terem de apresentar pedido para a isenção do pagamento do IP. De outro modo, também não se vislumbra nem capacidade para a Administração Tributária demandar de modo coercivo que os titulares de tais casebres se apresentem a ela, nem para atender a todos e a cada um deles de modo oportuno - no caso de que tal fosse possível, além do evidente problema moral que se coloca face à extrema precariedade de tais alojamentos. Isso, como se perceberá, leva à descredibilização das autoridades.

Aqui importa referir que o CIP angolano parece ter sido copiado da legislação portuguesa como é o caso de boa parte da legislação nacional especificamente do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Mas a cópia foi mal feita, porque, por exemplo, o CIMI português prevê, para a habitação própria permanente: (i) isenção permanente do seu pagamento, de forma automática, para o agregado familiar que não tenha um rendimento bruto anual superior a €15.295,00 (cerca de kz 496.407,00 mensais em Angola, por 14 meses, que inclui o subsídio de férias e o 13.º) e cujo valor patrimonial dos imóveis detidos não seja superior a e 66.500,00 (cerca de kz 30.216.071,00 em Angola); e (ii) isenção temporária, por até 3 anos, por requerimento do contribuinte, na condição do rendimento anual colectável do agregado familiar ser inferior a € 153.300,00 (cerca de kz 4.975.428,00 mensais em Angola, por 14 meses, incluindo o subsídio de férias e o 13.º) ou a habitação ter valor patrimonial de até e 125.000,00 (cerca de kz 56.797.125,00 em Angola).

Outro desalinhamento do CIP em relação à CRA está no facto dos titulares de contratos de aquisição de habitação ao Estado, por renda resolúvel, serem, à luz do CIP, enquanto usufrutuários, sujeitos passivos do IP. Entretanto, os arrendatários, enquanto não concluírem o pagamento das habitações, não serão proprietários das mesmas, sendo que a facilidade proporcionada pelo Estado para que os cidadãos as adquiram por renda resolúvel constitui uma forma de acomodar a capacidade económica reduzida implícita dos mesmos que não lhes permite adquiri-las com pagamento à vista, além de que o seu preço é subsidiado com o mesmo fim. Por outro lado, estão impedidos de trespassar, locar ou onerar tais habitações ou o seu direito de usufruto, justamente porque não se constituem como proprietários efectivos. Então, e tratando-se de habitação própria e permanente do titular do direito à propriedade resolúvel, achamo-nos diante de uma situação de injustiça tributária uma vez que, no caso, a

pagamento do IP como contribuição dos visados para as despesas públicas e da sociedade não está de acordo com a sua capacidade económica/contributiva.

Há, por isso, fundamento para que se promova a revisão do CIP de modo a adequá-lo à CRA, assegurando-se justiça tributária e no sentido da prossecução da melhoria das condições de vida dos cidadãos contribuintes.

### 4.3 Despesa pública consome 26,4 por cento do OGE

*Jornal Economia e Finanças*

*17 De Junho de 2022*

*Texto: Adérito Veloso*

As compras do Governo sujeitas à Lei dos Contratos Públicos (LCP) movimentaram, em 2021, cerca de 3.906 mil milhões de kwanzas, cerca de 26,4 por cento do Orçamento Geral do Estado (OGE) inicialmente aprovado, um total de 14.785 mil milhões de kwanzas.

Ao apresentar aos jornalistas, na passada terça-feira, em Luanda, o Relatório Anual Da Contratação Pública (RACPA), referente ao exercício económico de 2021, o chefe de Departamento de Estudos e Relações Institucionais do Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP), Aldmiro Matoso, disse que este valor representa um aumento de 6,0 por cento, comparativamente ao período homólogo, onde, o valor foi de 2.679 mil milhões de kwanzas, que representou 20,3 por cento do OGE aprovado, situado nos cerca de 13.455 mil milhões de kwanzas.

De acordo com o valor liquidado, os executados estiveram na ordem dos 3.904 mil milhões de kwanzas, aproximadamente 99 por cento do cabimentado, à luz da Lei dos Contratos Públicos, mantendo assim a tendência dos anos anteriores.

O SNCP avaliou, do total de procedimentos registados, cerca de 132 mil milhões de kwanzas, cor respondem apenas a 3 por cento do valor liquidado, que se deve à falta e ou à qualidade da informação fornecida pelas entidades públicas contratantes, bem como, à não obrigatoriedade de comunicação das adjudicações dos procedimentos de contratação pública abaixo dos 182 milhões de kwanzas.

No ano passado verificou-se um aumento significativo do número de Procedimentos de Contratação Pública registados e comunicados.

Neste contexto, em 2021, indicou, registaram-se 1.578 Procedimentos de Contratação Pública, face ao ano anterior, em que se situou nos 891, um aumento de 20 por cento.

Para Aldmiro Matoso, este aumento deve-se à contínua sensibilização para o cumprimento, da obrigação de reporte de Procedimentos de Contratação Pública desencadeados e suas adjudicações, às visitas realizadas pelo Serviço Nacional da Contratação Pública aos governos provinciais, no âmbito do Plano de acompanhamento às Entidades Públicas Contratantes (EPC), bem como ao aumento da comunicação por meio do Portal da Contratação Pública.

Na evolução do registo de abertura de Procedimentos de Contratação Pública destacam-se os departamentos ministeriais, com um total de 722, cerca de 46 por cento, seguido dos governos provinciais com 661 (42) e outros órgãos 195 (12%).

As aquisições de serviços representam o objecto de contratação com maior valor contratual, mais de 61,9 por cento do valor contratualizado, cerca de 81,9 milhões de kwanzas, num universo de 288 contratos comunicados.

As empreitadas rondaram os 28,8 por cento, mais de 38,2 milhões de kwanzas, enquanto que bens móveis situaram-se nos 9,1 por cento, na ordem dos 12,1 milhões de kwanzas.

#### Concurso público

O concurso público apresentou, durante o exercício económico de 2021, o maior valor contratual com um custo de 104.082 milhões (78,61%), seguido da contratação simplificada com 21.484 milhões (16,23).

No mesmo período, a contratação simplificada foi o procedimento mais adoptado com 32 por cento, seguido pelo concurso público com 30 (procedimento mais adoptado no período homólogo, com 46 por cento dos procedimentos de contratação pública) e o concurso limitado por convite teve um peso de 26 por cento.

O concurso público foi o procedimento com maior valor contratual, contrariamente ao ano de 2020, onde, a contratação simplificada, com 87.414 milhões de kwanzas, representou 85 por cento do valor contratual registado (102.864 milhões de kwanzas).

A contratação simplificada representou 32 por cento dos procedimentos com valores contratuais, num total de 508 procedimentos. No período homólogo (2020), o concurso público foi o procedimento com maior registo 59 por cento (33 procedimentos).

À semelhança do ano anterior, em 2021, houve "uma forte utilização do critério de valor", na ordem dos 68 por cento, em detrimento do critério material que se situou nos 11.

O critério de escolha não informado apresentou um aumento de 10 por cento em 2020 para 21 por cento em 2021.

#### Contratação electrónica

O Sistema Nacional de Contratação Pública Electrónica (SNCP), associado às tecnologias de informação ao processo aquisitivo, conferindo maior transparência, concorrência e ganhos em termos de poupança, representou, no ano passado, cerca de 30 procedimentos de contratação pública (70%), dos 43 desencadeados.

Dos procedimentos tramitados e concluídos ao abrigo do sistema nacional de contratação pública electrónica, disse o responsável, o Estado poupou 6.464 milhões de kwanzas, que corresponde a 9,0 por cento do valor estimado dos 43 procedimentos de contratação pública, reflectindo um aumento de poupança, face ao período homólogo (6%), em (3%). Reflectindo um aumento de poupança, face ao período homólogo (6%), em (3%).

#### Peso no PIB

O peso da contratação pública r Produto Interno Bruto, durar o exercício económico de 2021 foi de 9,0 por cento, contra os 8, os registados em 2020. Dados do Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP) indicai ainda que o peso da contratação pública no Orçamento Geral e Estado atingiu os 26 por cento contra os 20 alcançados em 2022

Este aumento na despesa sujeita à Lei dos Contratos Públicos, deveu-se à construção do Executivo em implementar projectos de incidência local, com impacto na melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com as prioridades definidas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, por vi do Programa de Investimento Público (PIP), especificamente o Plano Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM), em execução desde Junho de 2019.

## 4.4 PIIM já consumiu mais de 447 mil milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*

*23 De Junho de 2022*

*Texto: Edna Dala*

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) consumiu, aproximadamente, dos cofres do Estado, até ao momento, um total de 447.144.790.566 de kwanzas.

Do total avançado pelo secretário de Estado para as Autarquias Locais, Márcio Daniel, disse que foram gastos quase 450 mil milhões de kwanzas e concluídos 590 projectos, cuja execução física e financeira estão garantidas a 100 por cento.

À imprensa no final da 4ª reunião ordinária da Comissão Interministerial para a execução do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, sob orientação do ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, o secretário de Estado acrescentou que dos 590 projectos foram adicionados 813 que até ao final do ano estarão igualmente concluídos.

Olhando para o número inicial de projectos que integravam a carteira do PIIM, prosseguiu, um total de 1.749 iniciativas, destes, até ao final do ano, ter-se-á concluído 1.405. "Isto significa que 80 por cento do Plano Integrado inicial estará concluído até ao final do ano", reiterou.

Para o efeito, Márcio Daniel fez um balanço positivo do total de projectos que inicialmente integraram a carteira e que agora prosseguem para a conclusão, realçando que se mantém o rigor na realização das despesas no âmbito do PIIM e, apesar da aproximação do fim do ciclo, o Plano de Intervenção continua a ser um exemplo quanto ao dispêndio de recursos públicos.

"Cada kwana utilizado obedece a um escrutínio detalhado sobre o processo prévio de execução da despesa com o rigor que constitui a marca deste projecto", frisou, justificando que, por razões de rigor técnico, a execução da carteira PIIM está exposta a um conjunto de vicissitudes, pelo facto de ser um projecto prolongado.

Referiu que existem imprevistos e caso aconteçam levarão a alteração, no que diz respeito ao volume total de projectos: "Quando se iniciou os desembolsos no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, a taxa de câmbio, na época, era uma e foi se alterando ao longo do tempo.

O facto das despesas do PIIM serem executadas em kwanzas faz com que tenhamos apenas o referencial do valor em kwanzas".

Durante a reunião, a Comissão Interministerial apreciou três memorandos relacionados com a estratégia de colocação de quadros nas infra-estruturas que estão a ser construídas dentro dos objectivos do PIIM.

Sobre os instrumentos, Márcio Daniel disse que foram apresentados pelos sectores da Saúde, Educação e do Interior. Os documentos têm como objectivo dar pistas de acções com vista a garantir a criação de todas as condições humanas necessárias e suficientes, logo a seguir a inauguração de cada uma destas infra-estruturas, para o funcionamento da mesma sem qualquer tipo de constrangimento.

"É uma preocupação permanente e monitorada regularmente pela Comissão. E, nós, podemos assegurar que as infra-estruturas que estão a ser construídas no âmbito do PIIM, em princípio, dentro dos condicionalismos financeiros que o país vive, serão apetrechadas com os recursos humanos necessários", observou.

Avaliada estratégia para a elaboração do PIIM 2

Durante a reunião em que estiveram presentes os ministros da Administração do Território, Marcy Lopes, das Finanças, Vera Daves, e os secretários de Estado, a Comissão Interministerial fez também um ponto de situação sobre a estratégia para a elaboração da segunda fase do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios.

Sobre a estratégia, sem entrar em detalhes, o secretário de Estado para as Autarquias Locais anunciou que a reflexão não foi concluída e trata-se apenas de uma indicação de trabalho. Para o responsável, não existe ainda uma visão concluída neste sentido do que poderá ser o PIIM 2: "Temos apenas uma indicação para aprofundar a reflexão no sentido de se apresentar os eixos específicos para a elaboração do futuro PIIM 2".

Quanto à primeira fase do Plano, Márcio Daniel disse que continua em execução. "Quando se iniciou o PIIM tínhamos 1.749 projectos e, até ao final do ano, teremos concluídos 1.405, o que representa 80 por cento do PIIM actual. Além destes, existem projectos

que entraram por via do remanejamento da carteira do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, por força da reposição do equilíbrio económico-financeiro", apontou.

O PIIM 1, lembrou, ainda está em execução e é, neste sentido, a primeira preocupação a sua conclusão. Quanto às preocupações apresentadas sobre as obras paralisadas em alguns pontos da cidade de Luanda, com realce para o Bairro Operário e não só, o secretário de Estado disse que não existem constrangimentos financeiros.

O PIIM é um projecto que tem financiamento assegurado e, por esta razão, todos os que estão inscritos têm cobertura orçamental, necessária e suficiente para a conclusão, esclareceu. Existindo alguma obra paralisada, deve ser avaliada, sobretudo, as razões ou os motivos.

Márcio Daniel referiu, também, que se têm verificado problemas contratuais na preparação dos projectos, reposição ao equilíbrio económico ou financeiro nos acordos. E sublinhou: "No âmbito do PIIM, os recursos estão assegurados e têm uma fonte de financiamento, através da descapitalização ordenada pelo Executivo, por intermédio do Fundo Soberano".

Estes recursos estão permanentemente disponíveis para financiar todos os projectos que estão na carteira do PIIM, reafirmou o secretário de Estado.

Verdadeira escola

Márcio Daniel destacou o rigor exigido no pagamento de facturas do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios. No seu entender, foi transformado numa verdadeira escola de aprendizagem em termos de qualidade da despesa.

Segundo o responsável, é possível assegurar-se para onde vai cada kwanza que sai dos cofres do Estado, "porque é elaborada uma factura pelo empreiteiro, seguido do parecer do fiscal", além de que "só depois do parecer positivo do fiscal é remetida para a Administração Municipal, onde é novamente avaliada pela equipa técnica municipal e antes de chegar ao Ministério das Finanças, através da Delegação Provincial para o pagamento".

Acrescentou que "há ainda o processo de verificação da equipa técnica provincial, geralmente coordenada por um vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas".

Márcio Daniel esclareceu que, no PIIM, há um nível de execução e três de verificação, que garantem, do ponto de vista da qualidade da despesa, que os

recursos sejam devidamente utilizados. Por isso, encorajou a sociedade e a Comunicação Social a denunciarem qualquer tipo de informação das obras do PIIM paralisadas, para permitir uma actuação rápida dos órgãos competentes.

"Procuramos monitorar, regularmente, projecto a projecto e saber quais são os que, mensalmente, deixam de enviar as facturas a pagamento", observou, considerando-o um barómetro para se apurar ou não a paralisação das obras ou se o empreiteiro envia ou não facturas a pagamento.

Dos 2.164 projectos em execução, reconheceu, existem facturas que são regularmente emitidas para antever os que estão efectivamente em curso, reforçando que há, também, a estratégia de acompanhamento nas províncias com alguma letargia momentânea no cumprimento do Plano.

Mensalmente, concluiu, as obras do PIIM produzem uma factura e um auto de medição, feito pelo empreiteiro, validado pelo fiscal e a emissão da factura para o pagamento.

#### 4.5 Municípios do Uíge já beneficiam de orçamento participativo

*Jornal de Angola*

*28 De Junho de 2022*

*Texto: Silvino Fortunato*

A aplicação dos 25 milhões de kwanzas, no quadro do Orçamento Participativo, em projectos propostos pelos munícipes, desde o mês de Abril, já começou a ter efeitos positivos nas comunidades do Uíge, considerou, ontem, o supervisor da Rede de Luta Contra a Pobreza da Região Norte de Angola (APDCH).

Jeremias Maya Mateus explicou que os gastos das verbas anuais em projectos propostos pelos próprios cidadãos estão a ser acompanhados, principalmente nesta altura em que todos os 16 municípios da província já receberam os 25 milhões de kwanzas.

O supervisor acrescentou que essa fase incluiu o município de Ambaca, província do Cuanza-Norte, também integrada na tutela da APDCH, por ser um território muito próximo da cidade do Uíge.

"Os orçamentos da gestão comunitária, atribuídos, por exemplo, aos municípios do Songo, Mukaba e Uíge são geridos, na maioria dos casos, por grupos técnicos, embora existam situações em que as próprias administrações assumem esta responsabilidade.

De acordo com o activista, a intervenção das administrações municipais ocorre em situações em que alguns membros dos grupos técnicos não dispõem de contas bancárias. "Há situações em que se verifica algum desentendimento qualquer entre os membros dos grupos, o que faz com que os orçamentos sejam, ainda, geridos pela própria Administração Municipal".

Jeremias Maya Mateus precisou que cada grupo, em que se inclui jovens, velhos e crianças, é constituído por 13 elementos, sendo dois indicados pelo administrador municipal, mediante o perfil que a ONG remete à Administração Municipal.

"A tendência é termos um grupo inclusivo. Mas, muitos administradores têm a propensão de convidar os seus próximos, para constarem nestes grupos", disse Maya Mateus.

Saúde lidera resultados

"Temos tido bons resultados nos municípios do Uíge, Songo e Mukaba, em termos deste processo participativo, depois da recepção de ótimas opiniões nos fóruns comunitários, sobretudo no domínio da Saúde", considerou Lutadila Manata, técnica de campo da APDCH.

Lutadila Manata mostrou que havia um posto médico, numa aldeia com precárias condições e, por isso, estava fechado. Depois de os munícipes terem identificado o problema, houve a intervenção e a unidade foi já reaberta.

A técnica de campo da ONG salientou que há muitos casos de sucesso neste processo de auscultação e participação do cidadão, tendo citado os casos dos bairros Mpako Nbens e Kiongua, arredores da cidade do Uíge.

Na província do Uíge, os Fóruns Municipais de Recolha de Contribuição dos Cidadãos para o Orçamento Geral do Estado começaram, há dois anos, sendo liderados pela APDCH, que contou com o apoio das agências FANCO e PNUD e do Ministério da Administração do Território (MAT).

Este programa é executado com base nos Decretos Presidenciais nº 234 e 235/19 de 22 de Julho, que institucionaliza o regulamento e fixa a verba do Orçamento do Município.

Maior divulgação do programa

O supervisor da APDCH, Jeremias Maya Mateus, referiu que a auscultação aos munícipes, que culminou com a atribuição do valor de 25 milhões de kwanzas por ano (orçamento do cidadão), contou,

também, com a participação de várias organizações da sociedade civil da província do Uíge.

Entre essas organizações, o responsável mencionou a ASP, Justiça e Paz da Igreja Católica, associações do Songo, Sociedade da Mocidade Cristã, CICA e Instituto de Desenvolvimento Democrático de Angola.

Jeremias Maya Mateus defendeu a necessidade de se divulgar, cada vez mais, o teor dos instrumentos legais que sustentam o programa, que são o Decreto Presidencial e demais legislações, para que as pessoas saibam o que se está a fazer com esses valores.

"Devem ser divulgados os resultados que estão a ser alcançados para que o cidadão possa sentir o impacto destes orçamentos. Nós quando divulgamos nas comunidades em sessões de encontros comunitários, temos sentido algum desagrado de algumas autoridades municipais, que questionam as ONG", disse.

Nesse aspecto, a técnica Lutadila Manata refere não ser fácil a relação entre os actores intervenientes nas operações e gestão financeira do orçamento dos municípios.

Disse que um dos problemas nas operações está relacionado com a debilidade na comunicação entre as ONG, Governo Provincial e as Administrações Municipais. "Um dia, fomos trabalhar num município, e quando chegamos, o secretário não sabia da nossa ida nem das razões do nosso trabalho. Isso fez com que as pessoas com as quais nos reuníssemos não tivessem o perfil indicado pelo Ministério da Administração do Território".

#### 4.6 Orçamento Participativo estimula mudanças nas comunidades

*Jornal de Angola*

*29 De Junho de 2022*

*Texto: Sampaio Júnior e Maximiano Filipe*

A execução de propostas apresentadas por munícipes de Benguela, no quadro do Orçamento Participativo, ajudou a transformar a vida de muitas comunidades da província de Benguela, reconheceu, ontem, a directora provincial da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

Célia Sampaio revelou que Orçamento Participativo foi uma experiência muito rica, tendo em conta que as comunidades aproveitaram a oportunidade de conhecer o processo e interagir na identificação do

que era mais útil para a melhoria das suas condições de vida.

A responsável da ADRA realçou que a questão da participação comunitária foi soberana e essa oportunidade fez cumprir os anseios locais e beneficiar as gerações vindouras. "Essa envolvimento directa dos munícipes foi muito importante para a materialização de uma série de projectos, todos saídos dos processos de auscultação ocasional da população sobre acções específicas", disse.

Para a directora da ADRA em Benguela, essa participação significou autonomia local de grande envolvimento de organizações voluntárias ao nível da base, enraizada na tradição e cultura locais, com lideranças próprias e legítimas, com plenos trabalhos de promoção da mulher e assente na inclusão social.

A implementação do Orçamento Participativo, segundo a responsável da ADRA, foi conduzida pelo Ministério da Administração do Território (MAT), em colaboração com administrações municipais, as comunidades locais e organizações da sociedade civil.

E o referido Orçamento Participativo surge no âmbito do reforço da democracia participativa em Angola, o Governo institucionalizou, através dos Decretos Presidenciais nº 234/19 e 235/19.

"Trabalhámos nos municípios do Cubal, Ganda, Benguela e Baía Farta, que foi a nossa frente de acção, realizámos assembleias abertas e periódicas e etapas de negociação directa com a comunidade, onde identificámos o que era prioritário", explicou a responsável.

Célia Sampaio lamentou o facto de a comunidade esperar que se fizesse tudo, inclusive o que não era tecnicamente possível. Referiu que, nestes casos, foi necessário encontrar um ponto de convergência e as coisas aconteceram.

"Os munícipes tiveram a oportunidade de definir livremente as suas prioridades e projectos locais, tendo em conta que o Orçamento Participativo é um instrumento que permite a interacção directa entre o cidadão e os órgãos do poder local".

##### Benefícios económicos e sociais

Célia Sampaio avançou que a experiência que a ADRA possui, enquanto ONG, faz crer que o Orçamento Participativo é um passo que demonstra que o poder político está atento às questões de desenvolvimento do bairro da aldeia.

A directora realçou que o processo de desenvolvimento local implica uma visão comum,



articulando as iniciativas de dimensão económica, social, cultural, política e ambiental.

Célia Sampaio considerou que o desenvolvimento local é, antes de mais, uma vontade comum de melhorar o quotidiano. "Essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um futuro melhor".

Sector social foi prioritário

O Orçamento Participativo do exercício económico de 2021 a nível do município de Benguela priorizou a realização de acções de impacto social nas comunidades, onde se registou um maior índice de dificuldades.

A administradora municipal de Benguela, Carla Marisa, fez saber que a carteira de projectos em curso envolveu o valor global de 25 milhões de kwanzas. "O orçamento é de cabimentação anual e, na base do qual foram seleccionados vários problemas que afligem, directamente, a vida e a necessidade da população".

Dessas questões, disse a administradora de Benguela, enumeram-se os serviços de iluminação pública, manutenção e conservação, espaços verdes, saneamento básico, acções que, para a sua execução, tiveram um orçamento de 14.649.233.48 kwanzas.

Na segunda fase, disse que foram priorizadas acções de melhoria das políticas sociais, com destaque para a alimentação, infância, juventude e terceira idade, num orçamento global de 5.943.932.94 kwanzas.

Quanto ao terceiro eixo, Carla Marisa disse que se atendeu o projecto de construção de um canal de drenagem a céu aberto, para as águas residuais, orçado em 1.906.000 kwanzas.

Neste mesmo caderno de encargos, foram aplicados, também, 2.500.000 kwanzas, para apoio aos carros administrativos, operação e manutenção geral do Comité Técnico de Gestão.

Carla Marisa avançou que a selecção dos projectos foi criteriosa e antecedeu a diversos encontros de auscultação às comunidades, com vista a definir as reais questões prioritárias em cada zona do município de Benguela.

A administradora municipal disse que esta é uma nova forma de aplicação e melhor gestão dos fundos públicos, visto que permite a participação dos próprios munícipes na tomada de decisões, face aos orçamentos, no âmbito da transparência e boa governação.

Neste momento, a gestão do projecto está sob responsabilidade do Comité Técnico de Gestão do Orçamento Participativo dos munícipes de Benguela, composto por 13 membros, seleccionados pelos próprios locais, com este propósito.

Democracia e gestão participada

Carla Marisa salientou que a institucionalização do Orçamento Participativo visa fundamentalmente envolver os munícipes na definição das despesas municipais, promover uma gestão participada, democrática e partilhada com o seu público e estimular o exercício efectivo da cidadania.

Avançou, ainda, que a ideia é instruir mecanismos de acompanhamento e controlo dos gastos públicos e estimular a participação do cidadão, de forma inclusiva, propiciando, desta forma, que a Administração Pública actue de maneira integrada para a satisfação dos interesses da própria comunidade.

Jorge Sahala, que coordenou o Comité Técnico de Gestão do Orçamento Participativo dos munícipes de Benguela, referiu que, apesar do contexto económico no mundo e no país, em particular, o referido orçamento permitiu dar um grande apoio às cozinhas comunitárias do município e requalificação de um posto de saúde, na Zona B do bairro do Calombutão.

Além disso, o orçamento permitiu a aquisição de equipamentos desportivos para a juventude da Zona F, do bairro da Graça, de utensílios domésticos para a cozinha comunitária da Igreja Tocoísta, bem como trabalhar no melhoramento dos espaços verdes do bairro Benfica.

O responsável do Comité Técnico de Gestão do Orçamento Participativo avançou que o orçamento ajudou na garantia de uma formação técnica e profissional a 50 munícipes da Zona B.

Mais limpeza e segurança

O administrador municipal-adjunto para a Área Económica da Baía Farta, Inácio Kamungambue, salientou que o Orçamento Participativo na circunscrição definiu acções mais sensíveis que tocam, directamente, à vida das comunidades.

Sobre as áreas beneficiadas, realçou que a prioridade recaiu para a Educação, Saúde, Energia e Águas, saneamento básico e Segurança Pública.

Sem especificar o valor global do município, fez saber que, por meio dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS), os munícipes participam para prestar o seu contributo com ideias validadas,

que visam promover o desenvolvimento da localidade.

Municípios do Cubal e Baía Farta reconhecem melhorias nas comunidades

Os municípios do Cubal e Baía Farta reconhecem que essas duas parcelas da província de Benguela registaram avanços significativos nalguns serviços, com a aplicação directa dos recursos financeiros, alocados pelo Executivo junto das administrações municipais.

"Os orçamentos têm merecido a participação dos municípios, para a execução dos programas gerais e específicos, que visam o aumento das condições sociais básicas e o aumento da qualidade de vida das populações", realçam os municípios.

Essa satisfação é extensiva aos restantes oito municípios de Benguela. É o caso do professor Tomé Suende, que reside na Zona F, do bairro da Graça, considerou que o processo trouxe várias melhorias em termos de saneamento básico, condições médicas e medicamentosa, em função da existência de um hospital de referência.

Tomé Suende conta que a participação no orçamento do município resultou, também, na melhoria do fornecimento da água potável e energia eléctrica em toda a zona, bem como numa maior segurança das comunidades.

Eva Lucas, professora, que reside no Bloco B, Urbanização da Baía Farta, que conta com mil fogos habitacionais, avançou que o método de recolha de resíduos sólidos na referida zona é prova dos ganhos desse processo.

Yuri Morais, serralheiro de profissão, e morador da mesma urbanização, realçou que o problema da água sofreu alterações positivas e a segurança pública, esta última questão, por causa da presença regular da Polícia Nacional.

## 5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 PIIM já consumiu mais de 447 mil milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*  
23 De Junho de 2022  
Texto: Edna Dala

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) consumiu, aproximadamente, dos cofres do Estado, até ao momento, um total de 447.144.790.566 de kwanzas.

Do total avançado pelo secretário de Estado para as Autarquias Locais, Márcio Daniel, disse que foram gastos quase 450 mil milhões de kwanzas e concluídos 590 projectos, cuja execução física e financeira estão garantidas a 100 por cento.

À imprensa no final da 4ª reunião ordinária da Comissão Interministerial para a execução do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, sob orientação do ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, o secretário de Estado acrescentou que dos 590 projectos foram adicionados 813 que até ao final do ano estarão igualmente concluídos.

Olhando para o número inicial de projectos que integravam a carteira do PIIM, prosseguiu, um total de 1.749 iniciativas, destes, até ao final do ano, ter-se-á concluído 1.405. "Isto significa que 80 por cento do Plano Integrado inicial estará concluído até ao final do ano", reiterou.

Para o efeito, Márcio Daniel fez um balanço positivo do total de projectos que inicialmente integraram a carteira e que agora prosseguem para a conclusão, realçando que se mantém o rigor na realização das despesas no âmbito do PIIM e, apesar da aproximação do fim do ciclo, o Plano de Intervenção continua a ser um exemplo quanto ao dispêndio de recursos públicos.

"Cada kwanza utilizado obedece a um escrutínio detalhado sobre o processo prévio de execução da despesa com o rigor que constitui a marca deste projecto", frisou, justificando que, por razões de rigor técnico, a execução da carteira PIIM está exposta a um conjunto de vicissitudes, pelo facto de ser um projecto prolongado.

Referiu que existem imprevistos e caso aconteçam levarão a alteração, no que diz respeito ao volume total de projectos: "Quando se iniciou os desembolsos no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, a taxa de câmbio, na época, era uma e foi se alterando ao longo do tempo. O facto das despesas do PIIM serem executadas em kwanzas faz com que tenhamos apenas o referencial do valor em kwanzas".

Durante a reunião, a Comissão Interministerial apreciou três memorandos relacionados com a estratégia de colocação de quadros nas infra-estruturas que estão a ser construídas dentro dos objectivos do PIIM.

Sobre os instrumentos, Márcio Daniel disse que foram apresentados pelos sectores da Saúde, Educação e do Interior. Os documentos têm como objectivo dar pistas de acções com vista a garantir a criação de todas as condições humanas necessárias e suficientes, logo a seguir a inauguração de cada uma destas infra-estruturas, para o funcionamento da mesma sem qualquer tipo de constrangimento.

"É uma preocupação permanente e monitorada regularmente pela Comissão. E, nós, podemos assegurar que as infra-estruturas que estão a ser construídas no âmbito do PIIM, em princípio, dentro dos condicionalismos financeiros que o país vive, serão apetrechadas com os recursos humanos necessários", observou.

Avaliada estratégia para a elaboração do PIIM 2

Durante a reunião em que estiveram presentes os ministros da Administração do Território, Marcy Lopes, das Finanças, Vera Daves, e os secretários de Estado, a Comissão Interministerial fez também um ponto de situação sobre a estratégia para a elaboração da segunda fase do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios.

Sobre a estratégia, sem entrar em detalhes, o secretário de Estado para as Autarquias Locais anunciou que a reflexão não foi concluída e trata-se apenas de uma indicação de trabalho. Para o responsável, não existe ainda uma visão concluída neste sentido do que poderá ser o PIIM 2: "Temos apenas uma indicação para aprofundar a reflexão no sentido de se apresentar os eixos específicos para a elaboração do futuro PIIM 2".

Quanto à primeira fase do Plano, Márcio Daniel disse que continua em execução. "Quando se iniciou o PIIM tínhamos 1.749 projectos e, até ao final do ano, teremos concluídos 1.405, o que representa 80 por cento do PIIM actual. Além destes, existem projectos

que entraram por via do remanejamento da carteira do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, por força da reposição do equilíbrio económico-financeiro”, apontou.

O PIIM 1, lembrou, ainda está em execução e é, neste sentido, a primeira preocupação a sua conclusão. Quanto às preocupações apresentadas sobre as obras paralisadas em alguns pontos da cidade de Luanda, com realce para o Bairro Operário e não só, o secretário de Estado disse que não existem constrangimentos financeiros.

O PIIM é um projecto que tem financiamento assegurado e, por esta razão, todos os que estão inscritos têm cobertura orçamental, necessária e suficiente para a conclusão, esclareceu. Existindo alguma obra paralisada, deve ser avaliada, sobretudo, as razões ou os motivos.

Márcio Daniel referiu, também, que se têm verificado problemas contratuais na preparação dos projectos, reposição ao equilíbrio económico ou financeiro nos acordos. E sublinhou: "No âmbito do PIIM, os recursos estão assegurados e têm uma fonte de financiamento, através da descapitalização ordenada pelo Executivo, por intermédio do Fundo Soberano".

Estes recursos estão permanentemente disponíveis para financiar todos os projectos que estão na carteira do PIIM, reafirmou o secretário de Estado.

Verdadeira escola

Márcio Daniel destacou o rigor exigido no pagamento de facturas do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios. No seu entender, foi transformado numa verdadeira escola de aprendizagem em termos de qualidade da despesa.

Segundo o responsável, é possível assegurar-se para onde vai cada kwana que sai dos cofres do Estado, "porque é elaborada uma factura pelo empreiteiro, seguido do parecer do fiscal", além de que "só depois do parecer positivo do fiscal é remetida para a Administração Municipal, onde é novamente avaliada pela equipa técnica municipal e antes de chegar ao Ministério das Finanças, através da Delegação Provincial para o pagamento".

Acrescentou que "há ainda o processo de verificação da equipa técnica provincial, geralmente coordenada por um vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas".

Márcio Daniel esclareceu que, no PIIM, há um nível de execução e três de verificação, que garantem, do ponto de vista da qualidade da despesa, que os

recursos sejam devidamente utilizados. Por isso, encorajou a sociedade e a Comunicação Social a denunciarem qualquer tipo de informação das obras do PIIM paralisadas, para permitir uma actuação rápida dos órgãos competentes.

"Procuramos monitorar, regularmente, projecto a projecto e saber quais são os que, mensalmente, deixam de enviar as facturas a pagamento", observou, considerando-o um barómetro para se apurar ou não a paralisação das obras ou se o empreiteiro envia ou não facturas a pagamento.

Dos 2.164 projectos em execução, reconheceu, existem facturas que são regularmente emitidas para antever os que estão efectivamente em curso, reforçando que há, também, a estratégia de acompanhamento nas províncias com alguma letargia momentânea no cumprimento do Plano.

Mensalmente, concluiu, as obras do PIIM produzem uma factura e um auto de medição, feito pelo empreiteiro, validado pelo fiscal e a emissão da factura para o pagamento.

## 5.2 Municípios do Uíge já beneficiam de orçamento participativo

*Jornal de Angola*

*28 De Junho de 2022*

*Texto: Silvino Fortunato*

A aplicação dos 25 milhões de kwanzas, no quadro do Orçamento Participativo, em projectos propostos pelos municípios, desde o mês de Abril, já começou a ter efeitos positivos nas comunidades do Uíge, considerou, ontem, o supervisor da Rede de Luta Contra a Pobreza da Região Norte de Angola (APDCH).

Jeremias Maya Mateus explicou que os gastos das verbas anuais em projectos propostos pelos próprios cidadãos estão a ser acompanhados, principalmente nesta altura em que todos os 16 municípios da província já receberam os 25 milhões de kwanzas.

O supervisor acrescentou que essa fase incluiu o município de Ambaca, província do Cuanza-Norte, também integrada na tutela da APDCH, por ser um território muito próximo da cidade do Uíge.

"Os orçamentos da gestão comunitária, atribuídos, por exemplo, aos municípios do Songo, Mukaba e Uíge são geridos, na maioria dos casos, por grupos técnicos, embora existam situações em que as próprias administrações assumem esta responsabilidade.

De acordo com o activista, a intervenção das administrações municipais ocorre em situações em que alguns membros dos grupos técnicos não dispõem de contas bancárias. "Há situações em que se verifica algum desentendimento qualquer entre os membros dos grupos, o que faz com que os orçamentos sejam, ainda, geridos pela própria Administração Municipal".

Jeremias Maya Mateus precisou que cada grupo, em que se inclui jovens, velhos e crianças, é constituído por 13 elementos, sendo dois indicados pelo administrador municipal, mediante o perfil que a ONG remete à Administração Municipal.

"A tendência é termos um grupo inclusivo. Mas, muitos administradores têm a propensão de convidar os seus próximos, para constarem nestes grupos", disse Maya Mateus.

Saúde lidera resultados

"Temos tido bons resultados nos municípios do Uíge, Songo e Mukaba, em termos deste processo participativo, depois da recepção de óptimas opiniões nos fóruns comunitários, sobretudo no domínio da Saúde", considerou Lutadila Manata, técnica de campo da APDCH.

Lutadila Manata mostrou que havia um posto médico, numa aldeia com precárias condições e, por isso, estava fechado. Depois de os munícipes terem identificado o problema, houve a intervenção e a unidade foi já reaberta.

A técnica de campo da ONG salientou que há muitos casos de sucesso neste processo de auscultação e participação do cidadão, tendo citado os casos dos bairros Mpako Nbens e Kiongua, arredores da cidade do Uíge.

Na província do Uíge, os Fóruns Municipais de Recolha de Contribuição dos Cidadãos para o Orçamento Geral do Estado começaram, há dois anos, sendo liderados pela APDCH, que contou com o apoio das agências FANCO e PNUD e do Ministério da Administração do Território (MAT).

Este programa é executado com base nos Decretos Presidenciais nº 234 e 235/19 de 22 de Julho, que institucionaliza o regulamento e fixa a verba do Orçamento do Município.

Maior divulgação do programa

O supervisor da APDCH, Jeremias Maya Mateus, referiu que a auscultação aos munícipes, que culminou com a atribuição do valor de 25 milhões de kwanzas por ano (orçamento do cidadão), contou,

também, com a participação de várias organizações da sociedade civil da província do Uíge.

Entre essas organizações, o responsável mencionou a ASP, Justiça e Paz da Igreja Católica, associações do Songo, Sociedade da Mocidade Cristã, CICA e Instituto de Desenvolvimento Democrático de Angola.

Jeremias Maya Mateus defendeu a necessidade de se divulgar, cada vez mais, o teor dos instrumentos legais que sustentam o programa, que são o Decreto Presidencial e demais legislações, para que as pessoas saibam o que se está a fazer com esses valores.

"Devem ser divulgados os resultados que estão a ser alcançados para que o cidadão possa sentir o impacto destes orçamentos. Nós quando divulgamos nas comunidades em sessões de encontros comunitários, temos sentido algum desagrado de algumas autoridades municipais, que questionam as ONG", disse.

Nesse aspecto, a técnica Lutadila Manata refere não ser fácil a relação entre os actores intervenientes nas operações e gestão financeira do orçamento dos municípios.

Disse que um dos problemas nas operações está relacionado com a debilidade na comunicação entre as ONG, Governo Provincial e as Administrações Municipais. "Um dia, fomos trabalhar num município, e quando chegamos, o secretário não sabia da nossa ida nem das razões do nosso trabalho. Isso fez com que as pessoas com as quais nos reuníssemos não tivessem o perfil indicado pelo Ministério da Administração do Território".

### 5.3 Orçamento Participativo estimula mudanças nas comunidades

*Jornal de Angola*

*29 De Junho de 2022*

*Texto: Sampaio Júnior e Maximiano Filipe*

A execução de propostas apresentadas por munícipes de Benguela, no quadro do Orçamento Participativo, ajudou a transformar a vida de muitas comunidades da província de Benguela, reconheceu, ontem, a directora provincial da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

Célia Sampaio revelou que Orçamento Participativo foi uma experiência muito rica, tendo em conta que as comunidades aproveitaram a oportunidade de conhecer o processo e interagir na identificação do

que era mais útil para a melhoria das suas condições de vida.

A responsável da ADRA realçou que a questão da participação comunitária foi soberana e essa oportunidade fez cumprir os anseios locais e beneficiar as gerações vindouras. "Essa envolvimento directa dos munícipes foi muito importante para a materialização de uma série de projectos, todos saídos dos processos de auscultação ocasional da população sobre acções específicas", disse.

Para a directora da ADRA em Benguela, essa participação significou autonomia local de grande envolvimento de organizações voluntárias ao nível da base, enraizada na tradição e cultura locais, com lideranças próprias e legítimas, com plenos trabalhos de promoção da mulher e assente na inclusão social.

A implementação do Orçamento Participativo, segundo a responsável da ADRA, foi conduzida pelo Ministério da Administração do Território (MAT), em colaboração com administrações municipais, as comunidades locais e organizações da sociedade civil.

E o referido Orçamento Participativo surge no âmbito do reforço da democracia participativa em Angola, o Governo institucionalizou, através dos Decretos Presidenciais nº 234/19 e 235/19.

"Trabalhámos nos municípios do Cubal, Ganda, Benguela e Baía Farta, que foi a nossa frente de acção, realizámos assembleias abertas e periódicas e etapas de negociação directa com a comunidade, onde identificámos o que era prioritário", explicou a responsável.

Célia Sampaio lamentou o facto de a comunidade esperar que se fizesse tudo, inclusive o que não era tecnicamente possível. Referiu que, nestes casos, foi necessário encontrar um ponto de convergência e as coisas aconteceram.

"Os munícipes tiveram a oportunidade de definir livremente as suas prioridades e projectos locais, tendo em conta que o Orçamento Participativo é um instrumento que permite a interacção directa entre o cidadão e os órgãos do poder local".

#### Benefícios económicos e sociais

Célia Sampaio avançou que a experiência que a ADRA possui, enquanto ONG, faz crer que o Orçamento Participativo é um passo que demonstra que o poder político está atento às questões de desenvolvimento do bairro da aldeia.

A directora realçou que o processo de desenvolvimento local implica uma visão comum,

articulando as iniciativas de dimensão económica, social, cultural, política e ambiental.

Célia Sampaio considerou que o desenvolvimento local é, antes de mais, uma vontade comum de melhorar o quotidiano. "Essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um futuro melhor".

#### Sector social foi prioritário

O Orçamento Participativo do exercício económico de 2021 a nível do município de Benguela priorizou a realização de acções de impacto social nas comunidades, onde se registou um maior índice de dificuldades.

A administradora municipal de Benguela, Carla Marisa, fez saber que a carteira de projectos em curso envolveu o valor global de 25 milhões de kwanzas. "O orçamento é de cabimentação anual e, na base do qual foram seleccionados vários problemas que afligem, directamente, a vida e a necessidade da população".

Dessas questões, disse a administradora de Benguela, enumeram-se os serviços de iluminação pública, manutenção e conservação, espaços verdes, saneamento básico, acções que, para a sua execução, tiveram um orçamento de 14.649.233.48 kwanzas.

Na segunda fase, disse que foram priorizadas acções de melhoria das políticas sociais, com destaque para a alimentação, infância, juventude e terceira idade, num orçamento global de 5.943.932.94 kwanzas.

Quanto ao terceiro eixo, Carla Marisa disse que se atendeu o projecto de construção de um canal de drenagem a céu aberto, para as águas residuais, orçado em 1.906.000 kwanzas.

Neste mesmo caderno de encargos, foram aplicados, também, 2.500.000 kwanzas, para apoio aos carros administrativos, operação e manutenção geral do Comité Técnico de Gestão.

Carla Marisa avançou que a selecção dos projectos foi criteriosa e antecedeu a diversos encontros de auscultação às comunidades, com vista a definir as reais questões prioritárias em cada zona do município de Benguela.

A administradora municipal disse que esta é uma nova forma de aplicação e melhor gestão dos fundos públicos, visto que permite a participação dos próprios munícipes na tomada de decisões, face aos orçamentos, no âmbito da transparência e boa governação.

Neste momento, a gestão do projecto está sob responsabilidade do Comité Técnico de Gestão do Orçamento Participativo dos municípios de Benguela, composto por 13 membros, seleccionados pelos próprios locais, com este propósito.

#### Democracia e gestão participada

Carla Marisa salientou que a institucionalização do Orçamento Participativo visa fundamentalmente envolver os municípios na definição das despesas municipais, promover uma gestão participada, democrática e partilhada com o seu público e estimular o exercício efectivo da cidadania.

Avançou, ainda, que a ideia é instruir mecanismos de acompanhamento e controlo dos gastos públicos e estimular a participação do cidadão, de forma inclusiva, propiciando, desta forma, que a Administração Pública actue de maneira integrada para a satisfação dos interesses da própria comunidade.

Jorge Sahala, que coordenou o Comité Técnico de Gestão do Orçamento Participativo dos municípios de Benguela, referiu que, apesar do contexto económico no mundo e no país, em particular, o referido orçamento permitiu dar um grande apoio às cozinhas comunitárias do município e requalificação de um posto de saúde, na Zona B do bairro do Calombutão.

Além disso, o orçamento permitiu a aquisição de equipamentos desportivos para a juventude da Zona F, do bairro da Graça, de utensílios domésticos para a cozinha comunitária da Igreja Tocoísta, bem como trabalhar no melhoramento dos espaços verdes do bairro Benfica.

O responsável do Comité Técnico de Gestão do Orçamento Participativo avançou que o orçamento ajudou na garantia de uma formação técnica e profissional a 50 municípios da Zona B.

#### Mais limpeza e segurança

O administrador municipal-adjunto para a Área Económica da Baía Farta, Inácio Kamungambue, salientou que o Orçamento Participativo na circunscrição definiu acções mais sensíveis que tocam, directamente, à vida das comunidades.

Sobre as áreas beneficiadas, realçou que a prioridade recaiu para a Educação, Saúde, Energia e Águas, saneamento básico e Segurança Pública.

Sem especificar o valor global do município, fez saber que, por meio dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACs), os municípios participam para prestar o seu contributo com ideias validadas,

que visam promover o desenvolvimento da localidade.

Municípios do Cubal e Baía Farta reconhecem melhorias nas comunidades

Os municípios do Cubal e Baía Farta reconhecem que essas duas parcelas da província de Benguela registaram avanços significativos nalguns serviços, com a aplicação directa dos recursos financeiros, alocados pelo Executivo junto das administrações municipais.

"Os orçamentos têm merecido a participação dos municípios, para a execução dos programas gerais e específicos, que visam o aumento das condições sociais básicas e o aumento da qualidade de vida das populações", realçam os municípios.

Essa satisfação é extensiva aos restantes oito municípios de Benguela. É o caso do professor Tomé Suende, que reside na Zona F, do bairro da Graça, considerou que o processo trouxe várias melhorias em termos de saneamento básico, condições médicas e medicamentosa, em função da existência de um hospital de referência.

Tomé Suende conta que a participação no orçamento do município resultou, também, na melhoria do fornecimento da água potável e energia eléctrica em toda a zona, bem como numa maior segurança das comunidades.

Eva Lucas, professora, que reside no Bloco B, Urbanização da Baía Farta, que conta com mil fogos habitacionais, avançou que o método de recolha de resíduos sólidos na referida zona é prova dos ganhos desse processo.

Yuri Morais, serralheiro de profissão, e morador da mesma urbanização, realçou que o problema da água sofreu alterações positivas e a segurança pública, esta última questão, por causa da presença regular da Polícia Nacional.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 “Prédio Sujo” do Marçal tem novo visual

*Jornal Angola*

*5 De Junho de 2022*

*Texto: André Sibi*

O antigo “Prédio Sujo”, situado no Marçal, Distrito Urbano do Rangel, está com um novo visual, depois de ter beneficiado de obras de pintura na parte exterior. Há quem diga que tem uma nova designação: “Prédio Limpo” do Marçal.

Orlando Costa, morador do edifício há mais de 20 anos, disse ao Jornal de Angola que a transformação resulta de uma solicitação que a Comissão de Moradores fez à Fundação Obra Bela, uma ONG parceira da Administração Municipal do Rangel.

O também coordenador de um dos pisos do edifício de dez andares, conta que os moradores, cansados de tanto lixo, águas paradas, cheiro nauseabundo e maminhas ao redor do edifício, partiram em busca de uma solução.

A primeira investida levou os moradores a negociar com a empresa chinesa que concluiu, recentemente, a requalificação da rua Senado Câmara. Com a participação da referida empresa, foi possível a evacuação das águas escuras do edifício para os esgotos.

Feito isso, a Comissão de Moradores partiu para uma nova missão, que passava por encontrar a Fundação Obra Bela, uma ONG instalada no Rangel, parceira da Administração Municipal, que apoia a requalificação do município.

Além da pintura da fachada exterior, o acordo com a Fundação Obra Bela inclui uma segunda fase, que prevê requalificar o interior do edifício e a construção de uma quadra de jogos e outros equipamentos de apoio.

Sebastião Silva, secretário executivo da Fundação Obra Bela, que planificou e executou a pintura, explicou que o trabalho enquadra-se no âmbito do projecto “Marçal Limpo e Colorido”, lançado pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, com apoio da Comunidade do Distrito Urbano do Rangel.

“Recebemos uma solicitação dos moradores do antigo ‘Prédio Sujo’ do Marçal, hoje ‘Prédio Limpo’

do Marçal e decidimos incluir a solicitação na rota das requalificações em curso no município”.

O responsável informou que foram mobilizados 150 jovens, desde pintores, pedreiros, carpinteiros, construtores, incluindo alpinistas locais, que limpam vidros de edifícios, que emprestaram o seu saber em benefício da comunidade a custo zero.

Acrescentou que sempre que a organização recebe uma solicitação desta natureza, informa os patrocinadores, que a fonte preferiu manter no anonimato.

Disponibilizados os meios necessários para a execução da obra, a ONG mobiliza os moradores da zona, rua, bairro ou edifício que vai beneficiar da requalificação, que também ajudam no trabalho.

As obras de pintura do edifício iniciaram no dia 22 de Março deste ano e duraram aproximadamente um mês e meio. Foram usados mais de 200 baldes de tinta de várias cores.

Sem revelar o investimento total, Sebastião Silva explicou tratar-se de um trabalho que os Amigos e Naturais do Rangel têm vindo a fazer para mudar a realidade do município que os viu nascer.

“Não esperávamos por esta intervenção que mudou o rosto do nosso prédio”, disse Janeth, uma das moradoras que vende ovo fervido debaixo do edifício.

Janeth explicou que no passado não era possível colocar cadeiras e pessoas sentadas debaixo do edifício. Acrescentou que era difícil assumir-se como morador do edifício devido à sujeira, lixo, águas paradas, ratazanas e cheiro nauseabundo um pouco por todos os cantos.

Tia Rosa, que vive no edifício há 31 anos, disse que a realidade mudou. No passado, para entrar no prédio, era necessário pisar por cima de pedras de um ponto ao outro.

O “Prédio Sujo” consta da lista de edifícios construídos pelas autoridades portuguesas nos últimos anos que antecederam a independência de Angola e que não foram concluídos, devido à alteração da situação política.

Entre finais da década de 80 e princípios da década de 90 os populares começaram a ocupar os apartamentos do edifício inacabado de forma arbitrária até aos dias de hoje.



## Estrutura

Orlando Costa informou que o edifício tem 120 apartamentos de tipologia T1, T2 e T3. No entanto, com as construções clandestinas hoje o edifício tem 156 moradias.

O prédio não tem energia da rede pública. No entanto, a Comissão de Moradores esclareceu que foram feitas várias tentativas junto da ENDE para se regularizar a situação de energia elétrica mas sem sucesso.

Em relação à água, o edifício conta com um pequeno empreendimento que fornece água aos apartamentos e cobra cinco mil kwanzas para o contrato e dois mil kwanzas pelo consumo mensal.

Das duas entradas principais para o edifício resta apenas uma, pois, a segunda foi transformada em moradia e acolhe uma família.

As fissuras, com mais de dois centímetros de abertura, dividem o edifício em duas partes e o perigo soma e segue dia e noite.

## 6.2 Aviso 9 do BNA não exclui financiamento à auto construção

*Jornal Expansão*

*10 De Julho de 2022*

*Texto: Faustino Diogo*

O crédito habitacional ao abrigo do Aviso 9/2022 do BNA, que já vigora, não clarifica a possibilidade deste programa contemplar também a auto construção, apesar de definir que as habitações contempladas por este financiamento sejam apenas as construídas a partir de 2012.

Segundo especialistas, o documento é omissivo quanto à possibilidade de o cidadão recorrer à banca para a construção da casa própria. "Este documento não clarifica esta situação. Não diz de forma clara que determinado cidadão que tenha um terreno e que pretenda recorrer a este financiamento para a construção da sua habitação, o possa ou não fazer", disse ao Expansão um quadro sénior da banca questionado sobre a situação.

Para a fonte, esta questão é pontual já que o documento do BNA dá a possibilidade de os cidadãos adquirirem habitação a construtores que recorrem a esta linha de crédito, inclusive habitações inacabadas. "Sabe que este financiamento também contempla os construtores a quem os cidadãos podem recorrer à luz deste crédito. Mas sinceramente

não sei se a auto-construção pode ser financiada", disse.

No entanto, algumas instituições bancárias envolvidas neste processo começaram já a definir os requisitos para os clientes que pretendem recorrer a este crédito, que terá como primeira garantia a própria habitação.

Entre as várias exigências constam a necessidade da existência de uma relação jurídico-laboral com uma entidade empregadora, com contrato por tempo indeterminado por parte de quem pretende obter financiamento, avaliação do imóvel a adquirir, registo predial, hipoteca sobre o imóvel a adquirir, seguro de vida durante a vigência do contrato e outros requisitos do mercado.

Num exercício de simulação junto de um banco comercial, o Expansão constatou que para um crédito de 30 milhões kz, a ser pago em 25 anos, o salário base do cliente terá que ser de 700 mil kz e a prestação mensal será de 212 mil kz (ver tabela).

Este valor pode variar para mais ou para menos em função de outros aspectos associados à obtenção do crédito, assim como a negociação com a instituição bancária financiadora.

Bancos impedidos de financiarem funcionários com crédito do Aviso 9

O crédito à habitação criado pelo Banco Nacional de Angola (BNA) para que os clientes bancários possam contratar financiamento se promover a construção de imóveis para habitação própria no País proíbe os bancos comerciais de usarem este mecanismo para a criação de um regime de crédito à habitação destinado exclusivamente aos trabalhadores das suas instituições.

De fora desta "facilidade de crédito" ficam também os cidadãos que já tenham outro tipo de crédito à habitação, independentemente de ter sido concedido por um outro banco comercial ou estar garantido por outro imóvel.

O banco central determina também que o valor do crédito a ser concedido varia entre 50 e 100 milhões Kz, tanto para quem pretende adquirir uma habitação, como para construtores, embora as condições de pagamento do empréstimo diferenciem de acordo com o perfil dos compradores.

O financiamento está dependente da capacidade financeira do requerente do crédito para cumprir as suas obrigações ao abrigo do contrato e cumprimento de outras condições normalmente aplicáveis a créditos desta natureza.

De acordo com o Aviso 9/2022 do BNA, o prazo máximo do crédito a conceder é de 25 anos, devendo os bancos comerciais assegurar também que na reestruturação de um crédito, o prazo total não exceda 30 anos, que é o tempo máximo para o pagamento de qualquer crédito à habitação no País.

Independentemente do valor do imóvel, o crédito concedido ao abrigo do documento do banco central, deve ser o único crédito garantido para determinado imóvel, não sendo permitida a contratação de outros créditos bancários para o seu financiamento em qualquer circunstância.

Para os clientes particulares que pretendam recorrer a este financiamento, nos primeiros dez anos a taxa de juro será de 7%. Depois será ~ o mercado a ditar a taxa. Para o crédito à construção a taxa de juro a será de 10%, nos primeiros 5 anos.

No entanto, fonte da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), disse ao Expansão que a auto construção não está contemplada pelo aviso do BNA " Pelo que me informaram este crédito à habitação não abrange a auto-construção. Mas penso que serão os bancos a decidir", disse.

Código do Imposto Predial vs. Constituição da República de Angola.

### 6.3 Código do Imposto Predial vs. Constituição da República de Angola: Uma questão de Justiça Tributária

*Novo Jornal*

*10 De Junho de 2010*

Garantir uma vida digna aos seus cidadãos é uma preocupação de qualquer Estado. Deste modo, por meio de políticas públicas, procuram assegurar [que estes tenham acesso - preferencialmente com seus próprios recursos ou, quando não seja possível, por via de políticas sociais indutoras -, fundamentalmente, a alienação, serviços de saúde, vestuário, habitação e transportes. Assim é que a Constituição da República de Angola (CRA) estabelece que todos os cidadãos têm direito à habitação (cf. o artigo (85.º), mas também o dever de "contribuir para as despesas públicas e da sociedade em função da sua capacidade económica e dos benefícios [que auferam, através de impostos e taxas, com base num sistema tributário justo e nos termos da lei" (artigo 88.º). I CRA estabelece, além disso, que o Sistema Fiscal visa, entre outros fins " proceder a uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza nacional" (cf. o artigo 101º).

Depois de no artigo anterior (edição do Novo Jornal de sexta-feira, 27/05/2022) termo-nos debruçado sobre algumas cobranças injustas a que são submetidas empresas e pessoas singulares por parte de despachantes oficiais e equiparados e bancos, trazemos à discussão, resta edição, a questão de um desalinhamento de alguma legislação tributária nacional em relação à CRA.

Reportamo-nos especificamente ao Código do Imposto predial CIP, aprovado pela Lei nº 20/20, de 9 de Julho, e Regras sobre Inscrição, Avaliação e Reavaliação de móveis, aprovadas pelo Decreto Presidencial n.º 121/21 De 10 de Agosto, particularmente no que diz respeito ao direito à habitação por parte dos cidadãos, ao dever de contribuição de cada um em função da sua capacidade económica e ao princípio do Sistema Fiscal da justa repartição dos rendimentos e da riqueza Nacional

Antes do desalinhamento ora referido, é avisado relevar a existência de algumas outras questões que emergem da legislação angolana sobre o Imposto Predial (IP), que têm a ver com o objecto da tributação e os sujeitos passivos do referido imposto. É suposto que o imposto sobre imóveis incida sobre o valor patrimonial daqueles, tendo como sujeitos passivos os respectivos proprietários. E isso porque, tendo em conta um dos princípios económicos da tributação, segundo o qual a contribuição de cada um deve ser tanto quanto possível proporcional aos seus rendimentos - convertido na norma constitucional de todos contribuírem em função da sua capacidade económica, assume-se a titularidade de um imóvel e o seu valor como proxes da capacidade económica/contributiva e da riqueza dos seus proprietários. Ocorre, entretanto, que em Angola é-se sujeito passivo do IP pela posse ou pelo usufruto de imóveis - desde que estes se destinem a quaisquer fins que não sejam as actividades agrícolas, silvícola ou pecuária =, assim como por se auferir rendimentos pelo seu arrendamento. É, por isso, questionável o tratamento da cobrança de imposto sobre rendimentos de imóveis em sede da legislação sobre o Imposto Predial, por um lado, e a tomada de usufrutuários de habitações - particularmente no caso de propriedades resolúveis - como sujeitos passivos do respectivo IP, já que não atende à incapacidade económica eventual daqueles de se tornarem imediatamente proprietários das habitações arrendadas por aquisição a pronto pagamento.

Contribuição de cada um em função da sua capacidade económica e ao princípio do Sistema Fiscal da justa repartição dos rendimentos e da riqueza nacional.

No que à propriedade ou usufruto - especificamente de propriedades resolúveis - de habitações diz respeito, o CIP estabelece a tributação do IP nos seguintes termos: uma taxa de 0,1% para habitações de valor patrimonial até kz 5.000.000,00; o valor de kz 5.000,00 para habitações de valor patrimonial entre kz 5.000.001,00 a kz 6.000.000,00; e uma taxa de 0,5% sobre o valor em excesso a kz 5.000.000,00 para habitações de valor superior a kz 6.000.000,00. E sobre rendimentos auferidos de tais propriedades incide uma taxa de 25%, desde que o tributo não seja inferior ao que resultar do valor do imposto devido calculado com base no valor patrimonial, caso em que prevalecerá este. Entretanto, para as habitações de construção precária (definidas na Regras como sendo as feitas de chapas de zinco, pau a pique, capim, adobe com ou sem tratamento e madeira, em condições de descarte) e as habitações sociais ("as de baixa renda, apoiadas pelo Estado ou por pessoas colectivas de direito público, destinadas a criar melhores condições de acesso à habitação com qualidade, por parte das pessoas com menor capacidade aquisitiva, incluindo as mais desfavorecidas, quando destinadas à habitação própria permanente"), o CIP estabelece isenções específicas mas só mediante o reconhecimento da Administração Tributária e a pedido dos interessados, os quais devem, para o efeito, fazer prova da situação jurídica do imóvel a seu favor. Quer isso dizer que se antes os imóveis até o valor patrimonial de kz 5.000.000,00 estavam automaticamente isentos permanentemente do pagamento do IP e os acima desse valor a incidência da taxa do IP era sobre o excedente àquele valor, com o novo CIP todas as habitações com valor patrimonial a partir de kz 1,00 ficaram sujeitos ao pagamento do imposto, supostamente em nome de um alargamento da base tributária.

Assim, depois da questão prévia ora apresentada, evidencia-se aqui um primeiro desalinhamento do CIP em relação à CRA. É que, dado o direito constitucional à habitação de todo o cidadão e o princípio do pagamento de impostos e taxas em função da sua capacidade económica/contributiva e riqueza de cada um, entendemos que, em termos de habitação, o Estado só deveria tomar como proxies de capacidade económica/contributiva e riqueza a detenção de propriedades que estivessem além da habitação própria e permanente das famílias e de um valor que correspondesse a uma habitação condigna para uma família. Desse modo, toda a habitação própria e permanente com valor patrimonial abaixo do que fosse avaliado como sendo uma habitação condigna para uma família, deveria estar isenta de modo permanente e oficioso do pagamento do IP, enquanto as habitações próprias e permanentes com

valor patrimonial superior àquele valor ficariam sujeitas ao pagamento do imposto mas apenas sobre o excedente. Do modo como se acha disposto na legislação, primeiro, por questões de conciliação, apresenta-se um problema de gestão para a Administração Tributária a aplicação da norma sobre a tributação das habitações de valor patrimonial entre Kz 1,00 e Kz 5.000.000,00 (cerca de e 11.000,00) e a norma sobre a isenção das habitações precárias e de baixa renda, pois torna-se difícil perceber como é que se escaparia de uma habitação precária ou de baixa renda naquele intervalo de valores e - eventualmente - até mesmo acima, nas condições de Angola. Depois, apresenta-se a questão de pretender-se que cidadãos com casebres - que são as habitações precárias de chapas de zinco, capim, pau-a-pique, adobe e madeira, e que geralmente se acham em assentamentos informais - se apresentem à Administração Tributária para os inscrever e ainda terem de apresentar pedido para a isenção do pagamento do IP. De outro modo, também não se vislumbra nem capacidade para a Administração Tributária demandar de modo coercivo que os titulares de tais casebres se apresentem a ela, nem para atender a todos e a cada um deles de modo oportuno - no caso de que tal fosse possível, além do evidente problema moral que se coloca face à extrema precariedade de tais alojamentos. Isso, como se perceberá, leva à descredibilização das autoridades.

Aqui importa referir que o CIP angolano parece ter sido copiado da legislação portuguesa como é o caso de boa parte da legislação nacional especificamente do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Mas a cópia foi mal feita, porque, por exemplo, o CIMI português prevê, para a habitação própria permanente: (i) isenção permanente do seu pagamento, de forma automática, para o agregado familiar que não tenha um rendimento bruto anual superior a €15.295,00 (cerca de kz 496.407,00 mensais em Angola, por 14 meses, que inclui o subsídio de férias e o 13.º) e cujo valor patrimonial dos imóveis detidos não seja superior a e 66.500,00 (cerca de kz 30.216.071,00 em Angola); e (ii) isenção temporária, por até 3 anos, por requerimento do contribuinte, na condição do rendimento anual colectável do agregado familiar ser inferior a € 153.300,00 (cerca de kz 4.975.428,00 mensais em Angola, por 14 meses, incluindo o subsídio de férias e o 13.º) ou a habitação ter valor patrimonial de até e 125.000,00 (cerca de kz 56.797.125,00 em Angola).

Outro desalinhamento do CIP em relação à CRA está no facto dos titulares de contratos de aquisição de habitação ao Estado, por renda resolúvel, serem, à luz do CIP, enquanto usufrutuários, sujeitos passivos do IP. Entretanto, os arrendatários, enquanto não

concluírem o pagamento das habitações, não serão proprietários das mesmas, sendo que a facilidade proporcionada pelo Estado para que os cidadãos as adquiram por renda resolúvel constitui uma forma de acomodar a capacidade económica reduzida implícita dos mesmos que não lhes permite adquiri-las com pagamento à vista, além de que o seu preço é subsidiado com o mesmo fim. Por outro lado, estão impedidos de trespassar, locar ou onerar tais habitações ou o seu direito de usufruto, justamente porque não se constituem como proprietários efectivos. Então, e tratando-se de habitação própria e permanente do titular do direito à propriedade resolúvel, achamo-nos diante de uma situação de injustiça tributária uma vez que, no caso, a pagamento do IP como contribuição dos visados para as despesas públicas e da sociedade não está de acordo com a sua capacidade económica/contributiva.

Há, por isso, fundamento para que se promova a revisão do CIP de modo a adequa-lo à CRA, assegurando-se justiça tributária e no sentido da prossecução da melhoria das condições de vida dos cidadãos contribuintes.

## 6.4 Demasiados documentos põem «em xeque crédito à habitação»

*Novo Jornal*

*10 De Junho de 2022*

O crédito à habitação arrancou na última segunda-feira, 06, entretanto, os cidadãos reclamam do elevado número de documentos exigidos pelas instituições bancárias.

Alguns bancos comerciais pedem às pessoas singulares seis documentos pessoais e 15 institucionais. No caso das empresas, os requisitos são outros, soube o Novo Jornal junto de duas instituições.

Cidadãos ávidos por se habilitarem ao crédito, ouvidos pelo Novo Jornal, disseram que não compreendem as razões de as instituições exigirem tantos documentos, afirmando que não será fácil tratá-los.

Pedro Mauro, funcionário público, contou que a exigência para o crédito à habitação não vai ajudar em nada o cidadão.

"As instituições em Angola são demasiadamente burocráticas e tenho dúvidas que os jovens, sobretudo, conseguirão reunir todos os documentos", afirmou.

O jovem Inocêncio Santos, de 29 anos, recém-casado, oficial das Forças Armadas Angolanas (FAA), que também procurou esclarecimentos junto de um dos bancos habilitados a conceder o crédito, disse que ficou irritado com o elevado número de documentos exigidos.

O valor do crédito habitação deste normativo é de até 100 milhões de kwanzas, quando existem dois mutuários, e de 50 milhões de kwanzas, quando existe apenas um mutuário.

O crédito à habitação é no âmbito do "Aviso nº 9/22 do Banco Nacional de Angola (BNA).

## 6.5 Preço alto de materiais de construção preocupa cidadãos no Sumbe

*Jornal Economia e Finanças*

*10 De Junho de 2022*

*Texto: Victor Pedro*

A subida de alterações constantes dos preços dos materiais de construção civil, praticados pelos agentes económicos grossistas e retalhistas, na cidade do Sumbe, província do Cuanza-Sul, está a preocupar os habitantes, que pretendem concretizar o sonho de ter a casa própria.

Moradores ouvidos pela reportagem do Jornal de Economia e Finanças consideraram que a situação é preocupante, uma vez que os preços sobem vertiginosamente, p r isso, pedem aos órgãos fiscalizadores para se inverter o actual quadro.

Conceição Artur, disse que a situação é preocupante porque os preços em vez de baixarem, registam o contrário, acabando por arrasar os que têm pouco poder de compra.

"Estamos uma etapa muito difícil, principalmente nós que temos um rendimento abaixo de 100 mil kwanzas", explicou, tendo lançado o clamor para que as autoridades competentes no sentido de regularizarem a situação.

Conceição Artur fez saber que os preços dos materiais de construção praticados nas lojas e armazéns são exorbitantes, tendo exemplificado que para a compra de dois malhassol gastou 32 mil kwanzas, enquanto, cada varão de dez centímetros custa três mil e 500 kwanzas.

O varão de doze centímetros custa cinco mil Kwanzas, e três contraplacados para aplicação de betão estão a custar dez mil Kwanzas, que para ela,

no passado recente os custos estavam situados há 50 por cento.

Conceição Artur que também é funcionária pública, de 43 anos de idade, conta que a situação é ainda mais alarmante para quem ganha abaixo de 100 mil á 250 mil Kwanzas e vive numa casa de aluguer. "É para nós funcionárias uma situação difícil porque além das necessidades para fins de construção, temos ainda outros gastos para a alimentação, vestuário, saúde e outras necessidades", frisou.

Outro interlocutor que falou ao Jornal de Economia e Finanças foi Luís Tito, de 35 anos de idade, que trabalha por contra própria, e disse que os preços dos materiais de construção civil estão muito caros. Facto que muitos jovens desistam do sonho da casa própria.

Nos dias de hoje, devido os preços que se praticam, torna-se difícil, um jovem ou adulto materializar o sonho da casa própria, e isso pode comprometer o futuro das pessoas, sobretudo da camada jovem", disse, sublinhando que os comerciantes dos materiais de construção fingem que fazem não compensam ao comprador.

Outra situação que preocupa o jovem Luís Tito, que reside no bairro do Chingo, prende-se com o preço do saco de cimento que varia entre 2800 á 3500 Kwanzas, valor que no seu entender, está muito alto, e entende que o preço razoável seria ao valor entre 2000 á 2500 Kwanzas.

"Não percebemos sobre a subida galopante do preço do cimento na cidade do Sumbe, uma vez que na região está instalada e em funcionamento uma fábrica de cimento", disse, para quem a actividade inspectiva dos órgãos de direito devem actuar para o equilíbrio dos preços no mercado local.

Lembrou, na ocasião, que os preços dos materiais de construção, praticados no mercado local, são muito altos, que precisam estar alinhados á política do Executivo de protecção dos cidadãos. "É preocupante o que estamos a assistir sobre os estarem caros e aquém dos bolsos dos cidadãos, o que devia acontecer como está acontecer com a redução dos preços da cesta básica", defendeu

Luís Tito defende que os preços dos materiais de construção devem ser vigiados pelos órgãos competentes para garantir que os cidadãos consigam resolver o problema habitacional, através do programa de auto-construção dirigida.

"Sem o apoio do Executivo, nós jovens estaremos longe de vermos resolvido o problema habitacional,

porque o Estado, por si só, não vai resolver o problema de habitação", vincou.

## 6.6 BIC pronto para o crédito à habitação

*Jornal Economia e Finanças*  
17 De Junho de 2022

O banqueiro Hugo Teles disse à margem da cerimónia de apresentação dos conselheiros do programa "Crescer Juntos" que o Banco Internacional de Crédito (BIC), onde é presidente da Comissão executiva, desenvolve, que os interessados no crédito à habitação podem contar com o banco para este novo desafio. Segundo o PCE do BIC, tratando-se de um crédito bonificado nos juros, os clientes deveriam focar-se menos nas exigências documentais que estão em linha com o objecto e finalidade da iniciativa e procurar sim no mais curto espaço de tempo reunir os requisitos para a obtenção do crédito.

Hugo Teles recorreu aos resultados do banco de ser, nos últimos anos, o que mais crédito concede à economia, para garantir que as agências do banco estão abertas nos horários convencionais no sector em prontidão para receber e esclarecer dúvidas.

Dados apontam que o volume de crédito ao longo do tempo concedido pelo Banco BIC à economia angolana, beneficiando entes públicos e privados, situa-se em três mil milhões de dólares, anunciou o presidente da Comissão Executiva.

## 6.7 Obras na Centralidade da Ndalatando retomadas a toda velocidade

*Jornal Angoleme*  
18 De Junho de 2022  
Texto: Manuel Fontora

As obras de construção da primeira fase da centralidade de Ndalatando, província do Cuanza-Norte, reiniciaram no princípio do mês de Fevereiro e está projectada a conclusão de 14 prédios, com um total de 212 apartamentos, 11 dos quais de tipologia A e três do modelo B.

A tipologia A corresponde a 176 apartamentos nos andares de cima e o B na parte térrea (rés-do-chão), que contará com 36 apartamentos e 12 lojas.

Acargo da empresa JONCE (Sociedade de Construção e Engenharia), dois anos depois da paralisação dos

trabalhos por constrangimentos financeiros, agravados pelo surgimento da pandemia da Covid-19, o fiscal da Obra, Tiago Nhangá, da empresa TECPROENG, assegurou que foram já ultrapassadas todas as questões de cariz financeiro e até ao momento a empreitada decorre sem sobressaltos.

Sem avançar o nível de execução física e financeira das obras, nem o tempo de execução do projecto, Tiago Nhangá precisou que neste momento está a ser reajustado o cronograma de trabalhos, devido ao tempo em que tudo ficou parado. Tão logo seja concluído tanto a cabimentação financeira, como o tempo de actividade serão divulgados publicamente a evolução e os custos da empreitada.

Por sua vez, o director da Obra, Rui Campos, disse que actualmente a sucursal conta com 120 trabalhadores, na sua maioria contratados localmente, mas o número pode aumentar gradualmente com a evolução dos trabalhos. Neste momento, disse, estão em curso trabalhos de betão armado, alvenaria e passagem da tubagem para água, esgotos e casas de banho nos diferentes edifícios.

Segundo a maquete do projecto, todos os apartamentos serão de tipologia T-3, com sala de estar e de jantar, cozinha, três quartos, um dos quais suite, instalação sanitária comum, área de circulação, arrumos, lavandaria (exterior) e varanda.

Consta ainda do plano, a construção de uma rede viária, uma estação de tratamento de água e outra de tratamento de águas residuais e um posto de saúde. A construção de escolas, creches, parque de estacionamento e esquadra policial serão contemplados na segunda fase.

Municípios do Cazengo Satisfeitos

Cidadãos interpelados pela reportagem do Jornal Angoleme, que vivem em bairros desordenados e em zonas de difícil acesso de Ndalatando, dizem estar satisfeitos com o arranque das obras de construção da centralidade.

Mateus Domingos Zua, 31 anos, morador do bairro Sassa, arredores de Ndalatando, falou das vantagens de viver na centralidade em relação ao seu bairro distante de serviços, sobretudo, públicos, e com dificuldades de acesso.

Outra vantagem apontada por Mateus Domingos Zua é o fornecimento e abastecimento de energia eléctrica e água sem interrupções. " Por isso, penso em adquirir um apartamento na centralidade de Ndalatando e só espero que as obras não voltem a paralisar", ressaltou.

Para Marta Antonieta, conseguir uma casa na centralidade de Ndalatando faz parte dos seus sonhos. Segundo disse, a escola e o hospital também poderão ficar mais próximos.

"A vida na centralidade será muito diferente da vida que temos no bairro, será uma grande mudança na minha vida", disse Marta Antonieta, que sonha ter casa própria na nova urbanização.

O município José Pedro também fala da importância do projecto habitacional para a província e para a população, que tem assim a possibilidade de concretizar o sonho da casa própria.

Madalena Simão, moradora em casa arrendada no bairro Sambizanga, em Ndalatando, disse que está muito satisfeita por saber que a edificação das casas da centralidade reiniciou. Acrescentou que, com isso, renasceram as esperanças de também ela conseguir uma casa digna na nova centralidade.

## 6.8 O Aviso do BNA por si só vai resolver o problema da habitação

*Jornal O País*

*24 De Junho de 2022*

Que opinião tem a ABANC sobre o regime especial e crédito à habitação e construção, previstos no vison.º09/2022, de 6 de Abril, emitido pelo banco central? No geral, a ABANC tem uma opinião positiva deste aviso, percebe o racional e o objectivo deste instrumento. Pensamos que é uma das vias para atenuar a problemática do acesso ao crédito à habitação por parte dos cidadãos. Este aviso só por se não vai resolver o problema da habitação, mas criar condições para que sejam atenuados alguns problemas do acesso à habitação, pois procura intervir pelo lado da oferta e da procura.

E já agora, a vossa agremiação está engajada no cumprimento desta directriz do banco central?

A ABANC representa o interesse dos seus associados e, neste contexto, reafirmamos o interesse e compromisso dos bancos no cumprimento deste aviso 09/22, assim como de toda a legislação e normativos emanados pelo BNA e pelas nossas autoridades.

Cito-lhe, a seguir, uma série de comentários expressos na esfera pública, por via de variadas plataformas de comunicação. Comentários feitos por supostos interessados que manifestam desilusão. Eis alguns deles: 'Só pode pedir o empréstimo quem tiver uma remuneração mensal de 2.324.000,00 de kwanzas, no caso, o casal'.

Alguém me pode explicar qual o trabalhador ou casal que se pode candidatar a este empréstimo? Quem aufere este salário?"

Cito apenas dois como amostra. O que é que isso pode ter de "verdade" e qual é a opinião da vossa agremiação?

Não tem nada de verdade. Os empréstimos são dados dependente dos montantes solicitado, assim como das condições financeiras e do cumprimento das exigências que as instituições bancárias fazem relativamente à taxa de esforço' condições para o cumprimento das garantias, etc. Quanta maior a valor do empréstimo, maior será a valar das prestações e, conseqüentemente, maior a valor dos rendimentos (salários] das requerentes. O exemplo em concreto, não sei a que se refere, qual foi a valor solicitada, qual foi a prazo do empréstimo, etc. A única forma de a cliente saber exactamente a que vai desembolsar num pedido de empréstimo é ir ao seu banco e pedir uma simulação de um empréstimo, com base na valor pretendida, nas seus rendimentos e na prazo da empréstimo. Apenas desta forma saberá que valor poderá solicitar e que valor vai pagar de prestação mensal.

Que conselhos deixa aos interessados, tendo em conta a vulnerabilidade do nosso mercado onde a burla se instalou, infelizmente, e espera-se que até os burladores aproveitem a ocasião para fazer das suas?

As recomendações são as gerais para este tipo de situações. Os clientes não devem recorrer a intermediárias, facilitadores, ou 'outras pessoas ou empresas que não sejam as bancas, para solicitarem e 'obterem os seus empréstimos. Apenas as bancas estão habilitadas para concederem empréstimos, e lhe informarem com verdade as condições para a obtenção de empréstimos.

## 7. TERRA

### 7.1 Segurança fundiária analisada na cidade do Huambo

*Jornal Economia e Finanças*

*3 De Junho de 2022*

*Texto: Justino Victorino*

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) promoveu na cidade do Huambo, uma conferência sobre Segurança Fundiária, com vista a proporcionar aos participantes trocas de experiências no acesso, gestão, posse e resolução dos conflitos de terra.

O evento que reuniu 60 participantes entre autoridades tradicionais, representantes das associações e cooperativas de camponeses dos municípios da Caála, Bailundo, Longonjo e de Caluquembe, Província da Huíla, técnicos do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) das administrações municipais, debruçaram-se vários aspectos relacionados sobre o processo de delimitação e titularização de terras das comunidades bem como o processo de revisão da lei de terras.

O direito à terra para as comunidades rurais, direito fundiários, terrenos concedidos e não concebíveis direito de ocupação precária, classificação dos terrenos urbanos e rurais entre outros temas, também merecerão atenção durante o encontro, que teve lugar numa das salas de conferência do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC) do Huambo.

A directora da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) Antena Huambo, Cidália Gomes, disse no acto de abertura que a problemática da terra para as comunidades rurais é uma questão de cidadania, visto que tem a ver com o acesso a um recurso tão necessário para a sua existência material e autonomia.

Por isso, acrescentou, a terra esteve sempre no centro de muitas lutas camponesas em diversas partes do mundo.

Cidália Gomes lembrou que a questão do conflito de terras tem preocupado as autoridades tradicionais uma vez que as comunidades rurais têm a agricultura familiar como fonte de subsistência.

Por outro lado, explicou que em Angola registam-se avanços significativos em matéria de produção legislativa, no caso particular da legislação fundiária, a

Lei vigente desde 2004, consagrada de forma expressa no artigo 37 da Constituição da República de Angola, sobre os direitos fundiários das comunidades rurais, que estabelece a terra como propriedade originária do Estado.

Preocupação

A directora do (ADRA) sublinhou que do ponto de vista da sua aplicação, as comunidades rurais continuam a se confrontar com dificuldades para a obtenção dos títulos de reconhecimento das suas terras, devido a excessiva burocracia por parte das instituições envolvidas no processo de titularização de terrenos comunitários, no qual tem-se constatado situações de venda para constituição de fazendas, sobretudo nos terrenos rurais, práticas perpetradas por autoridades tradicionais e em alguns casos por agentes públicos.

O prelector da conferência sobre segurança fundiária e especialista em urbanismo e administração do território, José Neto explicou que os temas abordados e discutidos vão de certa forma contribuir para o aumento de conhecimento sobre a situação fundiária no processo de revisão a respeito da Lei e conflitos de terra.

Em declaração ao JEF, o rei do Huambo Filipe Moço realçou que os conflitos de terra existentes entre o Estado e as comunidades rurais são os mais preocupantes, tendo destacado que a "terra é para aquele que trabalha acrescentou".

### 7.2 Acesso aos direitos mineiros: o que poucos sabem e muitos desconhecem

*Jornal de Angola*

*8 De Junho de 2022*

*Texto: Sebastião Panço*

No decorrer dos anos 90 e inícios dos anos 2000, uma perspectiva, optimista, de enriquecimento dos angolanos explorando recursos minerais foi lançada, mas muitos de nós ignorávamos os intrincados meandros procedimentais.

A ideia era simples: para fortalecer o poder dos angolanos, era preciso dar-lhes acesso a títulos mineiros, para empreenderem neste importante sector.

Entretanto, para compreendermos alguns pilares para o acesso aos direitos mineiros olhemos, de forma sintética, para: Pedidos de Concessão de Direitos Mineiros, Condições de acesso aos direitos mineiros,



regras sobre a atribuição de direitos mineiros, concurso público, regulamento do concurso público, pedidos de informação sobre as áreas para a concessão, pedido de concessão de direitos mineiros, registo dos pedidos, publicação de editais sobre pedidos, reclamações e impugnações de pedidos e certificado de pedido de concessão mineira.

Pedidos de Concessão de Direitos Mineiros - antes da obtenção dos direitos mineiros, compreendamos as formas de produção mineira: a produção de minerais realiza-se nos procedimentos de produção industrial, produção semi-industrial e produção artesanal; considera-se a mineração artesanal, aquela em que não é empregue mão-de-obra assalariada e em que são usados exclusivamente métodos e meios artesanais, sem a intervenção de meios mecânicos auto-propulsores, nem tecnologia mineira industrial; o regime de produção industrial e semi-industrial constitui o regime regra, o qual se aplica a generalidade da produção mineira. Entretanto, compete ao Titular do Poder Executivo aprovar as regras especiais que a produção semi-industrial for aplicável especificamente. Angola aprovou, para o efeito, uma nova lei, no ano de 2020, para regulá-lo.

Condições de acesso aos direitos mineiros - o acesso aos direitos mineiros é permitido às pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que, pretendendo exercer actividades mineiras no território nacional ou em quaisquer áreas que se encontrem sob jurisdição da República de Angola, requeiram das autoridades a respectiva concessão de direitos. Contudo, não é permitido o acesso a direitos mineiros nos casos em que se verifique uma das seguintes condições ou circunstâncias: pessoas com menos de dezoito anos; pessoas condenadas pela prática de crimes contra a propriedade e contra a economia, como tal tipificados na lei, puníveis com pena de prisão maior; pessoas consideradas por entidade competente, com decisão definitiva, como responsáveis por graves danos ambientais definidos como tal nos termos da lei; devedores em mora por obrigações tributárias ou contribuições para a segurança social; pessoas colectivas em processo de liquidação, fusão ou cisão; pessoas com processo de declaração de falência ou insolvência; pessoas colectivas cujos representantes ou mandatários estejam abrangidos pelos impedimentos da prática de crimes e por danos ambientais.

Regras sobre a atribuição de direitos mineiros - a atribuição de direitos mineiros é feita mediante um dos seguintes meios: concurso público realizado por iniciativa do órgão de tutela; ou pedido do interessado dirigido ao órgão de tutela, nos termos do Código Mineiro e legislação complementar em vigor.

A atribuição de direitos mineiros à escala industrial ou semi-industrial é sempre precedida de informação geológica favorável do órgão competente e de negociação no âmbito de um processo de investimento e de atribuição de títulos mineiros, nos termos estabelecidos no Código Mineiro angolano. Sempre que não haja lugar a concurso público, os direitos mineiros de reconhecimento, prospecção, pesquisa, avaliação e exploração são atribuídos ao primeiro solicitante, desde que possua as capacidades técnicas e financeiras necessárias para desenvolver a actividade mineira requerida.

Concurso Público - o Mirempet realiza, através da Agência Nacional de Recursos Minerais, obrigatoriamente concurso público para a atribuição de direitos mineiros nos seguintes casos: quando, em razão de estudos realizados ou aprovados pelo órgão responsável pela geologia (IGEO), a área seja considerada de elevado potencial geológico; quando se trate de um mineral considerado estratégico nos termos do Código Mineiro em vigor no País. O Mirempet, através da ANRM, deve publicar, pelo menos uma vez por ano, no decurso dos primeiros três meses de cada ano, a relação das áreas e recursos minerais cuja concessão pode ser atribuída por concurso público.

Regulamento do Concurso Público - as regras e procedimentos do concurso público são, com as devidas adaptações, as aplicáveis aos concursos para empreitadas de obras públicas, devendo ser elaborada pelo Mirempet (ANRM) e aprovada pelo Titular do Poder Executivo regulamentação específica para o concurso público à concessão de direitos mineiros. Os termos de referência do concurso público são sempre divulgados em aviso mandado publicar pelo Mirempet (ANRM) no Diário da República ou num dos jornais diários de maior circulação nacional (sendo o mais usual, o Jornal de Angola).

Pedidos de informação sobre áreas para concessão - os pedidos de informação sobre áreas para a concessão de direitos mineiros são feitos junto dos serviços de informação geológica, devendo ser formulados em requerimento dirigido ao ministro da tutela, contendo os seguintes dados: identificação do requerente e a indicação do representante legal, caso se trate de pessoa colectiva; indicação do mineral para cujos direitos mineiros de prospecção e/ou exploração solicita informação; indicação, sob juramento de honra, de que não está abrangido por nenhum dos impedimentos para ser titular dos direitos mineiros cuja informação se solicita; mapa geodésico com a indicação exacta da área requerida.

Pedido de concessão de direitos mineiros - o pedido para a concessão de direitos mineiros dá entrada no

gabinete do ministro que tutela os recursos minerais e deve ser formulado através de requerimento dirigido ao ministro (verificar procedimento actual com a ANRM).

Registo dos pedidos - da recepção do requerimento entregue é emitido um recibo passado em formulário contendo os dados do requerente e da área requerida, bem como o número do requerimento, a hora e o dia da entrada, devendo ser assinado pelo funcionário competente e carimbado. O original desse formulário é entregue ao requerente e a cópia é anexada ao respectivo processo.

Publicação de editais sobre pedidos - após o pagamento das taxas e emolumentos exigíveis, o Cadastro deve mandar publicar por editais, em duas publicações separadas com intervalos de dois dias entre cada publicação, em pelo menos dois dos jornais de maior circulação, e na página da Web do órgão de tutela ou do Cadastro, a informação sobre o pedido de concessão com os dados resumidos referidos, devendo ser arquivados no processo as cópias das respectivas publicações com as datas de publicação visíveis.

Reclamações e impugnações de pedidos - as reclamações e requerimentos de impugnação são dirigidos ao ministro da tutela e dão entrada no órgão competente do cadastro mineiro (ANRM). Entretanto, só podem reclamar ou impugnar os pedidos de direitos mineiros as pessoas com legitimidade e capacidade legal para a reclamação ou impugnação e com interesse directo no caso.

Certificado de pedido de concessão mineira - depois de apreciados e confirmada a viabilidade processual dos pedidos, os serviços geológico-mineiro emitem o Certificado de Registo de Pedido de Concessão Mineira (RPCM). O original do RPCM é entregue ao requerente e uma cópia do mesmo é encaminhado para o órgão com competência para negociar os contratos, ou para autorizar a atribuição dos respectivos títulos, consoante os casos.

Se no decorrer dos anos 90 e inícios dos anos 2000 teremos ganho a perspectiva, optimista, de enriquecimento explorando recursos minerais, hoje, através tanto do IGEO quanto da entidade reguladora ANRM, a certeza é que os meandros procedimentais sejam melhor percebidos e menos sofrível o exercício do acesso aos direitos mineiros.

Que os poucos que sabem espalhem a mensagem para que os muitos que desconhecem se tornem dominadores do agir certo para se empreender no Sector de Recursos Minerais.

### 7.3 Cuanza-Sul explora 18 por cento das reservas fundiárias

*Jornal de Angola*  
*9 De Junho de 2022*

A província do Cuanza-Sul conta com nove reservas fundiárias, criadas pelo Estado, em 2008, no quadro do fomento habitacional, mas apenas 18 por cento das parcelas de terras foram aproveitadas de forma útil e efectiva.

O facto foi revelado esta semana, em Luanda, pelo director da Organização Não-Governamental (ONG) angolana "Rede Terra", Bernardo Castro, durante o acto de apresentação pública do Relatório/Estudo sobre "O impacto das reservas fundiárias em comunidades locais".

Na ocasião, o responsável referiu que, do total das reservas fundiárias criadas há 12 anos, três foram identificadas nos municípios do Sumbe (capital do Cuanza-Sul), duas no Amboim (Gabela), duas na Cela (Waco-Kungo), uma na Quibala e igual número em Porto Amboim.

Segundo o director da Rede Terra, a criação dessas reservas representa apenas 25 por cento de benefícios locais, estando, pelo contrário, na base da emergência de muitos conflitos de terras por sobreposição de direitos.

Adicionalmente, afirmou que os terrenos do Estado sem a devida utilização provocam consequências para as populações privadas das antigas parcelas de terras. Além do Cuanza-Sul, a capital do país (Luanda) também vive o mesmo cenário, tendo registado 9.266 famílias que foram abrangidas pelas reservas fundiárias sem a devida indemnização, segundo o coordenador da SOS-Habitat Acção Solidária, Rafael Morais.

Ao apresentar o quadro actual das comunidades afectadas pelas reservas fundiárias em Luanda, a fonte disse que o número de famílias retiradas dos terrenos foi identificado, essencialmente, no Distrito Urbano da Samba, Quilómetro 25 e 30 (Viana), Zango Zero, Cacuo e Icolo e Bengo.

Diante desse cenário, a Rede Terra, SOS-Habitat e outras associações angolanas recomendam a necessidade de se respeitar a dignidade da pessoa humana na instalação de reservas de terra, assim como a criação de uma base de dados e informação sobre as reservas fundiárias do Estado existentes no país.

Advogam ainda que os serviços da administração pública respeitem o direito à informação, partilhando, sobretudo, em casos de estudos que visam melhorar algumas políticas públicas e informações. Entre várias recomendações, os membros da sociedade civil defendem também que as decisões sobre matérias transversais como a terra sejam mais coordenadas e descentralizadas desde à sua formação.

Além das organizações não-governamentais, o acto de apresentação pública do Relatório/Estudo sobre o impacto das reservas fundiárias em comunidades locais contou com a participação de autoridades tradicionais, académicos e especialistas de diversas áreas do saber.

Nos termos do artigo 27º, da Lei nº 9/04, de 9 de Novembro, Lei de Terras, são terrenos reservados ou reservas as terras excluídas do regime geral de ocupação, uso ou fruição por pessoas singulares ou colectivas, em função da sua afectação, total ou parcial, à realização de fins especiais que determinaram a sua constituição.

De acordo com artigo 31º do Decreto nº 58/07, de 13 de Julho, Regulamento Geral de Concessão de Terrenos (RGCT), "devem ser extintas as reservas fundiárias quando já não se justifica a manutenção das mesmas ou quando haja decorrido o prazo fixado nos diplomas criados para o efeito".

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Água na cidade do Dondo

*Jornal de Angola*  
3 De Junho de 2022

O administrador municipal de Cambambe afirmou que, com a inauguração do centro de abastecimento, tratamento e distribuição de água potável para os 57 mil habitantes, da cidade do Dondo e arredores, o sistema teve uma requalificação de 30 quilómetros da rede interna de distribuição.

No sistema estão já contabilizadas 10400 ligações domiciliárias a nível do casco urbano, enquanto outros ainda recebem a água a partir de 24 chafarizes, boa parte deles instalados na zona periférica da cidade.

Adão Malungo considerou que as ligações e a melhoria da distribuição de água também passam pela criação de uma estação de captação e tratamento no bairro dos Cahoio.

O projecto, de âmbito central, tinha sido iniciado em 2013, tendo paralisado em 2015, devido a problemas financeiros. Três anos depois foi retomado, com o principal objectivo de substituir a rede interna de distribuição de água, criada há mais de 60 anos, facto que provocou sucessivas rupturas a nível do sistema.

O novo sistema de captação e tratamento foi construído sobre uma plataforma flutuante, onde está instalada uma electrobomba submersível, com capacidade para bombear 45 metros cúbicos de água por hora.

O empreendimento possui, também, dois reservatórios que perfazem um total de mil metros cúbicos de água, 35 quilómetros de rede de distribuição, composta por uma conduta primária de 160 milímetros que alimenta diversos ramais de 60 e 140 milímetros, em substituição da antiga conduta de fibrocimento.

Até à sua fase final, o projecto prevê a criação de mais mil ligações e 50 fontenários públicos e o alargamento desses serviços aos bairros Terra Nova e 10 de Agosto. O programa prevê uma terceira fase, onde se vai construir uma estação de captação e tratamento, na zona do Alto Dondo, que começa depois da conclusão das obras do último tanque de armazenamento, no Dondo.

### 8.2 Nova entidade vai regular abastecimento de água

*Jornal de Angola*  
7 De Junho de 2022  
Texto: André Sibi

O Executivo angolano pretende criar uma entidade independente para regular o abastecimento de água potável, energia eléctrica e saneamento básico, informou, esta segunda-feira, em Luanda, o porta-voz da Assembleia Nacional, Raul Lima.

Falando à imprensa sobre a apresentação da agenda da próxima plenária da Assembleia Nacional, prevista para 23 de Junho do corrente, disse que os deputados vão apreciar na generalidade a Proposta de Lei sobre a Entidade Independente para Regular os Serviços de Abastecimento de Electricidade, Água Potável e Saneamento Básico, a votação final e global da Proposta de Lei que Aprova o Regime Jurídico da Responsabilidade Extracontratual dos Poderes Públicos e dos Titulares dos seus órgãos, assim como os funcionários e agentes públicos, além da Proposta de Lei que Altera o Código de Imposto Industrial.

Além destes diplomas, os deputados vão analisar os Projectos de Lei sobre Autorização Legislativa que autoriza o Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, a legislar sobre o Regime Jurídico do Recenseamento Geral da População e Habitação, Alteração do Regime Fiscal do Projecto Angola LNG e sobre a Definição do Regime Aplicável nos Fundos Públicos criados por Lei.

Constam ainda da agenda da Assembleia Nacional para o mesmo dia um olhar sobre a Lei que Altera o Serviço de Televisão, a substituição de membros na Comissão Nacional Eleitoral ao nível das províncias e municípios, assim como a Agência Nacional de Produção de Gás.

O deputado Virgílio Fontes Pereira, do Grupo Parlamentar do MPLA, considerou a agenda bastante extensa e pacífica, tendo como aspectos relevantes os diplomas sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação, de modo especial o seu regime jurídico, assim como a criação do ente independente para gerir a questão do saneamento básico, água e energia eléctrica, o que vai contribuir para a redução de doenças como malária e paludismo no país.

Benedito Daniel, do PRS, disse que a agenda foi pacífica e considerou essencial a alteração da Lei do Serviço de Televisão e espera que as "mexidas" a serem feitas venham a trazer uma mais-valia no tratamento de outros entes como os partidos políticos da oposição.

Sebastião André, da CASA-CE, afirmou que a próxima plenária vai permitir discutir e aprovar um conjunto de diplomas que contribuirão para um melhor exercício da vida política do país e acredita que as declarações políticas a serem proferidas pelos presidentes dos grupos parlamentares poderão trazer inquietações sobre a realidade do país para a consolidação da democracia.

Já a deputada Mihaela Webba, da UNITA, recordou a existência de um diploma que resulta de uma iniciativa do seu partido e que gostaria de ver agendada até ao final desta legislatura: "Trata-se do Projecto de Lei sobre o Direito de Reunião e Manifestação, pois a actual Lei não está em conformidade com a Constituição da República de Angola".

O segundo aspecto levantado por Webba está relacionado com a movimentação dos deputados, pois o Grupo Parlamentar da UNITA pretende substituir o finado Amílcar Colela pelo actual secretário-geral, Álvaro Daniel.

### 8.3 Mais de 18.300 habitantes da Jamba têm água potável

*Jornal de Angola*

*18 De Junho de 2022*

*Texto: Domingos Mucuta*

Mais de 18.300 habitantes da sede municipal da Jamba, província da Huíla, beneficiaram de água potável, depois da reabilitação e ampliação do sistema de produção e distribuição, revelou, ontem, o administrador executivo para Área Técnica da Empresa Provincial de Água e Saneamento.

Edson Baptista avançou, durante uma visita de constatação dos equipamentos do sector no município, que, com a intervenção no sistema, a captação aumentou a capacidade de 20 para 200 metros cúbicos de água por hora.

O administrador realçou que a intervenção, realizada, em 2017, incluiu a modernização da Estação no rio Colui, construção de reservatórios, instalação de rede de distribuição e ligações domiciliárias, num investimento estimado em 20 milhões de dólares.

O município tem, agora, uma estação de tratamento, com dois tanques de água bruta de 100 metros cúbicos cada e de um reservatório de água tratada, de 850 metros cúbicos, além de outros de distribuição capazes de reservarem 2.700 metros cúbicos.

"No passado, tínhamos apenas 20 quilómetros de rede no casco urbano, mas, actualmente, temos 86 quilómetros", realçou Edson Baptista, para acrescentar que foram feitas 3.457 ligações domiciliárias nos 12 bairros periféricos da sede municipal contra as 250 anteriores.

O administrador executivo assegurou que a qualidade de água consumida no município da Jamba Mineira está dentro dos padrões internacionais definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Edson Baptista sublinhou que o município dispõe de condições para garantir o consumo per capita, definido para a região Austral, calculada em 160 litros por pessoa.

Sistema de pagamento

O município da Jamba consta, desde a semana passada, com o sistema de cobrança e pagamento da Empresa Provincial de Água e Saneamento.

Dos 3.457 consumidores registados, pelo menos 1.685 já firmaram contrato com a empresa, numa altura em que decorre o apuramento da dívida dos clientes.

"Cada metro cúbico custa 308 kwanzas, valor influenciado pelos elevados custos de produção feitos com recurso à fonte de energia alternativa", explicou. A sede municipal da Jamba, situada a cerca de 315 quilómetros a Este da cidade do Lubango, conta com uma população estimada em 22 mil habitantes.

### 8.4 Água é restabelecida no fim-de-semana

*Jornal de Angola*

*24 De Junho de 2022*

*Texto: Augusto Panzo*

O abastecimento de água a vários bairros do município de Cacuaco, que se encontram privados do produto, há semanas, pode ser restabelecido ainda neste final de semana, garantiu, ontem, o porta-voz da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL).

Vladimir Bernardo explicou que esforços estão a ser envidados para superar duas roturas registadas na conduta, sendo uma na zona da Nova Urbanização e outra junto à Ecocampo, que deixaram vários bairros de Cacuaco sem água potável.

Sobre o andamento dos trabalhos da terceira fase no Candelabro, o porta-voz anunciou que os trabalhos já terminaram, decorrendo, neste momento, ensaios dos equipamentos.

Vladimir Bernardo salientou que, tão logo seja terminada essa etapa, vão ser colocadas as condutas sob pressão e melhorar a situação do Sequele, a parte de Cacucaco que deverá consumir a maior parte da água desse projecto, e do bairro Mayé e a comuna da Funda.

Enquanto isso, a maioria dos bairros do município de Cacucaco vive uma crise de fornecimento de água, desde há vários meses, situação que está a complicar a população local.

No bairro da Boa Esperança Central, no distrito do Kicolo, por exemplo, além de estar muito abaixo da sua real pressão, a água jorra a conta-gotas à madrugada, obrigando a que quem quiser fazer uma reserva tenha de acordar àquela hora para o efeito.

Antonica Domingos dos Santos, moradora do referido bairro de Cacucaco, mostrou-se constrangida com a situação das restrições, avançando que há uma dependência quase total de cisternas privadas que abastecem tanques da vizinhança.

## 8.5 Cacula testa novo sistema de abastecimento de água

*Jornal De Angola*

*24 De Junho de 2022*

*Texto: Domingos Mucuta*

O novo sistema de abastecimento de água potável, em construção desde 2021, na sede municipal da Cacula, entra em testes preliminares, nos próximos dias, para aferir a eficácia de captação, tratamento e distribuição, anunciou, ontem, a presidente do Conselho de Administração (PCA) da Empresa Provincial de Águas e Saneamento (EPAS) da Huíla.

Domingas Tyicusse sublinhou, no final da visita de constatação às obras de reabilitação e ampliação do sistema, que os testes acontecem depois de trabalhos profundos na renovação das estações de captação e tratamento e na rede de distribuição.

A PCA disse que as obras, que abrangem a abertura de fontanários com capacidade de 50 metros cúbicos de água por hora, estão orçadas em oito mil milhões de kwanzas, financiadas pelo Executivo, visam resolver o problema da carência de água potável no seio dos moradores do casco urbano da sede da Cacula, que ascendeu à categoria de município, em 2011.

Domingas Tyicusse informou que a empreitada abrange, também, a construção de uma estação de tratamento, com capacidade de 100 metros cúbicos.

Precisou que as estações do sistema antigo são limitadas à capacidade de captação e tratamento de 15 e 35 metros cúbicos por hora, respectivamente, ao passo que a rede de distribuição passa de 162 para 1.309 ligações domiciliárias.

A PCA da EPAS da Huíla considerou que a conclusão do projecto vai ampliar a cobertura para cerca de 75 por cento do casco urbano da vila sede, assim como realçou que o investimento inclui a reabilitação de mais dois fontanários e a construção de três outros em alguns bairros periféricos.

Neste momento, reconheceu que o município é abastecido com muitas limitações. "Esta obra está na ordem de execução de 80% e, nos próximos dias, começam os testes tanto das estações de captação e tratamento como na rede de distribuição".

Domingas Tyicusse referiu que o município da Cacula está, ainda, fora do sistema de cobrança da empresa, numa altura em que a política do Ministério da Energia e Águas é de alargar a actuação da empresa à medida da disponibilidade e melhoria dos serviços de abastecimento de água potável na província.

"Com a reabilitação e ampliação destes activos, a empresa começa a expandir os serviços comerciais e de gestão para os municípios do interior abrangidos, começando com Jamba, Matala e Cacula, para estimular o pagamento do consumo", afirmou.

A PCA da EPAS defendeu a construção, reabilitação e ampliação de mais sistemas de abastecimento em outros municípios da província da Huíla, cuja população enfrenta, também, dificuldade para o acesso à água potável

## 8.6 Executivo cria plano para regular utilização dos recursos hídricos ao longo do Cuanza

*Jornal O País*

*3 De Junho de 2022*

A elaboração do Plano Geral de Desenvolvimento e Utilização dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Cuanza (PGDURHBH Cuanza) foi promovida pelo Instituto Nacional de Recursos Hídricos, na sequência do concurso internacional lançado no âmbito do Programa para o Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas, financiado pelo Banco Mundial.

Este diploma legal deverá permitir' segundo os seus promotores, traçar as directivas para a gestão

participativa, sustentável e equitativa dos recursos hídricos da Bacia do Cuanza, promovendo o combate à pobreza e o aumento dos benefícios sociais e económicos das populações da região, em particular, e do país, em geral. A sua materialização poderá ocorrer até 2040, tendo um marco temporal intermédio em 2025 e um período abrangendo os 10 anos seguintes. "O período de 2040-2050 é abordado, numa perspectiva informativa e complementar, no sentido de acautelar uma visão além do horizonte estudado", lê-se no documento, a que O PAÍS teve acesso. Esclarece ainda que a gestão equilibrada dos recursos hídricos deve, pois, atender aos objectivos de valorização e de protecção e à harmonização destes com o desenvolvimento dos vários sectores de actividades socioeconómica só Enfatiza que para assegurar a economia e a racionalização dos usos de água há que avaliar a eficácia dos instrumentos financeiros' política e socialmente aceitáveis, através de um modelo de determinação do valor da água, como base para poder repercutir nos utilizadores dos custos dos serviços de água.

Com a implementação deste Plano, o Governo prevê melhorar a gestão dos recursos hídricos, a sua utilização integrada com vista ao desenvolvimento sustentável, de modo a assegurar à actual e futuras gerações a necessária disponibilidade de água em quantidade e padrões de qualidade adequados aos múltiplos usos, além da preservação e defesa contra ventos hidrológicos críticos.

Diz ainda que além da compatibilização do uso constituem directrizes gerais para o planeamento e gestão de recursos desta especificidade. O mesmo também tem em conta as diversidades físicas, bióticas, demográficas, económicas, sociais e culturais das diversas regiões do país.

A preocupação com o ambiente é outra das preocupações do Governo, daí que incluiu no referido Plano a necessidade de se promover a integração com a gestão ambiental. "A sua articulação com o planeamento dos sectores utilizadores e com os planeamentos regional, provincial e nacional, à luz dos compromissos internacionais assumidos por Angola", diz.

No entanto, tendo em vista a grande extensão territorial da bacia desde rio que nasce no Bié (centro do país) e desagua no Oceano Atlântico, em Luanda, bem como a diversidade das características sócio-ambientais, o Plano está focado em áreas temáticas classificadas de relevantes. Esclarece que estas áreas são relevantes para a gestão integrada dos recursos hídricos e/ou as que se afiguram como estratégicas para a tomada de decisões.

## 8.7 Taxa de electrificação ascende a 50 por cento em três anos

*Jornal de Angola*

*28 De Junho de 2022*

*Texto: Victor Mayala*

O Ministério de Energia e Águas projecta elevar a taxa de acesso à electricidade do país para 50 por cento, até 2025, mais 7,2 pontos percentuais que os actuais 42, 8 por cento, num universo de 33 milhões de habitantes, declarou, esta segunda-feira, no Soyo, o titular da pasta.

João Baptista Borges falava no 11º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, que encerra, hoje, naquele município da província do Zaire, indicando que para a elevação da taxa de acesso á electricidade, é necessário que se interliguem as regiões Sul e Leste na rede nacional, integrando sete províncias, além da continuação da expansão pelo interior do território.

"No dia 13 de Maio de 2022, na província do Huambo, foi inaugurada a subestação eléctrica de 400/220/60 kV, do Belém, que vai permitir interligar o Centro e o Sul do país e, de igual modo, electrificar os municípios do Huambo e do Bié, poupando mais de 100 milhões de litros de combustíveis que, antes, eram utilizados para manter as centrais térmicas a funcionar", lembrou o ministro.

João Baptista Borges acrescentou que foram concluídas, recentemente, obras de electrificação em diversas localidades do país, como são os casos de Calulu e Quibala, no Cuanza-Sul, onde se efectuaram 9.600 e 2.300 ligações, respectivamente.

Trabalhos idênticos foram realizados no Buco Zau, em Cabinda, com 2.142 clientes ligados à rede, Caála, no Huambo, com quatro mil novos clientes, Chitembo, no Bié, seis mil ligações, bem como a electrificação do município de Cangandala e bairros periféricos da cidade de Malanje, num universo de 30 mil beneficiários.

O ministro de Energia e Águas frisou que, nos últimos cinco anos, foram feitos progressos notáveis no domínio da geração de energia eléctrica, o que permitiu incrementar a capacidade de produção cerca de duas vezes e meia, para seis mil megawatts.

"Isto foi possível com a construção da Central Hidroeléctrica de Cambambe e a Central do Ciclo Combinado do Soyo. Com estes empreendimentos, a matriz energética passou a ser de 60 por cento hídrica e 40 térmica, ou seja, a maior parte de energia que o país produz é de fontes limpas, e até 2025, com a

conclusão de Caculo Cabaça e dos parques solares previstos, essa capacidade será de oito mil megawatts, elevando a contribuição de fontes na matriz energética limpa para 72 por cento”, disse.

O responsável frisou que o objectivo do sector é o de diversificar a matriz energética do país, com a introdução de mais fontes de energias limpas e endógenas, com destaque para a solar e a hídrica e a redução do uso dos combustíveis fósseis.

"Devemos, também, prestar atenção às novas tecnologias para garantir a eficiência energética, incluindo as redes inteligentes ou smart grids”, referiu, sublinhando que o país tem dado, nos últimos tempos, passos significativos na utilização e aposta num recurso que há em abundância, que é o Sol, dispendo de uma radiação global em plano horizontal média compreendida entre 1.370 e 2.100 quilovolts por ano.

#### Dimensões continentais

O ministro lembrou que, no domínio das energias renováveis, estão em curso projectos em seis regiões do país, designadamente, no município da Baía Farta, com 96,7 MW, e na comuna do Biopio, 188.8 MW, sendo este último o maior projecto solar da África Subsariana.

Outros projectos decorrem, também, no Bailundo (Huambo), com 17,9 MW, Cuito (Bié), 15,6, Luena (Moxico), 29,9, Lucapa (Lunda-Norte), 8,19, e Saurimo (Lunda-Sul) 26,9. João Baptista Borges disse tratar-se de projectos de uma dimensão que coloca Angola na vanguarda continental em energias renováveis.

"A nossa estimativa é que essa energia eléctrica beneficie cerca de 1,2 milhões de famílias e cerca de 6,2 milhões de habitantes, para além de reduzir os gastos da população e dos órgãos da Administração Pública local na utilização de pequenos e grandes geradores.

Servirá, igualmente, para impulsionar actividades em diferentes domínios, desde a educação e saúde, ao exercício de actividades comerciais”, adiantou.

Com o objectivo de atrair o investimento privado no processo de electrificação do país, dada a vastidão do território e a considerável dispersão da população (com excepção da zona litoral), o governante disse estarem em construção linhas de transporte de energia para a interligação de todo o Sistema Eléctrico Nacional e, projectos de expansão aos países fronteiriços.

Destacou as linhas de muito alta tensão entre Huambo e Lubango, Gove e Matala, Gove e Menongue, Lubango e Namibe, bem como Malanje e Xamuteba.

O governador do Zaire, Pedro Makita Júlia, lembrou, na ocasião, que as populações que vivem nas comunas e aldeias, onde ainda não há os serviços de energia e água, esperam por soluções deste departamento ministerial.

"Todos os municípios têm subestações eléctricas, mas são muitos, ainda, os habitantes que não beneficiam destes investimentos, por falta de postes de transformação e outros componentes. O abastecimento de água potável é também ainda crítico. Com o Programa Integrado de Intervenção nos Municípios e outros programas não menos importantes do Executivo, temos, em alguns municípios, pequenos furos de água, para suprir algumas necessidades”,

O 11º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas decorre sob o lema "Água e Energia: crescimento Económico e Progresso Social”.

#### Obras em curso nas 18 províncias

Empreitadas de águas à altura dos desafios ministro de Energia e Águas, João Baptista Borges, admitiu, ontem, na abertura do 12º Conselho Consultivo do sector, que os desafios no domínio das Águas "são incomensuráveis e exigem esforços consideráveis”, com o que estão a ser construídos e reabilitados, sistemas de abastecimento de água potável nas 18 províncias do país.

"As empreitadas incluem a captação, adução, transporte, distribuição e tratamento”, disse, apontando o caso de Cabinda, onde "o sistema de abastecimento de água, em fase de conclusão, vai beneficiar cerca de 600 mil habitantes nesta região”, havendo operações de considerável magnitude em Ndalatando e de Malanje, onde decorrem obras de construção de novos sistemas para o reforço das capacidades actuais.

"No caso da capital do Cuanza-Norte, prevê-se abastecer, depois das obras, cerca de 150 mil pessoas, ao passo que, em Malanje, o número ronda os 200 mil habitantes, sem esquecer as outras obras em curso nas províncias do Cunene, Uíge, Huambo, Dundo, entre outras”, referiu o ministro.

No âmbito do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), prosseguiu, estão em conclusão os sistemas municipais de Cangandala, Quela, Tchicala Tcholoanga, Tchinnenje, Chitembo, E Cunha, Maquela do Zombo e Ondjiva.



Além disso, acções estruturantes de combate aos efeitos da seca no Sul do país estão em curso no Cunene, Namibe e Huíla, lembrou João Baptista Borges, afirmando que, na sequência das orientações do Presidente da República, João Lourenço, foi elaborado o programa PCESSA, com execução prevista de 74 meses e investimentos de 4,5 mil milhões de dólares.

Está identificado um conjunto de acções a serem executadas nas referidas províncias, nomeadamente a construção, no Cunene, de duas barragens de terra na localidade de Calucuve e outra na de Ndué, na bacia hidrográfica de Cuvelai.

Ainda no Cunene, deve iniciar, no presente ano, a construção do projecto da margem direita do rio do mesmo nome, que permitirá o fornecimento de água às localidades do Chitato, Cahama, Otchinjau e Oncocua, no município do Curoca.

Na província da Huíla estão identificados os projectos de construção da Barragem Embala do Rei e Barragem 4, no rio Caculovar, bem como a construção de 25 poços de águas subterrâneas no aquífero da Chela, incluindo as estações de bombagem e tratamento de água, com o Namibe a contar seis novas barragens de retenção de água, nas localidades de Bentiaba, Bero, Carujamba, Inamangado, Giraúl e Curoca.

## 8.8 Dívidas com EPAL passam os Alz 100 mil milhões

*Jornal de Angola*

*29 De Junho de 2022*

*Texto: Alberto Quiluta*

A dívida dos nove municípios da província de Luanda para com a Empresa Pública de Águas (EPAL), acumulada dos anos anteriores até Maio último, chegou aos 105 mil milhões de kwanzas, revelou, esta terça-feira, a directora de Engenharia da instituição.

Alel Azzidine Pinto Leite explicou que o município de Luanda é o que acumula a maior dívida doméstica, por ter um grande número de clientes e ligações domiciliárias. A engenheira lembrou que a EPAL continua a trabalhar para realizar uma série de projectos, principalmente, resultantes da implementação de novas redes de melhoria da produção, mas a parte financeira bastante desequilibrada atrapalha a execução dos mesmos.

Realçou, por exemplo, que a produção nominal ronda os 690 mil metros cúbicos de água por dia,

mas, por razões diversas, entre os quais os financeiros, essa realização está nos 500 mil metros cúbicos diários.

A responsável reconheceu o quadro deficitário relativamente à produção actual que nem chega aos 50 por cento das necessidades de Luanda, tendo em conta que essa precisaria de mais de 1.200.000 de metros cúbicos de água por dia.

Alel Azzidine Pinto Leite disse que a situação actual de abastecimento de água a Luanda conta com cerca de 32 centros de distribuição e 14 estações de tratamento de água nos nove municípios.

Esses centros de distribuição espalhados pelos nove municípios da capital do país, alguns funcionam com regularidade, e outros com défice, por conta da média de 12 horas de trabalho desses estabelecimentos, o que impacta no volume de água que chega às torneiras dos consumidores.

A directora de Engenharia explicou que a EPAL tem apenas cerca de 11 mil quilómetros da rede de distribuição. Isto significa que "nós não temos a província ligada à rede de distribuição, e face ao défice, existem projectos, alguns já em curso, e outros para os próximos anos, que vão cobrir toda a extensão de Luanda".

Alel Azzidine Pinto Leite fez saber que a Estação de Tratamento de Água (ETA) de Candelabro, localizada em Kifangondo, município de Cacucaco, está a ser erguida, desde Maio de 2017, encontra-se na III fase, vai aumentar a capacidade de produção de água de 120 mil metros cúbicos para 210 mil e reforçar a distribuição para mais de um milhão de famílias.

Referiu que a Zona do Morro Bento, caracterizada como uma área cinzenta, com uma rede construída no âmbito do projecto das 700 mil ligações, não consegue receber água, porque a linha do Sistema 3, a partir da ETA Luanda Sudeste, beneficia da construção de um "buster", um conjunto de hidropressor para reforçar a linha que sai do Benfica e levar o produto ao Morro Bento.

Neste momento, a média de distribuição dos centros são de oito e dez horas, com excepção da Cidade do Kilamba, que tem um sistema dedicado e consegue abastecer por cerca de 18 horas, e o centro de Luanda, com 12 horas por dia.

Questionada sobre o garimpo, a directora de Engenharia considerou que essa problemática não tem só a ver com a EPAL, mas com toda a sociedade, por ser uma questão de mentalidade das pessoas.

"Por mais esforço que fizermos a nível da construção de infra-estruturas para introduzirmos água nos determinados bairros, é preciso mudarmos a mentalidade das pessoas para acabarmos com o garimpo", realçou a directora de Engenharia.

A responsável fez referência aos projectos "Bita" e Kilonga", que são sistemas novos de abastecimento completo, sendo que o primeiro terá uma captação e estação de tratamento de água para 259.200 metros cúbicos por dia.

Esse sistema vai dispor de quatro centros de distribuição de cerca de 123 mil metros de rede e mais de 165 mil novas ligações. O "Bita" é um projecto que abrange as zonas Sul e Sudeste de Luanda, com destaque para o Ramiro, Zona Verde e Bairro Mundial, assim como representa um reforço nos distritos do Camama, Benfica, Cambolombo, Capalanga, Morar, Vila Flor, Sapu e a própria zona onde vai ser instalado.

Alel Azzidine Pinto Leite esclareceu que os dois projectos (Bita e Kilonga) encontram-se, actualmente, no papel, e as perspectivas é, neste ano, darem os seus primeiros passos para a materialização.

A engenheira reconheceu que é lamentável o facto das infra-estruturas de abastecimento de água ficarem a um passo atrás do crescimento populacional acelerado da cidade.

## 8.9 Saneamento Limpar Luanda custa aos cofres públicos 133 milhões uso/ano

*Novo Jornal*

*3 De Junho de 2022*

*Texto: Vitória Maviluka*

A aquisição de serviços de saneamento nos nove municípios da província de Luanda, durante o ano em curso, vai custar aos cofres públicos 56,2 mil milhões de kwanzas, correspondente a 133 milhões de dólares, à taxa de câmbio média do BNA, apurou o Novo Jornal.

Este valor diz respeito ao orçamento de todos os contratos rubricados pelas administrações municipais e as operadoras de limpeza no quadro do mais recente modelo de desconcentração da gestão de limpeza em Luanda.

De acordo com o novo programa de saneamento na capital do País, 'baptizado' no início de Abril último, a gestão da limpeza passou para as administrações

municipais, estando sob tutela dessas a contratação das operadoras e os devidos pagamentos.

"Estamos a trabalhar neste modelo há já quase dois meses. Os resultados têm sido positivos. O dinheiro é canalizado para as administrações directamente pelo Ministério das Finanças, e o GPL [Governo Provincial de Luanda] passou a desempenhar apenas o papel de fiscalizado r, monitor", explicou um quadro sénior da Comissão da cidade de Luanda.

Com sete distritos, Luanda é o município com maior volume de despesas para atender ao programa de saneamento básico este ano: 14,2 mil milhões de kwanzas; seguida de Viana, que vai consumir em limpeza pública 10,4 mil milhões kz.

Segundo um documento a que o NJ teve acesso, os municípios de Cacuaco, Kilamba Kiayi e Cazenga vão gastar cada um, para manter as suas ruas limpas em 2022, 6,6 mil milhões kz.

O município de Belas precisará de 5,5 mil milhões kz para atender às preocupações de saneamento básico, enquanto a limpeza nos municípios de Talatona e Quiçama vão consumir, respectivamente, 4,4 mil milhões e 200 milhões kz.

A ELISAL, operadora de limpeza detida pelo Estado, fica com grande parte dos contratos de recolha de resíduos, varredura, capinação, poda de árvores e outros serviços de saneamento em Luanda durante o presente ano.

## 8.10 Elisa e Igrejas unem forças para limpar praias de Cacuaco

*Jornal Luanda*

*27 De Junho de 2022*

*Texto: Manuel Ramos*

As praias da orla marítima do município de Cacuaco apresentam-se cada vez [mais limpas, nos últimos tempos, graças ao trabalho diário de recolha de resíduos sólidos, levado a cabo pela Elisal e algumas denominações religiosas que têm mobilizado os seus membros para contribuir na limpeza e manutenção da higiene e do saneamento do meio ambiente.

A mudança para melhor das praias, nos últimos meses, tem atraído, cada vez mais, visitantes à Vila e às praias para lazer, apesar de estarmos em tempo de cacimbo e de as águas estarem poluídas.

De acordo com o director municipal do Ambiente e Saneamento, Elias Culipanga, a situação da poluição das praias de toda a orla marítima de Cacuaco deve-se

ao facto das várias valas de drenagem, construídas em outros municípios, como Cazenga e Viana, desagüem em Cacuaco, carregando consigo resíduos sólidos e metais pesados que poluem as águas, colocando em risco a vida marinha, e a saúde humana.

Nesta base, Elias Culipanga disse que, por semana, são recolhidas cerca de oito toneladas de resíduos sólidos da orla marítima do município, sendo que as áreas da Cefo -pesca, Ponte da Salina (rio seco) e do Mercado Mundial as que mais lixo produzem.

A poluição nas primeiras duas áreas indicadas ocorre por estas serem locais onde desagüem as valas de drenagem. Já o Mercado Mundial é um dos maiores pontos de venda de pescado em Cacuaco.

Para minimizar os danos causados pelas águas das chuvas, em diversos bairros, por não terem por onde escorrer devido os obstáculos nas valas, Elias Culipanga disse que a Administração Municipal, este ano, está a trabalhar no reperfilamento e desassoreamento das valas de drenagem.

Apostamos na prevenção para evitar as constantes inundações e acreditamos que vamos alcançar bons resultados", disse, apontando a coloração das águas como fruto do lixo e a decomposição de material ferroso trazido pelas águas de chuvas.

Outra questão que preocupa a Administração tem a ver com a quase inexistência de margem considerável entre as localidades habitadas e o mar.

"É só olhar para os bairros como Hotanganga, Pescadores e Puri que estão mesmo na orla marítima e acabam por contaminar directamente o mar porque tudo o que produzem acaba por ser depositado lá", observou Elias Culipanga.

#### Prevenção para os banhistas

Elias Culipanga considera que as praias da Vila são impróprias para banhos, porque são poluídas. Apresentando alto índice de alumínio e bronze nas suas águas. Essa constatação deve-se ao facto dos canais de água residual dos bairros Cazenga Popular, Malueca, Pólvora, Augusto Ngangula e tantos outros desagüem na Ponte das Salinas e Cefo-pesca e trazem consigo lixo para o mar.

"Por isso é que as águas da praia da Vila continuam também apresentar aquela coloração, quase todos esses resíduos sólidos são transportados pelas valas até ao mar. Para mais, os terrenos por onde passam as águas são argilosos", concluiu.

Elias Culipanga afirmou muitas vezes foram afixadas placas de proibição para alertar os banhistas, mas muitas delas foram retiradas pelos próprios.

Mas, garantiu que a Administração continua com as campanhas de sensibilização à população, apelando para evitar banhos nas águas poluídas, porque podem fazer mal à saúde das pessoas.

" Continuamos empenhados na sensibilização das populações para que evitem a frequência das praias, principalmente, aqueles que saem do Hotanganga até ao bairro dos Pescadores", avisou, aconselhando às famílias e os banhistas a fazerem praias depois da Barra do Bengo até a praia do Sarico, no Panguila, pois ambas apresentam melhores condições para banho e segurança das pessoas.

#### Opinião dos Municípios

Municípios contactados pela reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda reconhecem que, apesar de as praias estarem, nos últimos dias, mais limpas, ainda as suas águas continuam turva e sujas, razão pela qual o jovem Afonso Mendes, morador do bairro, não aconselha o uso das mesmas.

"É notório que à beira das praias estão mais limpas, pelo que, estão a atrair mais populares, sobretudo nos fins-de-semana, Mas, acho que deviam evitar tomar banho, por causa da contaminação das águas". Afonso Mendes admite que grande parte dos municípios pouco ajuda na preservação de meios, como placas de proibição.

"Penso que muitas pessoas que sem que a água está poluída e não devem entrar no mar", criticou.

Já Osvaldo Mateus,' morador do bairro dos Pescadores, disse que é difícil não ter grande Afluência de gente nas praias, uma vez que é na Vila onde se concentra a maior parte dos serviços de lazer do município

"Existem outras praias permitidas aos banhistas, como da Barra do Bengo e Sarico. Mas, as pessoas preferem mais a da Vila por causa da proximidade e facilidade de transporte públicos", disse.

Porém, não só os habitantes de Cacuaco usufruem das águas do mar. Banhistas provenientes de vários municípios e distritos urbanos da província de Luanda tiram proveito de momentos de divertimento na praia.

Maurício da Costa, morador do bairro Emanuel, arredores da Barra do Bengo, afirmou que tem notado grande diferença destes tempos e dos anos passados, reconhecendo o bom trabalho que está a ser levado a cabo, nas praias de Cacuaco, pela administração local.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Centenas de crianças são vítimas de agressão protagonizada por membros da própria família

*Jornal de Angola*

4 De Junho de 2022

Texto: André da Costa e Edna Mussalo

José Barata, 53 anos, conheceu Isabel João Fernandes nas andanças da vida, no bairro da Caop. A paixão entre os dois falou mais alto e momentos depois começaram a namorar. Isabel ficou grávida. No dia 27 de Maio, às 19 horas, o casal entra em desavença e a jovem mulher, sem meias medidas, convida duas amigas e forçaram, em casa, o parto, numa gestação que já levava sete meses.

A criança ainda nasce com vida. Veste a recém-nascida com fraldas descartáveis branca e, supostamente, asfixia-a, embrulha o corpo num lençol multicolor e leva o cadáver até à casa de José Barata, em Viana.

Inconformado com a triste realidade, José Barata denuncia o caso à Polícia Nacional, que realiza diligências que resultam na detenção da acusada, que confirma a autoria do crime, por causa de desavenças com o pai do menor.

A violência contra a criança tem ocorrido de forma frequente no país, com a cidade de Luanda a comandar a lista de registos. No dia 28 do mês passado, o jovem Daniel Mes, 32 anos, desocupado, residente em Viana, complicou-se com a esposa.

Nervoso, Daniel aguardou que a esposa se ausentasse de casa, comprou petróleo e meteu fogo à residência. Pegou nas duas crianças de dois e cinco anos, desferiu golpes de faca na barriga, costas e braços das mesmas.

A mãe, no regresso, ainda encontra os filhos a serem massacrados pelo pai, que parece furioso. Os menores foram salvos e encontram-se hospitalizadas e em estado grave.

No mesmo município, uma mulher, ao dar conta que lhe faltavam 500 kwanzas na carteira, ordenou que um dos filhos queimasse as mãos do irmão menor, de dez anos, com água quente, sob acusação de ter sido o ladrão. A acção causa-lhe ferimentos do segundo grau. Fruto das queimaduras, a vítima quase que não

consegue desenvolver actividades com os referidos membros.

Crianças no Lar Kuzola

Maria Lufuango, 12 anos, cinco dos quais a viver no Lar Kuzola, depois de fugir à agressão da madastra. Natural do Congo Democrático, conta que o sofrimento começou quando o pai separou-se da mãe e ela foi morar com a madrastra, onde sofria várias agressões, o que a obrigou a recorrer ao centro infantil.

A directora do Lar Kuzola, Engrácia do Céu, explica que todas as crianças que vão lá parar passaram por situações de violência, tendo criticado este facto, por considerar que o lugar da criança é no seio da família.

O Lar Kuzola alberga mais de 200 crianças, incluindo menores de um ano, desde abandonadas à nascença, perdidas na rua, portadoras de deficiência física ou neuropsiquiátricas.

Anunciou a criação de um programa de reunificação familiar, em colaboração com o programa Fala Angola da TvZimbo, onde muitas crianças desaparecidas terão a oportunidade de voltar para as suas famílias.

O director do Instituto Nacional da Criança (INAC), Paulo Kalesi, afirmou que a instituição recebeu denúncias de 30.046 casos de violência física contra menores, 17.890 de exploração do trabalho infantil, 8.554 de violência psicológica e 8.490 de violência sexual, sendo Luanda a província com mais registos.

Afecta o desenvolvimento

Para a psicóloga Suzana Diogo, uma das grandes preocupações prende-se com os constantes actos de violência que a criança sofre no ambiente intra e extra familiar. "O facto de muitos pequenos serem expostos a situações de abandono, prostituição e agressões pode interferir no seu desenvolvimento psico-emocional".

Acentuou que é na infância onde se formam e estabelecem os laços afectivos, recebendo apoio, atenção e orientação, para que, quando adulto, se tornar numa pessoa equilibrada e que possa servir de forma positiva a sociedade em que vive.

Suzana Diogo disse que as agressões contra o menor, além do impacto sobre o desenvolvimento psicomotor, deixa inúmeras sequelas físicas, arrastando repercussões ao fórum psicológico e emocional ou causar problemas comportamentais e de relacionamentos.

De acordo a psicóloga, quando a criança presencia ou vive cenas de violência, é grande a probabilidade de a mesma reproduzir tais actos quando ainda menor ou na idade adulta.

É certo que todo pai ou encarregado de educação quer o melhor para o seu filho, porém, nalguns casos, estes carregam-se de certos exageros, cobranças excessivas, imposições que interferem de maneira negativa na saúde infanto-juvenil, provocando alterações como a ansiedade e a depressão.

Segundo a psicóloga, o abuso sexual intra ou extra familiar tem inúmeras consequências para o desenvolvimento infantil, podendo, muitas vezes, ser irreversíveis, dependendo do tipo de agressão, do tempo de exposição e da frequência com que uma criança vive tais agressões.

Como consequência, Suzana Diogo aponta comportamentos como automutilação, comportamentos antissociais, baixo desempenho escolar. Quanto mais grave for a agressão, maior é a probabilidade desta vir a desenvolver algum tipo de trauma psicológico.

#### Polícia em Benguela

Os casos de agressão sobre menores fazem morada em muitos lares no país, sendo os progenitores os principais culpados desse cenário.

Durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março, os piquetes das esquadras e postos policiais, afectos ao Comando Provincial de Benguela, registaram 89 casos de menores vítimas de crimes.

De acordo com o delegado do Interior e comandante provincial de Benguela da Polícia Nacional, comissário Aristófanos dos Santos, houve três homicídios qualificados e igual número de homicídios simples, dois voluntários em razão da vítima. Registaram-se, ainda, oito casos de interrupção de gravidez, um de agressão sexual com penetração, sete abusos sexuais a menores de 16 anos e 14 outros a crianças com menos de 14 anos, assim como um caso de abuso que resultou em morte.

Aristófanos dos Santos fala ainda em 24 casos de ofensas à integridade física de menores, dois sequestros de crianças, um abandono de recém-nascido, uma tentativa de rapto e uma de ameaça de morte contra menor. Os acusados foram responsabilizados criminalmente.

#### Ministério Público

O jurista Valdemar José disse que sem prejuízo das limitações estabelecidas nos artigos 50.º e 51.º, o

Ministério Público adquire legitimidade para promover o Processo Penal, logo que tiver notícia do crime, por conhecimento oficioso, por denúncia ou através de auto de notícia levantado por entidade competente.

Realçou que a hipótese acima levantada poderá ser conjugada com o crime de maus-tratos a menores, previsto e punível no artigo 168.º do Código Penal, sendo punível com uma pena de prisão de dois a seis anos. Em respeito ao previsto no número 2, do artigo 28º do Código Penal, disse que não há concurso de crimes quando o facto é, no todo ou em parte, qualificado como crime por mais de uma norma criminal, uma vez que, havendo entre as normas penais uma relação de especialidade, aplica-se a norma incriminadora especial, no caso, a Lei da Violência Doméstica.

Valdemar José realça que o artigo 168º do CP (Maus-tratos a menores, incapazes ou familiares) pune com pena de prisão de dois a seis anos, se a pena mais grave não lhes couber, por força de outra disposição penal, quem conviver com pessoa menor ou incapaz ou o tiver a seu cuidado, sob sua autoridade ou ao seu serviço ou a quem tiver sido entregue com fins de educação, instrução, tratamento, vigilância, custódia ou formação profissional ou artística e habitualmente o tratar cruelmente ou lhe infligir maus-tratos físicos ou psíquicos.

"Se a pessoa o empregar em actividades perigosas, desumanas ou proibidas ou seja o sobrecarregar com trabalhos excessivos; obrigar a exercer a mendicidade, exercer violência física ou psíquica sobre o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em situação análoga a dos cônjuges ou sobre os próprios filhos, os filhos do cônjuge ou os de pessoa com quem viva em situação análoga a dos cônjuges, podem ainda estar sujeitas à condenação pelo tribunal", explicou.

## 9.2 Ministro do Interior pede maior combate aos crimes violentos

*Jornal de Angola*

*10 De Junho de 2022*

*Texto: André da Costa*

O ministro do Interior, Eugénio Laborinho, pediu, quinta-feira, em Luanda, aos responsáveis do Serviço de Investigação Criminal (SIC) um maior combate contra os crimes violentos, devido ao aumento contínuo de casos do género.

Eugénio Laborinho fez o pedido durante a abertura do 7º Conselho Consultivo Alargado do Serviço de

Investigação Criminal, que decorre até sábado, na sede da corporação, situada no município de Cacucaco.

No acto, o ministro disse que, o ano passado, o SIC registou 10.873 crimes de homicídio voluntário, menos 617 casos se comparado ao igual período do ano de 2020. Na maioria dos casos, explicou, os crimes foram praticados por pessoas conhecidas ou familiares, por motivos passionais, crença no feiticismo e desentendimentos.

O encontro, destacou, é, também, o mais adequado para analisar o desempenho do SIC e melhorar o controlo do potencial delituoso, incluindo os condenados, detidos ou soltos, e os sujeitos a apresentação periódica.

O ministro, que reconhece as dificuldades financeiras do SIC, causadoras do desgaste dos meios e equipamentos durante as acções, pediu à estes efectivos da corporação para estarem melhor preparados, tecnologicamente, para elevar o grau de eficiência e eficácia.

O ano passado, sublinhou, o SIC registou uma redução de 1.438 crimes de natureza diversa, dos quais 62 por cento foram esclarecidos, devido as medidas de prevenção criminal e o trabalho operacional, com realce ao combate do tráfico de drogas e os crimes económicos. "Nesta fase em que o país se prepara para as eleições é preciso uma especial atenção a segurança pública, através de acções de prevenção", disse.

A melhoria da qualidade dos serviços prestados à população é outro assunto essencial, para Eugénio Laborinho, para quem é fundamental os órgãos afectos à defesa continuarem a ter respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos e garantir a sua liberdade. "É preciso mais acções preventivas e repressivas de combate a criminalidade, em essencial neste período que se registam muitos casos de vandalismo aos bens públicos", acrescentou.

O director do SIC, Paulo Bendje, disse, durante o Conselho Consultivo, que o órgão vai dar especial atenção aos quadros jovens e as mulheres, por serem o garante da continuidade, mas pediu destes maior humildade e respeito aos veteranos, para a transição geracional ocorrer na normalidade.

Nos primeiros cinco meses do ano, destacou, foram registadas certas ocorrências que envolveram efectivos do SIC e mancharam a imagem da corporação, por isso pediu aos efectivos uma postura diferente, "que salvaguarda o bom nome da instituição".

O 7º Conselho Consultivo Alargado, do Serviço de Investigação Criminal vai analisar a vida interna do órgão e a tipicidade de alguns crimes ocorridos pelo país. Os crimes de natureza económica e financeiro, como os de peculato e corrupção, constam igualmente entre as prioridades.

### 9.3 Vítimas de violência doméstica ganham manual de protecção

*Jornal de Angola*

*10 De Junho de 2022*

*Texto: Edna Mussalo*

As vítimas de violência doméstica contam desde desde quinta-feira, com um "manual", com os requisitos mínimos de intervenção, acompanhamento e atendimento dos queixosos, informou, em Luanda, a secretária de Estado do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), Elsa Barber.

Para a secretária de Estado do MASFAMU, o guia, lançado oficialmente ontem, surge como uma resposta pronta ao reforço e combate à violência baseada no género, alinhado aos compromissos internacionais e regionais, assumidos pelo Executivo angolano.

Os dados, explicou, indicam que foram registados, o ano passado, 2.929 casos de violência contra a mulher, assim como 1.604 de abandono familiar, 759 de violência psicológica, 170 de natureza sexual e 87 de origem física. "Esses dados não reflectem a globalidade dos casos, pois muitas das vítimas são silenciadas por factores, como a dependência económica, social, efectiva ou o medo de represálias", adiantou.

O manual, acrescentou, tem, também, orientações internacionais, assim como enquadramentos jurídico-legais do país, assentes nas boas práticas de intervenção já existente, nomeadamente os serviços especializados no atendimento às vítimas nos centros de aconselhamento.

A representante assistente do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Marina Coelho, disse que a violência baseada no género tem prejudicado a saúde, dignidade, segurança e a autonomia das vítimas, mas, ainda assim, permanece envolta na cultura de silêncio.

Em todo o Mundo, explicou, uma em cada três mulheres já experimentou, ou vai, abuso físico ou sexual durante a vida. Em Angola, referiu, 32 por cento das mulheres reclamam que são vítimas de

violência, desde os 15 anos. "Em média 8 por cento destas mulheres foram vítimas de violência sexual em algum momento, assim como 34 por cento das casadas já sofreu, em algum momento, violência conjugal, ou física", disse.

A violência contra as mulheres, continuou, resulta também das percepções sociais sobre qual é a disposição e o papel da mulher na sociedade e na família. "Por esse motivo, 25 por cento das mulheres, entre os 15 e 49 anos, confere alguma legitimidade à violência do marido", criticou.

A representante do UNFPA reconheceu, no entanto, que o Executivo angolano tem dado passos importantes na resolução dos desafios com impacto desproporcional em mulheres e meninas, através do empoderamento feminino, promoção da igualdade de género e o combate a todas formas de violência.

O secretário de Estado do Ministério do Interior (MININT), José Zau, que assistiu ao acto, considerou o manual uma fonte de informação na resolução das denúncias, processadas pelos terminais 15015 e o 111, cujo tratamento, doravante, vai ter cunho diferenciado, "na tipificação das ocorrências e no despacho das mesmas".

## 9.4 Reformar a Reforma do Direito da Família e das Sucessões

*Jornal de Angola*

*12 De Junho de 2022*

No ano do centenário de Agostinho Neto, o autor de *Havemos de Voltar*, inevitável se torna abordar-se uma questão que a despeito de não merecer a devida atenção dos intelectuais do país, não deixa de ser uma das principais fontes de angústias, frustrações, conflito e descalabro económico para as famílias e cidadãos: a sucessão nos bens e direitos de pessoas falecidas bem como os dissídios familiares.

Não fosse a morte, de per si, um acontecimento encarado como um evento triste, o período posterior aos procedimentos e rituais fúnebres costumam ser tão turbulentos, conflituosos e desrespeitadores da memória dos autores das heranças.

A habilitação dos herdeiros e a partilha dos bens e direitos deixados pelos falecidos encontra na indisponibilidade dos sucessores para negociações/cedências e na lei manifestamente estrangeira e inaplicável à realidade sociológica e cultural das diversas comunidades que compõem a população angolana um verdadeiro entrave à coesão familiar. O problema é transversal à micro-sociedade

culturalmente mestiça de Angola (inclui cidadãos de todos os fenótipos) se também não revê, a julgar pelos conflitos nas famílias deste segmento social, no regime jurídico das sucessões consagrado nos artigos 2024.º e ss do Código Civil vigente em Angola ou pelo menos não consegue operar, em tempo útil, as suas sucessões nos termos deste diploma legal.

E não é por acaso que as pessoas supostamente mais bem preparadas, do ponto de vista académico-profissional, com poder económico-financeiro, com poder político, com vivências internacionais, não deixam de ser seres humanos culturalmente localizados e produtos de um contexto sociológico que jamais pode ser negligenciado.

Ou seja, por mais viajados, formados, poderosos e ricos que sejam, os angolanos continuam a ser culturalmente africanos, a ter idiossincrasia própria e por isso mesmo inseparáveis das suas raízes por mais complexados que sejam.

Ora, é esta natureza própria dos africanos de Angola que os impede de acolherem sem reservas a poligamia, como se pode confirmar com os milhares de processos judiciais de prestação de alimentos nos Tribunais de Angola em que se revelam e se conhecem muitos casos de infidelidade conjugal condenada pela "lei europeia" vigente mas nunca censurada pelo direito ancestral angolano/africano, também conhecido, quiçá de forma pejorativa, por direito costumeiro.

O conflito entre o direito "importado" e o direito ancestral angolano, este último largamente observado pela maioria das populações angolanas que não se regem pelo Código Civil, pelo Código da Família e demais leis, leva a que determinadas classes sociais, para ostentarem determinados estatutos, vivam uma vida "oficial" e outra paralela num claro exercício de duplicidade de personalidade.

Na verdade, muitos angolanos, gostariam de, legalmente, assumir duas ou mais relações conjugais, mas para se distanciarem das suas próprias realidades em homenagem à preservação de uma pretensa civilidade/religiosidade, publicamente preferem estar em conflito consigo mesmos, para estarem de bem com a sociedade.

Ora, estas duplas personalidades normalmente se desvendam com a morte e abertura da sucessão em que, não raras vezes, herdeiros outrora desconhecidos, saem das sombras e se candidatam ao seu quinhão da herança do falecido.

No direito ancestral angolano as sucessões operam-se de forma célere e equitativa, concluindo-se com a



pacificação das famílias e dos herdeiros, o que não ocorre nos casos em que os parentes do malogrado, filhos e parceiras conjugais, decidem submeter o processo ao direito "europeu" vigente em Angola.

A conflitualidade dos herdeiros, na maioria dos casos, nem mesmo pode ser mitigada pelos testamentos que escassos angolanos, incluindo intelectuais, deixam, uma vez que até nestes casos, este instrumento muitas vezes não é respeitado pelos descendentes. Uns por serem filhos da primeira mulher, ou da mulher que, não sendo primeira, viveu com o de cujus até ao dia da sua morte, não raras vezes se julgam com mais direitos que outros e por isso inviabilizam a partilha pacífica da herança.

Enfim, as razões para os conflitos sucessórios são diversas e agudizam-se, pela morosidade processual própria das demandas judiciais, quando entregues aos Tribunais por via dos processos de inventário obrigatório ou facultativo, uma vez que a partir deste momento todo os herdeiros, meeiras e interessados, passam a inserir nas suas agendas tempo para comparecerem aos actos processuais. De igual modo são impelidos a reservar fundos para procederem ao pagamento de honorários de advogados, de taxas de justiça, de manutenção do património em litígio uma vez que, de regra, ficam desocupados e se depreciam ou se inutilizam, consoante sejam imóveis ou móveis, enquanto decorre a demanda judicial.

A média temporal para a apreciação pelo tribunal e decisão de um processo de inventário, é de 2 a 3 anos nos casos de existência de pouco património hereditário mas este prazo pode chegar ao triplo de tempo nos casos em há muito património e muitos herdeiros concorrendo com a dificuldade localização dos bens ou falta documentos comprovativos da titularidade dos mesmos, tornando assim os inventários, nesses casos, verdadeiros ónus do ponto de psico-emocionais e financeiros para os candidatos à partilha do espólio que se veem envolvidos num problema de proporções temporais incontroláveis.

O sofrimento a que ficam submetidos os herdeiros e meeiras para se habilitarem ao património do de cujus por via dos inventários judiciais, em que as dificuldades ora enunciadas se verificam, costuma ser uma caminhada íngreme, maçadora, desgastante e cara, o que não poderia deixar de apelar à abordagem da pertinência do recurso ao direito ancestral em que essas experiências sofridas não são a regra.

A sabedoria africana, as tradições orais e a justiça orientada pelo direito ancestral para compor litígios sucessórios nas comunidades angolanas deve ser objecto de consideração e eventualmente servir de matriz à reforma confiada à Comissão da Reforma da

Justiça e do Direito em actividade desde 2020, altura em que foi criada pelo Presidente da República.

Tal como um sapato bonito mas apertado usado em público é descalçado na primeira oportunidade em que quem sofre as dores se vê livre dos olhares de avaliadores sociais que pretende impressionar, o direito "europeu" vigente em Angola, cumprido à luz de holofotes, deve ser substituído pelo direito dos povos africanos de Angola que pode ser observado durante as 24 horas do dia, em público e em privado, sob pena de os destinatários das normas continuarem a viver como que aprisionados mesmo sem grilhões.

Em homenagem ao Fundador da Nação Angolana que vaticinou em Havemos de Voltar o regresso às nossas raízes, seria um passo de gigante a consideração das nossas realidades sócio-culturais no processo de produção das leis sob pena alguns diplomas legais continuarem a ser inúteis ou de funcionarem como rastilho para quezílias intermináveis.

A multiplicação dos CREL's – centros de resolução extrajudicial de litígios pelo país para lidarem com esta tipologia de dissídios, a codificação exequível, prática e simplificada de procedimentos a seguir para a composição de litígios, não só de natureza sucessória mas também outros (laborais, cíveis, comerciais e administrativos) compatíveis com o modo de vida dos angolanos, a delimitação de prazos dentro dos quais as partes litigantes, herdeiros e meeiras, devem chegar a acordo ou assim, sob pena de os bens da herança reverterem a favor do Estado em sede de persuasão no interesse dos sucessores, para que estes, numa sociedade com uma esperança de vida relativamente curta não despendam tanto tempo em batalhas judiciais em vez de viverem, podem ser medidas úteis à solução dos problemas que, comprovadamente, o direito importado não tem solucionado.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Angola e Namíbia juntas no combate à seca no Sul

*Jornal de Angola*

*12 De Junho de 2022*

*Texto: Adelaide Mualimusi*

Os Gabinetes de Angola e da Namíbia para a Administração das Bacias Hidrográficas do Cunene, Cubango e Cuvelai analisaram ontem, em Ondjiva, a partilha de experiências e benefícios, no âmbito da implementação dos projectos de combate à seca no Sul do país.

O encontro teve como objectivo a recolha de contribuições, troca de experiências e avaliação dos benefícios do projecto para os dois países, que partilham as bacias transfronteiriças do Cunene e do Cuvelai.

Joaquim Tavares, representante da parte angolana, lembrou que a seca causou a morte de pessoas e animais e outras consequências negativas, que motivaram o Executivo a aprovar o Projecto de Emergência de Combate à Seca, cuja primeira grande obra está concluída.

Considerou o encontro uma oportunidade para a partilha de experiências e benefícios dos projectos em curso nas bacias transfronteiriças do Cunene e do Cuvelai.

O vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Faustino Cortez, reconheceu que a seca no Sul de Angola, em particular na província do Cunene, e com extensão ao Norte da Namíbia, é um fenómeno que assola a região, provocando êxodo do gado e alteração da fauna e flora, contribuindo para o fraco desenvolvimento sócio-económico das comunidades.

Faustino Cortez disse que o Executivo angolano deu início a vários projectos na província que visam combater estruturalmente os efeitos da seca, com a construção de vários projectos, com destaque para o sistema de transferência de água do rio Cunene, a partir do Cafu, já concluído, a execução dos projectos de construção das barragens do Calucuve e do Ndue, incluindo canais adutores no município do Cuvelai.

Lembrou que estão ainda previstas a expansão do sistema de abastecimento de água na comuna do Chitado, expansão e reabilitação do sistema de água na comuna do Oncocwa, no Curoca e a construção

do sistema de abastecimento de água em Otchijau, já em execução.

O vice-governador informou que a execução destas empreitadas foi antecedida de estudos de impacto ambiental que incluiu um protocolo da Comunidade Desenvolvimento da África Austral (SADC), bem como a partilha de informações com a Namíbia, buscando alternativas e propostas que promoveram mudanças significativas na intervenção do governo provincial na gestão, partilha e controle dos recursos hídricos.

### 10.2 Bengo Licencia mais de 30 mil metros cúbicos de madeira

*Jornal Expansão*

*10 De Junho de 2022*

*Texto: Mário Clemente*

Um volume total de 34.350 metros cúbicos de madeira foi licenciado, para efeitos de exploração, no ano passado, na província do Bengo, pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

Segundo a chefe do Departamento Provincial do IDF, Francisca Mande, devido a questões climáticas e avarias nos equipamentos, em 2021, os madeireiros exploraram apenas 5.429,195 metros cúbicos dos mais de 34 mil volumes de madeira disponível.

Adiantou que os trabalhos de exploração estavam a cargo de 29 empresas licenciadas pelo IDF, e uma outra dedicou-se à produção de carvão vegetal.

"Do volume total de madeira licenciada e transportada, restou 28 mil metros cúbicos, que vai ser usado com a licença de revalidação para este ano. Portanto, a revalidação é a percentagem de tudo aquilo que não foi explorado. Mas isso não implica dizer que a actividade de 2022 não será realizada", elucidou.

Segundo a responsável do IDF no Bengo, o licenciamento das empresas que actuam no ramo de exploração de madeira é feito anualmente, sendo que algumas acabam por desistir por a actividade ser muito dura, e a maquinaria é muito cara.

Quanto à exploração ilegal, Francisca Mande disse ser uma prática diária dos garimpeiros florestais, que são multados sempre que são apanhados a violar as regras.

"As multas variam de acordo com o volume de cada espécie. Por exemplo, uma multa aplicada ao derrube da madeira serrada é diferente da do embondeiro. O

que determina o valor das multas são as quantidades", aclarou.

Acrescentou que, no Bengo, os municípios que registam intensa actividade florestal são os de Nambuangongo, Pango Aluquem e Bula Atumba, onde as madeiras mais exploradas são as do tipo moreira, dianuno, quibaba e tacula, muito procuradas para o fabrico de mobiliários e para efeitos de exportação no mercado internacional.

Com apenas 25 fiscais, o IDF no Bengo enfrenta inúmeras dificuldades para garantir a segurança das extensas áreas florestais abertas, onde os garimpeiros actuam à margem da lei. A instituição também necessita de transporte para melhorar a sua actuação nesta região do país

### 10.3 Moxico vai beneficiar de fornecimento de energia solar

*Jornal de Angola*

*10 De Junho de 2022*

*Texto: Samuel António*

A província do Moxico vai beneficiar, nos próximos dois anos, de um projecto de exploração de energia solar que terá uma capacidade de mais de 25 megawatts.

O acto de consignação da empreitada aconteceu ontem e foi testemunhado pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, e do governador Gonçalves Muandumba.

O projecto, que vai ser desenvolvido em 24 meses, está avaliado em mais de 36 milhões de euros e vai empregar 200 pessoas locais e terá uma potência de mais de 25 megawatts de energia eléctrica. Serão mais de 42 mil painéis instalados, o que vai facilitar a poupança de 19 mil litros de combustíveis por ano, correspondentes a mais de dois mil milhões de kwanzas.

A obra estará a cargo do consórcio Sun Africa LLC, M.C.A-Vias SA e M.C.A.SA e esta vai beneficiar, até 2025, mais de 285 mil habitantes, perfazendo um total de 56 748 ligações domiciliárias em 11 sedes municipais e comunais da província. Na sua intervenção, o ministro da Energia e Águas disse que o projecto atende uma estratégia de promoção do acesso à electricidade, definida no programa do Governo, visando aumentar o número de beneficiários.

Segundo o governante, o país tem uma taxa actual de 42,8 por cento de acesso e o grande desafio é de, nos

próximos cinco anos, esta taxa atingir os 50 por cento. Assegurou ainda que as províncias do Leste e do Sul de Angola são as que apresentam as taxas mais baixas de electrificação, originadas pela dispersão da sua população e da dimensão das próprias províncias.

A estratégia do projecto, disse, "atende também outro grande objectivo que é a descarbonização da indústria". O ministro lembrou que o Presidente da República esteve, recentemente, na Cimeira sobre o clima e assumiu o compromisso de que, até 2025, Angola tem de introduzir, na matriz energética, a energia limpa, "o que significa que 72 por cento da energia que o país vai produzir virá da energia limpa".

### 10.4 Sul do país ganha investimento de 4,5 mil milhões de dólares para combater a seca na região

*Jornal Economia e Finanças*

*10 De Junho de 2022*

Presidente da República, João Lourenço, anunciou ontem, em Luanda, que o Governo prevê investir 4,5 mil milhões de dólares para continuar a desenvolver projectos estruturantes que visam combater a seca no Sul do país.

Falando durante a conferência de imprensa a 12 órgãos de comunicação social, o Chefe de Estado garantiu que o programa já está estudado e aprovado, tendo frisado que irá abranger as províncias do Cunene, Namibe e Huíla.

"A nossa missão é, em primeiro lugar, a mobilização dos tais recursos que vai ficar tudo em cerca de 4,5 mil milhões de dólares pela causa que é de salvar vidas e garantir o desenvolvimento daquela região do país, vamos fazer esta despesa", disse.

Entre as prioridades, o Estadista angolano sublinhou que o Governo pretende, também, implementar no sector das águas, o projecto Quilonga, na província de Luanda, que vai passar para 250 mil metros cúbicos de água por dia.

"Isto vai representar uma mudança significativa em termos de melhoria da oferta de água para a província de Luanda", salientou, depois de frisar que Luanda tem um terço da população do país daí a importância de se investir cada vez mais em infra-estruturas para a melhoria das condições de vida das populações.

## Indústria diamantífera

Aos jornalistas, o Presidente da República, João Lourenço, informou que 20 por cento dos diamantes extraídos são transformados no país.

Indicou que esse resultado representa um cenário totalmente diferente no país, em relação ao passado, em que se extraía, mas a transformação era toda feita no exterior.

"Nos dias de hoje, 40 por cento da quantidade que a SODIAM-EP recebe das produtoras, 20 % vão para as indústrias de lapidação de diamantes internas", referiu, tendo acrescentado o facto de o país ter mais indústrias de transformação, fruto das anulações de contratos injustos feitos nos últimos quatro anos, ao contrário de 2017, em que existiam duas em Luanda.

João Lourenço disse ainda que o país tem um número muito acima de 10 indústrias de lapidação, tendo, inclusive, exemplificado que o Pólo Industrial do Saurimo, na Lunda Sul, conseguiu atrair empresas transformadoras deste cristal.

Para Chefe de Estado, Angola começa a tornar-se num ponto importante do mercado de diamantes, visto que, hoje, não só vende diamantes brutos, como fazia antes, mas também tem indústrias transformadoras.

"Começamos a cumprir com o desejo de transformar as nossas matérias-primas no nosso país e acrescentar valor aos nossos recursos", sublinhou.

Quanto a contratação pública e simplificada, o Presidente da República realçou que a rede de supermercados Kero e Nosso Super, foram entregues de "mão beijada".

Para ele, o processo cumpriu tudo que está estipulado na lei, e além de manter o serviço de mano ter o mercado competitivo está também a gerar emprego.

Por outro lado, o Presidente disse que o Estado angolano poupou com a anulação do concurso para a construção da Marginal da Corimba, em Luanda, 380 milhões de dólares.

Assegurou, igualmente, que o projecto de construção da Marginal da Corimba será retomado através de um concurso público.

"Vamos fazer o mesmo projecto, mas gastando menos 380 milhões de dólares", aclarou o Presidente da República.

## Combate à corrupção

O Chefe de Estado refutou as acusações segundo as quais a justiça está a ser selectiva, tendo reafirmado que não há a intenção de esconder nada, ao contrário do que algumas opiniões avançam, que a justiça está a ser selectiva.

Reafirmou a determinação do Executivo angolano no combate à corrupção, independentemente dos visados e lembrou que, há anos, era impensável admitir que alguém pudesse sentar nas barras dos tribunais, sobretudo no Tribunal Supremo.

Notou que tal facto só demonstra que a justiça e os tribunais, em particular, têm mais independência, mais liberdade de acção "porque senão continuariam amordaçados pelo poder político".

Segundo o Titular do Poder Executivo, ali onde há crime, a justiça tem tido a liberdade de actuar, exemplificando o "Caso Lussaty", em que havia a suspeição de envolvimento de figuras da Casa Militar do Presidente da República.

## Serviços de saúde

João Lourenço destacou os investimentos do Estado na Saúde Pública, sublinhando que o sector registou avanços nos últimos cinco anos.

Segundo o Presidente da República, foram construídas, desde 2017, cerca de 85 unidades hospitalares de nível primário, secundário e terciário, com recursos ao Programa de Investimento Público

(PIP) e do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Frisou que estão em fase de construção, no nível terciário, os hospitais gerais de Viana, Cacuaco (Luanda), Caxito (Bengo), Sumbe (Cuanza-Sul), de Ndalatando (Cuanza-Norte) e do Cunene.

De acordo com o Presidente, arrancou há dias a conclusão do Hospital Geral de Mbanza Congo, sublinhando que já está aprovado e tem financiamento, para 2023, a construção do Hospital Geral da Catumbela, do Lobito, Benguela, de Dundo e Uíge.

Anunciou, igualmente, a construção de um novo Hospital Universitário em Luanda, e a reabilitação, nos próximos dois ou três anos, do hospital Américo Boavida.

## 10.5 Mais de um bilião de árvores começam a ser plantadas

*Jornal de Angola*

18 De Junho de 2022

Texto: Maximiano Filipe

Mais de um bilião de árvores vão ser plantadas, nos próximos tempos, no país, no quadro de uma estratégia governamental para a protecção das florestas, anunciou, quinta-feira, em Benguela, o ministro da Cultura, Turismo e Ambiente.

Filipe Zau, que falava durante a abertura do Conselho Consultivo Alargado daquele departamento ministerial, avançou que está, igualmente, prevista a plantação de um milhão de mangais.

Para isso, disse existir já uma legislação própria, já aprovada pelo Executivo, que visa a protecção das florestas e outros lugares naturais, de modo que as novas gerações possam cuidar melhor da utilização dos seus recursos, por constituírem fontes de desenvolvimento.

O ministro salientou que esta é uma das formas de se resolver os problemas dos próprios angolanos, numa altura em que considera ser o momento da assumpção da mudança, aprendizagem, acompanhamento e melhor gestão, tendo em conta que "ninguém poderá fazer isso por nós".

Com isso, Filipe Zau acredita que o Executivo implementou uma das melhores estratégias para combater o fenómeno da desertificação e das constantes alterações climáticas que se observam em todo o globo.

No Conselho, que decorre sob o lema "Cultura, turismo e ambiente, na emergência de uma economia circular", o ministro ressaltou que, como prova desses esforços, em Angola, o deserto do Namibe avança a passos largos para a província de Benguela e o regime de secas no Sul do país levaram o Executivo a construir o Canal Adutor do Cafu, com 160 quilómetros de extensão, para beneficiar cerca de 235 mil habitantes.

O governante avançou que o mesmo projecto vai beneficiar, igualmente, 250 mil cabeças de gado, permitir a irrigação de 15 mil hectares de terra, além de garantir 3.275 empregos directos.

Para fazer face às alterações climáticas, Filipe Zau sublinhou que esta é a primeira de quatro obras de engenharia, que devem marcar o antes e o depois dos tristes acontecimentos da seca no Sul de Angola.

Neste domínio, recorreu a uma das conclusões da Cimeira do Milénio, segundo a qual, no início deste século, mil milhões de pessoas não teriam ainda acesso à água potável e ao saneamento básico, o que representa dois aspectos ambientais determinantes para a qualidade de vida.

Prosseguiu que, em África, as causas naturais relacionadas ao clima, principalmente, a irrigação das chuvas, associadas à fragilidade dos ecossistemas, isto é, pouca profundidade dos solos, são por si só motivos de preocupação.

Filipe Zau alertou que a questão ambiental, não só em Angola ou em África, mas em todo o mundo, tem sido agravada com a prática de acções contrárias às normas ambientais, o que tem dado azo a uma desertificação do continente.

Neste quadro, disse, destacam-se o hábito cultural das queimadas e a desflorestação quer para fins agrícolas, quer para a obtenção de madeira para combustível ou construção, que colocam os solos desprotegidos da vegetação à mercê da erosão provocada pelas chuvas e pelos ventos.

Um novo paradigma em todo o mundo

Na visão do governante, a actualidade mundial mudou de paradigma. No passado, a preocupação esteve voltada ao impacto do crescimento económico, mas as previsões económicas de hoje, levam a preocupações que têm a ver com os resultados da crise ecológica.

Nessa matéria, recordou Filipe Zau, levanta-se, fundamentalmente, àquelas questões associadas com a degradação dos solos, recursos hídricos, isto é, oceanos, mares, rios e lagoas, assim como a atmosfera, florestas e qualidade do ar que se respira, facto que demonstra manter-se um certo cuidado da independência ecológica do país e dos povos.

Daí que o Ministério pensa no ambiente com olhar crítico, sobre a nossa realidade, em todas as vertentes, baseada no uso sustentável dos recursos naturais e no aproveitamento do potencial dos resíduos. Tal intenção, está focada na redução dos impactos ambientais decorrentes da disposição de vida dos resíduos sólidos, eficientes e emissões dos gases de efeito estufa.

Entre várias outras acções, o ministro anunciou a implementação de tecnologias de tratamento e reciclagem, para valorizar o potencial dos resíduos e consequente uso deste como matéria-prima para os diversos processos industriais, baseados nos princípios de economia circular.

## 11. MINEIRA

## 12. MIGRAÇÃO

## 13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

### 13.1 África, China e Europa

*Jornal de Angola*

*8 De Junho de 2022*

*Texto: João Melo*

O reputado economista bissau-guineense, Carlos Lopes, publicou recentemente na sua conta do Twitter um mapa do Economist que é obrigatório mostrar aos líderes e comentaristas europeus quando eles falam da suposta dependência do continente africano em relação à China.

O que mostra o referido mapa? Uma realidade insofismável: em vinte anos (de 2000 a 2020), o comércio mundial com a nação mais populosa do planeta cresceu de 25% para 75%, envolvendo maioritariamente todos os continentes, excepto a América do norte (EUA e Canadá); a maior parte da Europa, inclusive, aparece no mapa tingido a cor de laranja, tal como os demais continentes (tingi-los de vermelho seria, certamente, provocatório demais).

E, contudo, os nossos queridos ex (?) - colonizadores não perdem uma oportunidade para manifestar a sua genuína preocupação com a alegada dependência de África relativamente àquela que, até ao século XIII, era a maior potência mundial e hoje ameaça reaver esse estatuto, entretanto consolidado pelos EUA após a II Guerra Mundial. O último exemplo dessa preocupação foi manifestado há dias pelo chanceler alemão, Olaf Scholz, no intervalo das suas atribuições tribais e geopolíticas criadas pela maka da Ucrânia, que a Europa nada fez para evitar, devido, precisamente, à sua subserviência em relação aos Estados Unidos. Antes de avançar, e como o pensamento literal parece cada vez mais dominante, esclareço que, quando falo em "genuína preocupação", estou a ser irónico.

Indo directo ao ponto e segundo noticiou o New Straits Times, disse o líder alemão: - "A 'farra' (ipsisverbis) dos empréstimos de longo prazo da China aos países pobres, em particular, levanta um sério perigo que pode provocar a próxima crise

financeira mundial". Para Scholz, "há realmente um sério risco de que a próxima grande crise da dívida no Sul Global resulte dos empréstimos concedidos pela China em todo o mundo e dos quais não temos uma visão completa devido ao grande número de actores envolvidos". O chanceler alemão acrescentou que "isso provocará uma enorme crise económica e financeira quer na China quer no Sul Global, afectando igualmente o resto do mundo".

As declarações de Olaf Scholz foram feitas em Estugarda, durante uma conferência para discutir os financiamentos chineses aos países africanos, nomeadamente para construir estradas e universidades, incrementando, assim, a presença de Pequim no continente. Os líderes europeus acusam a China de arrastar os países pobres para a armadilha da dívida, ao conceder-lhes empréstimos que eles não podem pagar, enquanto Pequim refuta, alegando que tais empréstimos se destinam a aliviar a pobreza.

O professor brasileiro Cláudio Pinheiro realça igualmente, entretanto, outro ponto: a China passou a liderar não só o comércio e o investimento em infra-estruturas, mas também o financiamento à ciência em África. Sugiro aos interessados um artigo da revista Nature, de 2 de Outubro de 2018, acerca do plano de desenvolvimento acordado entre a China e os países africanos no valor de 60 mil milhões de dólares e em que o treinamento é um dos pilares fulcrais. No âmbito desse plano, 100 mil africanos (académicos, cientistas e outros profissionais) serão formados, em diversos níveis, em instituições chinesas.

Isso parece (estou a ser gentil) assustar a Europa e o Ocidente em geral. Lamento informar, antes de encerrar, que o verdadeiro risco temido pelas potências ocidentais não é que África se torne dependente da China, mas que se torne "independente" das potências em questão.

Como africano, entretanto, o que me preocupa é outra questão: serão os nossos países capazes de colocar a agenda de cooperação com a China a serviço do desenvolvimento efectivo do continente e de autênticas políticas de justiça social ou apenas como mais um meio para aumentar a corrupção? Isso são outros quinhentos, a resolver entre nós.

### 13.2 China disputa negócio dos fardos coma Europa

*Jornal Expansão*

*10 De Junho de 2022*

*Texto: Mirene da Cruz*

É impressionante a longa fila de pessoas na luta para entrar nos armazéns que vendem roupa usada logo nas primeiras horas da manhã. Isto acontece tanto na zona do 'IFA', no Cazenga, como no centro comercial "Cidade da China", em Luanda, que comercializam as roupas usadas que chegam ao nosso País de vários pontos de origem.

Os fardos, como são conhecidos, podem ser de roupas usadas, normalmente recolhidas em países europeus, ou roupas novas que não entram no circuito comercial por alguma anomalia ou por desactualização face ao mercado de origem, actualmente com uma percentagem importante da China. Os melhores negócios são feitos por quem conhece a actividade, consegue olhar para os fardos e perceber exactamente a qualidade das roupas que lá estão.

Eulália Neto é um caso de sucesso da venda de roupa usada, sobretudo as de origem europeia. Ela contou que desta actividade veio a possibilidade de aumentar a sua gama de produtos comercializados. Ou seja, com os lucros que acumulou do 'fardo' conseguiu investir em outros negócios como uma roulotte e três motorizadas, ao mesmo tempo que deixou de vender numa tenda e ergueu as paredes da sua boutique "Fardo limpo". "Foi a minha primeira fonte de renda", esclareceu.

O seu ponto de compra é os armazéns de roupa usada na 5a Avenida, no Cazenga, na zona da Industrial Fosforeira de Angola ou simplesmente IFA. Lá as roupas são indicadas como sendo as de melhor qualidade e são tratadas como "fardo novo", são provenientes da Europa sobretudo, por isso custam mais caro mas também deixam uma margem maior às vendedoras.

Os balões de roupas usadas chegam a Angola de vários destinos e várias formas, e uma delas é por via da ONG ADPP (Ajuda de Desenvolvimento de Povo para o Povo) no seu projecto de vestuário. O que acontece é que a ONG recebe toneladas de roupas dos fardos em balões e transforma em projectos de educação, saúde e empreendedorismo social. A origem é os países de Europa.

ADPP Vestuário é um projecto " de empreendedorismo social da ADPP Angola, que recebe a roupa usada como doações, a partir de

vários países da Europa de membros e associados da Federação Humana "People to People". "A Federação tem 40 anos de experiência e são fornecedores de muitos anos a ADPP Angola", informou a PCA da ADPP, Rikke Viholm.

Neste momento a ONG trabalha com 16 agentes comerciais, que por sua vez, vendem os balões de roupa usada, e estão distribuídos em oito províncias Luanda, Benguela, Cunene, Huíla, Cuanza Sul, Huambo, Lunda Sul e Bié.

Em 2021 a área de vestuário da ONG transformou 4.500 toneladas de roupa em fundos para o desenvolvimento. Ou seja, no ano passado, a ADPP Vestuário transformou o fardo em 580 milhões kz para o Fundo de Contra partida, sob controlo do Ministério das Finanças. "O Fundo de Contrapartida, por sua vez, ajudou 40 diferentes projectos e acções de desenvolvimento da ADPP em curso no País", disse Rikke Viholm.

Neste momento, mais de 180 pessoas têm o seu emprego na área de vestuário da organização, desde a Importação, classificação, transito e na promoção e capacitação administrativa e de marketing dos empreendedores retalhistas, que na sua maioria são mulheres. Por exemplo, o balão de lençóis King de 24 peças custa 240 mil kz, o de toalhas de banho custa 48 mil kz e vem com cerca de 60 peças, o de roupa de crianças (baby) custa 230 mil kz.

Isabel Francisco é outra vendedora com boas lembranças da venda de fardo do 'IFA' que devido à alta qualidade, consegue que os consumidores paguem um preço maior, aumentando os seus ganhos. "E sem dúvida o de maior qualidade", disse. Ela vende os lençóis King ao preço de 16 mil kz, o jogo, e toalhas de banho umas a 1.500 kz e outras a 2500, dependente do tamanho.

#### A entrada da China

A entrada dos fornecedores chineses no negócio do fardo alterou a norma nos últimos três anos, pois tornou os preços mais competitivos. Ou seja, a concorrência aumentou e, tanto vendedores como consumidores passaram a ter outras alternativas de compra, e deixaram de socorrer-se das roupas e calçados de 'primeira' ou 'novas' vendidas nos armazéns do IFA.

Isto é confirmado por vários operadores, como é o caso de Jean Emmanuel, um congolês no País há mais de 10 anos e vende roupa usada há, pelo menos, 12 anos. "Já vendia em Kinshasa e continuei cá, mas os chineses vieram estragar o negócio com as roupas baratas e preços mais baixos dos chineses", referiu.

No centro comercial "Cidade da China" os preços dos balões de roupa e calçados usados variam entre 20 mil aos 65 mil kz. A roupa de criança (baby) custa 52 mil kz, enquanto o balão de lençóis normais custam 35 mil Kz. A embalagem de chinelos usados, por exemplo, tem oscilações entre os 22 mil aos 32 mil kz, a contar com a quantidade e o estado do produto. A embalagem de calça mista custa 20 mil kz. O balão de blusas finas custa 42 mil Kz, quando está em promoção e 46 mil quando o produto chegou recentemente.

Lucinda da Silva compra as embalagens de roupa usada nos armazéns localizadas neste espaço comercial e disse que prefere pagar pelos balões um pouco mais, para garantir bom produto aos seus clientes, uma vez que por ter começado a sua actividade com roupas do 'IFA', que por serem mais caras que noutros locais, juntando alguns 'kilapes', o seu negócio foi sei abaixo. "Tive que recorrer aos chineses, mas não há muito que reclamar", contou. Ela vende vestidos, bastas e blazers femininos com preços que varia de 1500 Kz aos sete mil. Victoria Pinto é outra vendedora dos fardos de origem chinesa. Ela contou que as suas vendas vão bem, uma vez que o fardo ainda é das primeiras opções que as pessoas usam, tanto de baixa como de média renda. Ela vende sobretudo roupa masculina que tem maior procura e menos demanda. Victória vende a camisola de mil a dois mil Kz, os calções a 1.500 Kz e as calças entre três a cinco mil Kz.

### 13.3 Acordo entre TAAG e a Chinesa CLCA vai render 600 milhões USD

*Novo Jornal*

*17 De Junho de 2022*

A TAAG, companhia de bandeira angolana, rubricou, quarta-feira, 15, um acordo comercial com a empresa China Lucky Aviation (CLCA), para o transporte intercontinental de carga e correio entre Ásia-África-América do Sul, que vai render 600 milhões de dólares em três anos, afirmou o Presidente da Comissão Executiva (CEG), Eduardo Soria.

A parceria ora rubricada entre as duas companhias consiste numa arrecadação anual de 200 milhões de dólares, perfazendo, desta feita, um valor global de 600 milhões de dólares nos três primeiros anos definidos no contrato.

Segundo o CEG da companhia angolana, as aeronaves destinadas ao transporte de cargas possuem uma capacidade máxima de 56 toneladas.

G "número um" na gestão da TAAG acrescenta, no entanto, que a parceria estabelecida enquadra-se na estratégia de diversificação de fontes de receita da empresa.

A rota changsha (CSX) - Luanda (LAD) São Paulo (GRU) entra em funcionamento esta semana, ligando três países de continentes diferentes, concretamente China, Angola e Brasil.

"Inicialmente a rota será operada por uma aeronave tipo Boeing m-200 ER, com dois voos por semana, mais lá para frente vamos escalar para o modelo Boeing -300 ER, de 76 toneladas de capacidade de carga", avançou Eduardo Soria.

O acordo prevê escalabilidade dado o potencial para novas rotas com origem em outras cidades chinesas, nomeadamente Hong Kong, Chengdu Tianfu, Guangzhou, Chengdu Shuangliu, Shangai Hongqiao e Beijing, capital da China.

Por outro lado, o representante do grupo chinês diz que estão a trabalhar com a TAAG para construir HUB (aeroporto que serve como centro de distribuição de voos) logísticos aéreos intercontinentais de passageiros e carga com Angola como país-chave.

Segundo o responsável chinês, a entrada em funcionamento do novo aeroporto virá dinamizar as ligações.

T AAG será privatizada antes de 2025

A privatização da TAAG deverá ocorrer antes de 2025, indicou o CEG da operadora, ressaltando que, no momento, apenas existem manifestações de interesse. Citado pela agência EFE, Eduardo Fairen Soria disse que a ideia do Governo é privatizar o sector da aviação, uma vez que, em Janeiro de 2025, o País será abrangido pelo "acordo de céu aberto", no âmbito do Mercado Único Africano de Transporte Aéreo (SAATM).

G director-geral da CLCA, Tongxi Li, refere que o acordo tem como finalidade a promoção da conectividade global.